

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

AS OBRIGAÇÕES DO AMOR
**Um estudo sobre as relações de gênero e
poder com mulheres de camadas médias
urbanas nascidas no início do século xx**

Maria da Conceição Lafayette de Almeida

**RECIFE
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

AS OBRIGAÇÕES DO AMOR
Um estudo sobre as relações de gênero e
poder com mulheres de camadas médias
urbanas nascidas no início do século xx

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de doutor em Sociologia
pelo Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal de
Pernambuco, sob a orientação do ProfDr.
Parry Russel Scott e da Profa. Dra.
Cynthia Hamlin

RECIFE
2009

Almeida, Maria da Conceição Lafayette de

As obrigações do amor : um estudo sobre as relações de gênero e poder com mulheres de camadas médias urbanas nascidas no início do século XX / Maria da Conceição Lafayette de Almeida. – Recife: O Autor, 2009.

223 folhas.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2009.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Sociologia. 2. Gênero. 3. Família. 4. Poder. 5. Autoridade. 6. Feminismo. 7. Mulheres – século XX. I. Título.

**316
301**

ed.)

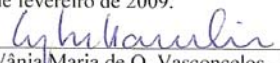
CDU (2.

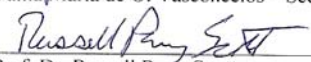
**CDD (22.
ed.)**

**UFPE
BCFCH2009/21**

Ata da Sessão de Defesa de Tese de **MARIA DA CONCEIÇÃO LAFAYETTE DE ALMEIDA**, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

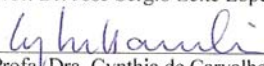
Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2009, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **MARIA DA CONCEIÇÃO LAFAYETTE DE ALMEIDA** sob o título **AS OBRIGAÇÕES DO AMOR: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER COM MULHERES DE CAMADAS MÉDIAS URBANAS NASCIDAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX**. A comissão foi composta pelos professores: **Prof. Dr. Russell Parry Scott** – **Presidente/Orientador (PPGS/UFPE)**, **Profª Drª Cynthia de Carvalho Lins Hamlin** – **co-orientadora (PPGS/UFPE)**, **Profª. Drª Alda Britto da Motta** – **Titular Externa (UFBA)**, **Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes** – **Titular Externo (MUSEU NACIONAL / UFRJ)**, **Profª Drª Silke Weber** – **Titular Interna (PPGS/UFPE)**. Dando início aos trabalhos, o **Prof. Dr. Russell Parry Scott** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou à palavra a autora da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem o **Prof. Dr. Russell Parry Scott**, presidente da mesa e orientador da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora **aprovando a Tese por unanimidade, com recomendação de publicação**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 27 de fevereiro de 2009.

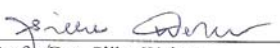

m Vânia Maria de O. Vasconcelos – Secretária

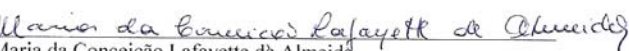

Prof. Dr. Russell Parry Scott


Profª. Dra. Alda Britto da Motta


Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes


Profª/Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin


Profª/Dra. Silke Weber


Maria da Conceição Lafayette de Almeida

Aos meus filhos
Cecília e Eduardo

**A woman needs money
and a room of her own**

(Virginia Wolf)

Agradecimentos

Ao meu orientador, Parry Scott, com quem aprendi a olhar a realidade antropológicamente, o meu agradecimento pelo apoio, estímulo constante e paciência ao longo de muitos anos.

À minha co-orientadora Cynthia Hamlin, professora e colega de DCS, pelos ensinamentos transmitidos nas disciplinas do doutorado, pelo apoio incansável e pela amizade, meu sincero agradecimento.

A Heraldo Souto Maior, a quem devo muito pela minha formação, meu agradecimento pelo estímulo permanente, pelo apreço e amizade de tanto tempo.

A Silke Weber e Salette Cavalcanti, um agradecimento especial pelo estímulo e pela maneira com que sempre me incentivaram na continuidade deste trabalho.

Aos meus colegas e professores no PPGS, José Carlos Wanderley, Eliane Veras e Lilian Junqueira, pela atenção com que me receberam na sala de aula.

Aos meus queridos amigos e colegas do DCS, Fernando Motta Lima, Luciano Oliveira, Ricardo Santiago e Eliane Veras pela amizade e partilha de muitos momentos.

À Fatiha Parahyba pela tradução cuidadosa do resumo para o inglês e para o francês; pela amizade e pela disponibilidade que se colocou para me ajudar.

À Aída Novelino, pela amizade e pela escuta incondicional nos momentos mais difíceis, o meu imenso agradecimento.

À Maria e Ana Paula, pelo carinho, pelos cuidados e pela presença em nossas vidas, meu agradecimento mais sincero.

O meu eterno e saudoso reconhecimento àqueles que me ensinaram os valores fundamentais da vida: Agenor e Lúcia Lafayette, meus pais.

A Eduardo, pelo amor, pelo incentivo constante e pela paciência com que compartilhou das minhas ansiedades e apreensões no decorrer deste trabalho, o meu maior agradecimento.

À minha família : sogra, irmãos, cunhadas, cunhados, sobrinhos, sobrinhas, genro e a Maria, quase família, pelo carinho e pela torcida.

Finalmente um agradecimento especial a todas as mulheres que concordaram em partilhar comigo as suas vidas recebendo-me em suas casas. Sem elas este trabalho não teria sido possível. Com elas aprendi, entre outras coisas, que “não se diz tudo a marido”!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender as relações de gênero vivenciadas por mulheres de camadas médias, casadas e nascidas em Recife entre 1919 e 1931. Considerando relações de gênero como relações de poder, importa, aqui, apreender as várias dimensões que o poder assume em suas vidas. Contrariamente àquelas teorias de gênero que tratam o poder como algo puramente relacional, seguindo Anthony Giddens, considero o poder como constitutivo da agência humana e, portanto, como inerente aos agentes sociais. De acordo com os modelos de família patriarcal e de família nuclear estudados por Gilberto Freyre e Antônio Cândido, os papéis masculinos e femininos são assimétricos, cabendo às mulheres o mundo da casa e uma posição subordinada. Já os homens, identificados com o mundo da rua, ocupam posições de mando. Partindo do questionamento das fronteiras rígidas entre casa e rua, levantei a hipótese de que uma relativa autonomia, assim como formas de resistência mais ou menos veladas se faziam presentes na vida dessas mulheres, o que as caracterizava como agentes, no sentido definido por Giddens, e não simplesmente vítimas passivas da dominação masculina. Com base na combinação entre feminismo e hermenêutica, procedi à interpretação dos relatos de 20 mulheres acerca de temas relativos a casamento, cuidados com os outros e trabalho. Estes mostraram como as mulheres, ao longo de suas vidas, através de recursos que lhes eram disponíveis, definiram espaços de autonomia, cuidaram e influenciaram pessoas, exercendo autoridade e, por fim, definiram estratégias a seu favor, ora contradizendo, ora confirmando, o modelo tradicional de família. As mulheres entrevistadas, portanto, procuraram romper com o modelo de subordinação, foram dinâmicas em sua agência e, na medida do possível, encontraram “um lugar para elas mesmas”.

Palavras-chaves: Sociologia. Gênero. Família. Poder. Autoridade. Feminismo.

Mulheres – século XX

ABSTRACT

This work aims at understanding gender relations experienced by married middle-class women and born in Recife between 1919 and 1931. Considering gender relations as power relations, it is important to comprehend here the varied dimensions that power assumes in their lives. Contrarily to the gender theories which view power as something purely relational, in line with Anthony Giddens, I consider power as constitutive of human agency and, therefore, as inherent to social agents. According to the patriarchal family and nuclear family models studied by Gilberto Freyre and Antônio Cândido, the male and female roles are asymmetrical, where women have remained with the household world and in a subordinate position, while men, who have been identified with the street world, hold positions of giving commands. By questioning the rigid borderlines between household and street, I raised the hypothesis that a relative autonomy and more or less concealed forms of resistance were part of these women's lives. These elements characterized them as agents as defined by Giddens and not simply as passive victims of male domination. Based on the combination between feminism and hermeneutics, I interpreted the narratives of 20 women on the themes related to marriage, care towards others and work. These narratives have revealed that, throughout their lives and by means of some resources which were available to them, the women have defined autonomy spaces, cared for and influenced people by exerting authority and, finally, they have defined strategies in their favour, at times contradicting and at times confirming the traditional family model. The interviewed women, who have therefore tried to leave behind the subordination model, were dynamic in their agency and, as far as possible, they have found "a sphere of one's own".

Key words: Sociology.Gender.Family.Power.Authority.Feminism.Women-20th.century

RÉSUMÉ

Ce travail a comme but de comprendre les rapports de genre vécus par les femmes de classe moyenne, mariées et nées à Recife entre 1919 et 1931. Considérant les rapports de genre comme rapports de pouvoir, il est important de comprendre ici les diverses dimensions que le pouvoir assume dans leurs vies. Contrairement aux théories de genre qui traitent le pouvoir comme quelque chose purement relationnel, conformément à Anthony Giddins, je considère le pouvoir comme constitutif de l'action humaine et donc inhérent aux acteurs sociaux. Selon les modèles de famille patriarcale et de famille nucléaire étudiés par Gilberto Freyre et Antônio Cândido, les rôles masculins et féminins sont asymétriques, où les femmes se retrouvent avec le monde de la maison et occupent une position subordonnée. Cependant, les hommes identifiés avec le monde de la rue, se trouvent en position de commander. En questionnant les frontières rigides entre maison et rue, j'ai soulevé l'hypothèse qu'une relative autonomie ainsi que des formes de résistance plus ou moins dissimulées existaient dans la vie de ces femmes, ce qui les caractérisaient en tant qu'actrices selon le sens défini par Giddens, et pas simplement en tant que victimes passives de la domination masculine. Basé sur la combinaison entre le féminisme et l'herméneutique, j'ai interprété les récits de 20 femmes portant sur des thèmes relatifs au mariage, aux soins envers les autres et au travail. Ces récits ont montré comment les femmes, tout au long de leurs vies et par le biais de ressources qui leur étaient disponibles, ont défini des espaces d'autonomie, pris soin et influencé des personnes en exerçant l'autorité et, finalement, elles ont défini des stratégies à leur faveur, parfois contredisant et parfois confirmant le modèle traditionnel de famille. Les femmes interviewées, qui essayaient donc de rompre avec le modèle de subordination, furent dynamiques dans leur action et, autant que possible, elles ont trouvé "un espace seulement pour soi"

Clés Mots : Sociologie.Genre.Famillie. Pouvoir.Autorité.Feminism.Femmes-sècle.XX.

ÍNDICE

Introdução.....	11
Capítulo 1: Gênero como experiência e objeto de estudo.....	17
1.1 Os mitos pelos quais vivemos.....	17
1.2 Abordando o objeto de estudo.....	28
Capítulo 2: A Casa e a rua: gênero, agência o poder	34
2.1 O Privado e o Público, a Casa e a Rua.....	34
2.1.1 O mundo da casa e o mundo da rua	36
2.1.2 A Família Patriarcal e a Família Nuclear.....	41
2.1.3 O Masculino e o Feminino.....	46
2.1.4 Mulheres e poder no espaço da casa	53
2.2 Sobre Gênero.....	56
2.3 Gênero e Linguagem	64
2.3.1 A hermenêutica filosófica como uma teoria da compreensão humana.....	67
2.3.2 Preconceito, Tradição e Fusão de Horizontes.....	69
2.3.3 Gadamer e as Teorias Feministas.....	73
2.4 Agência e Poder: caracterizando as mulheres como agentes.....	76
2.5 O poder em Foucault e a crítica feminista.....	86
2.5.1 O conceito de resistência em Foucault.....	90
2.6 Considerações metodológica.....	92
Capítulo 3: Interpretando as mulheres	100
3.1 Breve perfil das entrevistadas.....	100
3.2 Os recursos e suas origens.....	104

3.3 Preconceitos: os mitos pelos quais vivem as mulheres.....	111
 Capítulo 4: A casa e a rua revisitadas.....	128
4.1 Os preconceitos a partir da casa e da rua.....	138
4.2 Fissuras na Tradição.....	153
 Capítulo 5: Os recursos e seus usos.....	158
5.1 O paradoxal mundo do trabalho: poder e resignação.....	162
5.2 Classe e Gênero: o uso dos recursos e a manutenção da feminilidade.....	174
 Capítulo 6. Casamento e domesticidade : poder e resistência.....	179
 Considerações Finais.....	200
 Bibliografia.....	204
 Anexos.....	213

Introdução

O objetivo desse trabalho é compreender como mulheres de camadas médias nascidas no início do século XX vivenciaram as relações de gênero, portanto de poder, na família. Partindo de minhas próprias vivências, onde desde cedo pude observar o papel ativo que as mulheres desempenhavam na vida de minha família, levantei a hipótese de que, contrariamente à visão amplamente difundida pelo feminismo radical dos anos da década de 1970, a posição das mulheres, embora de subordinação, não implicava a ausência total de poder ou mesmo passividade.

Inicialmente, essas relações são descritas a partir da passagem do modelo de família patriarcal estudado por Gilberto Freyre, para o modelo de família nuclear estudado por Antonio Cândido. Para essas duas abordagens, os papéis masculino e feminino são bastante assimétricos, havendo uma distinção rígida entre a posição de subordinação relativa ao mundo da casa, no qual a mulher se encontra, e o mundo da rua, relativo ao homem e a partir do qual ele assume a posição de mando.

Entretanto, ao se examinar a relação existente entre público e privado, ou entre a casa e a rua, especialmente a partir do trabalho pioneiro de Roberto DaMatta, evidencia-se a existência de zonas de confluência e flexibilidade, zonas que mostram que, apesar de existirem diferenças significativas entre o público e o privado, esses espaços estão “profundamente ligados e parcialmente mesclados” (Saffioti, 2004, p.127). Isso fortaleceu, agora de um ponto de vista

mais teórico, a minha hipótese de que uma relativa autonomia, assim como formas de resistência mais ou menos veladas, se faziam presentes na vida dessas mulheres.

Era, portanto, necessário encontrar um referencial teórico que pudesse dar conta da dimensão ativa ou, nos termos de Saffioti (1992, p.184), daquelas parcelas de poder que permite às mulheres de todas as sociedades conhecidas sobreviver ao poder masculino. Em outras palavras, era preciso caracterizar essas mulheres como agentes e não como simples vítimas passivas da dominação masculina. Claro que, neste empreendimento, era preciso não perder de vista as desigualdades de gênero estruturais que as teorias feministas e de gênero apontam. Sendo assim, o referencial teórico adotado precisava dar conta de três elementos principais relativos ao poder: em primeiro lugar, era preciso reconhecer a assimetria de poder entre homens e mulheres, conforme demonstrado pelas teorias feministas e de gênero. Em segundo lugar, era necessário incorporar à explicação dessas relações assimétricas uma noção de poder que se referisse à própria idéia de agência feminina que eu busquei defender. Por fim, era preciso reconhecer que, embora a existência do poder fosse necessária à caracterização das mulheres como agentes, este poder era frequentemente expresso sob a forma de resistência, caracterizando a assimetria de poder nas relações entre homens e mulheres.

O estudo apresentado teve como base uma pesquisa realizada com mulheres nascidas entre os anos de 1919 e 1931. O tratamento dos dados empíricos – coletados sob a forma de entrevistas semi-estruturadas, deu-se a partir da teoria da compreensão humana representada pela hermenêutica de

Gadamer. Segundo esta teoria, a compreensão do outro só é possível a partir de uma fusão de horizontes entre o intérprete e o texto (ou o outro, entendido aqui de forma genérica). Tal fusão de horizontes pressupõe a existência de uma tradição comum, ainda que interpretada a partir de horizontes distintos. Neste sentido, a fim de compreender o significado que as mulheres estudadas atribuíam às suas ações, fez-se necessário identificar o horizonte do qual eu, como intérprete, estava partindo, assim como tentar reconstruir o horizonte daquelas mulheres.

Meu horizonte aparece aqui sob a forma das vivências pessoais que descrevo no primeiro capítulo, assim como dos referenciais teóricos que, como pesquisadora que sou, informam minha leitura da tradição. O horizonte das mulheres, por sua vez, foi construído aos poucos e ao longo da tese: à medida que um determinado aspecto tornava-se minimamente compreensível, esta compreensão servia de base para a compreensão de outros aspectos que, por sua vez, me permitiam voltar para o aspecto inicial. Esses aspectos dizem respeito, mais especificamente, à relação entre preconceito e horizonte. Embora ciente das advertências de Gadamer em relação ao círculo hermenêutico como um círculo vicioso, senti a necessidade de identificar alguns preconceitos a fim de compreender o horizonte das mulheres e depois partir da reconstituição deste horizonte para identificar outros preconceitos ou aprofundar a compreensão dos primeiros.

A tese foi estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, aponto os caminhos teóricos que vou percorrer para abordar o objeto de estudo. Lançando mão de aspectos da minha trajetória pessoal e profissional, narro a minha

experiência com as mulheres com quem vivi na minha infância, buscando interpretá-las a partir de dois “momentos”: o primeiro relativo ao olhar da infância e o, segundo, informado pela necessidade de conciliar os papéis que desempenho no mundo da casa e no mundo da rua, tendo em vista meu papel profissional e o meu entrelaçamento com a teoria feminista. Neste capítulo, posiciono-me como intérprete e evidencio parte do horizonte por meio do qual interpretarei os relatos obtidos.

O segundo capítulo trata dos aspectos teórico-metodológicos. Referindo-me aos modelos de família patriarcal e nuclear, discuto a noção do mundo da casa e do mundo da rua e sua vinculação com os aspectos de subordinação da mulher. Com base na combinação pouco ortodoxa entre hermenêutica e feminismo estabelecida por Susan Hekman, procuro demonstrar a importância de se colocar o intérprete, mais especificamente, a intérprete feminista, no centro da crítica à tradição que constitui o objetivo último das teorias feministas.

Aponto, entretanto, para as limitações da hermenêutica gadameriana no sentido de não permitir trabalhar as relações de poder que, em última análise, constitui o objetivo desta tese. Assim, lanço mão do conceito de agência desenvolvido por Giddens não apenas para introduzir a questão do poder, mas também, e principalmente, para caracterizar as mulheres como agentes constituídos por determinados poderes que as capacita/habilita a atuar no mundo.

Por outro lado, reconheço que a noção de poder que Giddens utiliza para caracterizar o agente não é suficiente para dar conta daquelas situações nas quais a imposição de controle e vigilância intensas não permitem falar de uma “agência”, no sentido mais estrito do termo. É assim que volto o meu olhar para

a noção de poder de Michel Foucault, que defende a idéia de que onde há poder há resistência o que, de certa forma, e a partir de algumas ressalvas, possibilita recuperar o papel ativo das mulheres. Dentre as ressalvas apontadas, estão, em especial, as críticas de autoras feministas, especialmente Nancy Hartsock, para quem a noção de poder desenvolvida por aquele autor não permite dar conta do aspecto estrutural e, portanto, recorrente, das desigualdades de poder entre homens e mulheres – o que, em certo sentido, torná-las-ia diretamente responsáveis por sua subordinação. Assim, faz-se necessário incorporar a noção de gênero como categoria relacional e compatibilizá-la com a noção de agência desenvolvida pela teoria da estruturação de Giddens.

Por fim, descrevo os caminhos metodológicos que segui na construção desta tese, identificando os métodos e técnicas utilizadas na coleta e na análise dos dados. A hermenêutica gadameriana aparece novamente, desta vez em termos das implicações metodológicas de sua teoria da compreensão.

Nos três capítulos subseqüentes, trato da análise dos dados obtidos. O terceiro capítulo traz aspectos que caracterizam as mulheres do ponto de vista sócio-econômico, identificando os recursos que lhes são disponibilizados a partir de suas famílias de origem. Tais recursos estão intrinsecamente relacionados às vivências e percepções das mulheres estudadas sobre seus pais e suas mães e, portanto, dos papéis masculinos e femininos apresentados na tradição. Os modelos de feminilidade são também apreendidos por meio de relatos sobre outras mulheres, revelando alguns preconceitos de classe que têm rebatimento direto em suas concepções de feminilidade. Tais preconceitos aparecem,

sobretudo, na interpretação do que as mulheres fazem de suas incursões no mundo da rua antes do casamento.

O quarto capítulo trata dos recursos manipulados pelas mulheres já na vida adulta. Algumas entram no mundo profissional antes do casamento e aí permanecem mesmo após o nascimento dos filhos; outras transferem para o mundo da casa essa atividade. A fim de compreender este movimento, procuro identificar um tipo específico de preconceito: os preconceitos de gênero, especialmente aqueles que definem a feminilidade. Porém, a observação da vida de trabalho das mulheres indica que, em sua maioria, e em diferentes momentos, exerceram atividades remuneradas, seja como forma de buscar recursos econômicos quando assim era necessário para complementar a renda familiar, ou simplesmente para lhes garantir um mínimo de independência econômica que lhes possibilitasse atender suas vontades. Revela-se, no entanto, que essas atividades estão sempre subordinadas aos papéis de mães e donas de casa, ainda que em determinados momentos algumas possam se valer justamente do papel de mãe para suas escolhas em direção à profissão e à remuneração. É assim que elas conseguem compatibilizar suas atividades no mundo do trabalho e da rua, com os preconceitos de gênero identificados.

Por fim, no quinto capítulo abordo o significado do casamento, interpretando sua importância na vida das mulheres, bem como as ambiguidades de seu significado. Se, de um lado, o casamento significa possibilidade de mando e de autoridade, de outro significa restrições e subordinação. Procuro, então, demonstrar as formas pelas quais as mulheres reagem às restrições impostas e, ao se empenharem na busca de um mínimo de autonomia, acabam por construir

espaços nos quais podem se voltar para seus próprios interesses: um quarto só para si.

Capítulo 1 : Gênero como experiência e objeto de estudo

1.1 Os mitos pelos quais vivemos

A infância passada na casa dos meus avós marcou minha visão sobre as relações entre homens e mulheres. Embora minha avó tenha morrido logo após o meu nascimento, durante todos os anos em que permanecemos – meus pais, meus irmãos e eu - morando com o meu avô, as regras da casa eram as mesmas deixadas por ela. Toda a geografia da casa, desde a ocupação dos espaços pelas pessoas aos lugares onde as coisas eram guardadas (como as chaves dentro dos armários); a variedade do cardápio de acordo com o dia da semana; o jeito de fechar as portas à noite, tudo era mantido tal e qual deixou a minha avó.

Em sua ausência, minha avó era mais presente do que meu avô. Na verdade, essa ausência era uma boa razão para que se falasse sobre ela: suas histórias, seu temperamento, suas iniciativas. Palavras como “coragem” e “brabeza” eram pronunciadas para definir o seu jeito de ser. A referência constante à sua figura, especialmente para os que, como eu, não conviveram com ela, acabou por criar um mito em torno de minha avó. Parafraseando Paul Thompson e Raphael Samuel (1990), o “mito pelo qual vivemos” contrariava a imagem da mulher submissa e passiva. Ao lado da minha avó, também estavam minha mãe, minhas tias e outras mulheres que moravam e trabalhavam em sua casa, formando o elenco de mulheres cujas imagens seriam impressas em meu

imaginário. Cada uma delas, ao seu modo e pelos percursos que seguiram na vida, longe estava de ser uma simples vítima passiva. Todas atuavam, discerniam e faziam acontecer a vida da família e a sua própria.

A casa da minha avó era praticamente o que mais tarde vim a conhecer como “unidade produtiva”. Vendia-se leite de vaca, fazia-se queijo para o consumo da família, forneciam-se flores para a Igreja. Toda a roupa de cama, mesa e banho, incluindo as roupas das minhas tias e avó, era costurada em casa – na sua maioria por minha mãe, com o auxílio de ajudantes de costura. Todas essas tarefas demandavam bastante trabalho.

Logo cedo, pela manhã, atendia-se às pessoas que vinham comprar leite trazendo cada uma suas garrafas ou litros; em seguida enviavam-se as flores para a Igreja e, em seguida, dava-se início as rotinas do trabalho doméstico. Em média, eram cinco mulheres bastante ocupadas durante todo o dia, sem falar nas pessoas que participavam indiretamente dessa “produção”: o condutor do carro de boi que trazia o leite; o rapaz que carregava água para aguar o jardim, pois, não havendo água encanada, era preciso trazer de fora não só a água para o jardim, mas toda a água consumida. Da mesma forma, a iluminação tinha que ser providenciada todos os dias, e isso também ficava a cargo das mulheres. Não contando a cidade onde residiam meus avós com uma rede de iluminação pública, à noite, a casa era iluminada por candeeiros a querosene que precisavam ser acesos e colocados em pontos estratégicos.

Diante de tantas atividades que requeriam a todo o momento decisões e escolhas, como pensar essas mulheres como agentes passivos e não como sujeitos ativos e produtivos? Apenas se adotarmos a visão estreita, porém

difundida, de que o trabalho doméstico é improdutivo, passivo, característico de seres naturalmente inferiores e desempoderados. Trabalho de mulher que, em uma carta redigida por Comte para John Stuart Mill em 1843, baseia-se em

Sua característica incapacidade para a abstração e o argumento, a quase completa impossibilidade de deixar de lado inspirações passionais em operações racionais [e que] devem continuar indefinidamente a impedi-las de alcançar qualquer nível elevado na organização das coisas humanas, não apenas na ciência e na filosofia ..., mas também na vida estética e mesmo na vida prática ... [Elas] são radicalmente incapazes de qualquer governo mesmo das questões domésticas, a menos que sejam de natureza secundária. Em nenhuma esfera elas são aptas à direção ou execução; elas são essencialmente capazes apenas de dar conselhos e modificar os planos de outras pessoas ... (Comte apud Thompson, 1976, p.203)

Esta visão, aparentemente radical, tem uma relação muito íntima com o fato de que o trabalho doméstico não despertou qualquer interesse nas principais correntes do pensamento social até a metade do século XX. Segundo Davidoff (1995), o trabalho doméstico era visto como um trabalho improdutivo, não adicionando nada do que se compreende como valor econômico e sendo desenvolvido fora do lugar de trabalho. Ou seja, estando ausente do “espaço público” o trabalho doméstico inexistia. E sem trabalho, a agência das mulheres fica limitada, alijada de parte de seu poder, contribuindo para a visão segundo a qual as mulheres são naturalmente passivas e desempoderadas.

Mas se o meu primeiro entendimento da vida feminina chocava-se frontalmente com esta visão, posteriormente, ao tomar o caminho das Ciências Sociais e me defrontar com os estudos sobre família, temas como o patriarcado, relações de gênero e feminismo inauguraram um novo olhar e uma nova forma de pensar as informações recebidas e a experiência vivida. De repente, o mito familiar perdeu força e foi substituído por outro, muito mais pessimista. Assim, eu me vi suspensa entre dois universos paralelos.

Em novo momento, já na vida adulta, dividindo o tempo entre livros e o cuidado com os filhos, surgiu a necessidade de compreender as tensões dessa dupla inserção. Foi com esse sentimento que iniciei o curso de mestrado. Minha dissertação teve como objetivo compreender a divisão de papéis sexuais entre casais jovens profissionalizados, em função das transformações ocorridas nas relações familiares, face à inserção da mulher no mercado de trabalho (Almeida, 1988). Na verdade, meu objetivo era compreender como as mulheres de camadas médias, no exercício de suas respectivas profissões, vivenciavam a tensão entre casa e trabalho e que representava a minha própria tensão.

A observação dos casais jovens entrevistados sugeriu estratégias de negociação mediadas pelas mulheres, percebendo-se uma esfera bastante significativa de “influência” sobre as decisões relativas à criação dos filhos, à organização da casa, ao lazer e, também, sobre o tipo de ajuda que queriam obter dos maridos. Além disso, o tipo de conflito vivenciado pelas mulheres entrevistadas circunscrevia-se muito mais em relação ao exercício profissional do que ao exercício das funções femininas tradicionais (Almeida, 1988). Em outras palavras, o exercício das funções tradicionais no espaço doméstico implicava a existência de uma área de atuação feminina com bastante influência e autonomia.

Havia um descompasso entre o comportamento que observei no grupo e as idéias com que parti para iniciar meu estudo. Para as mulheres investigadas, ao contrário do que eu pensava, o que “atrapalhava” era o trabalho; o que elas gostariam de fazer era não precisar dividir o tempo da casa com o tempo do trabalho. Embora minha dissertação tratasse da relação homem-mulher, baseei-me na teoria dos papéis e na noção de indivíduo desenvolvida por Dumont.

Faltou, no meu estudo, uma abordagem específica sobre a questão de gênero a partir de uma reflexão mais ancorada na teoria feminista.

Apesar das limitações, o problema que identifiquei foi enfatizado em outros trabalhos, que também padeciam das mesmas limitações. De fato, estudos sobre famílias de camadas médias desenvolvidos na década de 1980 (Velho, 1981; Salem, 1986; Figueira, 1987; Dauster, 1987; Costa, 1987) enfatizavam a permanência de valores tradicionais apesar do surgimento de uma agenda individualista. Portanto, permaneciam padrões tradicionais de organização familiar, notadamente na manutenção do papel feminino de mãe e dona de casa. Mesclavam-se, dessa forma, aspectos da agenda tradicional com aspecto da agenda individualista, sendo pouco mencionadas as questões de gênero (Almeida, 1988; Figueira 1987; Salem, 1986).

A análise da família a partir de propostas mais igualitárias questionava o padrão tradicional da família, explicitando relações sociais hierarquizadas com forte ênfase na autoridade e no poder masculino com relação à mulher e aos filhos (Sarti, 1993; Velho, 1981; Machado, 2001; Scott, 1990). Em síntese, o que se mostrava era que, apesar das mudanças ocorridas, muita coisa ainda permanecia, como sugeria o brilhante título do livro de Tânia Salem, “Velho e o Novo: um estudo de papéis sexuais no casamento”.

Entretanto, a idéia do tradicional veiculada era pouco teorizada, indo pouco além da descrição desse modelo de família caracterizado por relações assimétricas, hierárquicas, com forte predomínio do papel masculino. Olhando o problema de uma perspectiva mais específica, o que se sabe sobre as relações entre homens e mulheres e que caracterizavam a vida das mulheres em famílias

onde predominava o modelo tradicional? Como reagiam a essa hierarquia e que espaços ocupavam dentro dessas relações classificadas como assimétricas?

Ao concluir a minha dissertação de mestrado, a constatação de que era no espaço doméstico que as mulheres se sentiam com maior poder de influência na família e que, apesar de exercerem uma profissão, continuavam ligadas aos papéis tradicionais femininos, levou-me a buscar compreender melhor esse lugar. Ou seja, compreender de forma mais aprofundada aquilo que, no senso comum, entende-se como tradicional, feminino e doméstico, a partir das relações que se estabelecem entre homens e mulheres.

Minhas preocupações de ordem acadêmica em relação à tensão casa-trabalho inserem-se no contexto da problemática que um grupo de mulheres da minha geração e classe social estava enfrentando. Embora a nossa socialização já houvesse sido no sentido de exercermos uma profissão, nossas referências biográficas ainda eram bastante marcadas por uma imagem de mulher que se dedicava ao mundo da casa. Neste sentido, posso dizer que tal preocupação resultou de uma experiência biográfica na “casa” e na “rua” vivenciadas na infância e na vida adulta, com minha inserção no mundo do trabalho. Da mesma forma que fica evidente o entrelaçamento desses dois mundos na minha experiência pessoal, assim também esses dois mundos estavam presentes na vida das mulheres investigadas em minha dissertação. É a extensão, continuidade e entrelaçamento desses dois mundos, ou sua separação, que pretendo refletir nesta tese, a partir do mundo da casa, do feminino e do doméstico, um mundo que me é familiar e estranho ao mesmo tempo.

A referência biográfica como ponto de partida para a pesquisa social não apresenta nenhuma novidade. Muitos estudos surgem a partir de diferenças ou semelhanças que o autor encontra entre sua vida privada e o mundo social no qual se encontra. Wright Mills há tempos sublinhou a importância da relação entre a história e a biografia, e muitos pesquisadores usam esse recurso como fonte de inspiração e pesquisa (Mills, 1958; Okely, 1992). Mas este procedimento tem sido considerado especialmente frutífero por parte de pesquisadoras feministas. Assim, por exemplo, Michelene Wandor (1990) decantando a máxima de que “o pessoal é político”, reconstrói, através de entrevistas com autoras feministas, histórias pessoais que revelam o questionamento e a confusão de muitas delas sobre o seu papel na família, no trabalho e na sociedade. Segundo Wandor, é justamente o tom entre o pessoal e o político que caracteriza um dos marcos da reflexão feminista na academia, o *Women’s Liberation Conference at Ruskin College*, ocorrido em fevereiro de 1970 na Universidade de Oxford.

Mas ainda que reconheçam as três esferas de atuação da mulher e que denunciem a opressão da mulher na família, os estudos feministas de segunda onda desenvolvem-se mais na direção do trabalho. O mesmo ocorre no Brasil. Como afirma Elizabeth Bilac (1995, p. 36), comentando sobre os estudos relativos à família e gênero realizados entre nós, “curiosamente, a perspectiva de gênero que teve seu ponto de partida na reflexão sobre a opressão feminina na família, parece que tem sido muito mais utilizada nos estudos sobre trabalho do que nos estudos sobre família e reprodução”. Preocupada com as mudanças na organização da família, a autora diz que as mesmas estão se dando

“fundamentalmente, a partir das mudanças na condição feminina que terminam afetando, os papéis masculinos”. Sugere, então, “um reexame dos papéis sexuais na família que incorpore, também, sentimentos, vivências e percepções masculinas” (Ibid. p.36).

A reflexão de Bilac, mais voltada para a família contemporânea, traz à tona dois aspectos importantes. Trata-se, de um lado, de apontar a lacuna existente sobre relações de gênero na arena familiar e, de outro, de chamar atenção para a necessidade de um reexame dos papéis sexuais na família para dar conta das transformações em andamento, especialmente no que se refere ao papel masculino. As relações de gênero na arena familiar devem ser compreendidas como as relações que ocorrem dentro do espaço doméstico. Ou seja, o conjunto de ações que ocorrem para viabilizar a vida dos membros de uma família no cotidiano. São ações estruturadas de acordo com a divisão de gênero existente na sociedade e carregam fortes conteúdos simbólicos. Tanto no senso comum como na extensa literatura sobre gênero, o mundo doméstico está sempre associado à mulher e aparentemente estaria desvinculado do mundo público ou da rua que é do domínio do homem. O estudo do espaço doméstico a partir de uma perspectiva de gênero tem importância porque, ao permitir a percepção das interações ocorridas, descongela a noção do espaço doméstico tradicional como especificamente feminino, ao mesmo tempo em que permite que tenhamos uma visão mais apropriada sobre o que acontecia/acontece nesse espaço.

De fato, diversas autoras têm apontado para a necessidade de se pensar as relações de gênero e de poder na arena familiar. Betty Friedan, por exemplo, na introdução à edição de 2001 de seu *Feminine Mystique*, apresenta um balanço

sobre os ganhos obtidos pelas mulheres desde 1963, quando o livro apareceu pela primeira vez. Lá, sugere que se pense melhor o papel da mulher na família a partir de suas relações com os homens.

Segundo ela, as estatísticas americanas recentes mostravam que os homens estavam fazendo 40% do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. Os casais, revela em seu texto, estavam buscando formas de esconder a sujeira da casa durante a semana para juntos realizarem a faxina aos sábados. Apesar da distribuição mais igualitária das tarefas domésticas, muitas mulheres ainda se ressentem do fato de que os homens não participam suficientemente das tarefas da casa, nem do cuidado com as crianças. Outras, segundo argumenta, afirmam que não gostam quando os homens participam muito do mundo da casa e do cuidado com os filhos, pois com isso eles acabam ganhando o controle da situação, a ponto do filho correr para o pai quando corta o dedo ou traz o boletim da escola. Ainda nessa direção, Friedan relata o comentário de uma amiga dizendo que não gostaria que o marido levasse o filho ao médico. Qual o significado disto? Para a autora, isto aponta para uma lacuna que precisa ser preenchida: “existe um enorme poder no papel da mulher na família que não é visível até mesmo para as feministas” (Friedan, 2001, p. 29).

E aqui eu estava de volta ao passado mítico de minha infância. As intuições levantadas durante a minha dissertação de mestrado ganharam nova força e eu me vi obrigada a retornar àquele passado mítico a fim de compreender qual era, afinal de contas, a natureza do poder que caracterizava as mulheres da minha família como agentes, no sentido que Giddens (2003) empresta ao termo. Decidi, então, que deveria recorrer à vivência de mulheres de camadas médias

nascidas no início do século XX, já que, diferentemente das mulheres da minha geração, o poder daquelas mulheres estaria mais firmemente ancorado na esfera doméstica, revelando-se como um contraponto à relativa ausência de poder masculino naquela esfera e apontando para seu aspecto relacional.

Embora o exame do papel masculino não esteja entre os objetivos desse trabalho, em consonância com os estudos de gênero, avaliar sentimentos, percepções e vivências das próprias mulheres em relação àquele papel é congruente com o reexame dos aspectos tradicionais que queremos abordar. Assim, embora nossa ênfase recaia sobre as mulheres, é importante compreender a agência feminina na esfera doméstica como, em grande medida, condicionada por e dirigida para a agência dos homens.

Mas é importante ainda enfatizar que, ao me propor a estudar as relações que ocorrem no âmbito doméstico recorrendo à vivência de mulheres de camadas médias nascidas no início do século XX, estou buscando não só o escrutínio do “passado”, mas também a compreensão do presente. Estou buscando percepções, sentimentos e vivências de mulheres que viveram infância e juventude antes das transformações nas relações de gênero ocorridas, especialmente, a partir da década de 1950. A idéia é que estudar a esfera doméstica tradicional para desvendar o poder feminino aí existente pode contribuir para entender o que está acontecendo no momento atual.

A perspectiva histórica tem caracterizado o trabalho de diversas autoras. Leonore Davidoff (1995), refletindo sobre seu estudo sobre mulheres empregadas no mercado de trabalho que se casaram nos anos de 1950, quando o casamento era considerado a ocupação principal da mulher, revela que ficou

evidente a necessidade de levar em consideração a história do passado recente. Segundo ela, os períodos Eduardiano e Vitoriano colocavam uma longa sombra sobre a vida das mulheres mais velhas, como também moldavam as instituições do pós-guerra na Inglaterra, sendo imprescindível o seu estudo. Assim como Davidoff (1988;1995), o estudo que realizei com as mulheres profissionalizadas na minha dissertação de mestrado levou-me a perceber a necessidade de compreender o referencial que moldou as mulheres nascidas antes do *boom* do desenvolvimento dos anos 50 e que antecederam a geração que estudei. Mas em vez de optar por um estudo historiográfico tradicional, baseado em documentos históricos ou em bibliografia secundária sobre o tema, achei que entrevistar mulheres que vivenciaram a passagem de uma estrutura familiar patriarcal para uma família nuclear urbana, onde as relações de gênero estão mais calcadas no par homem-mulher, poderia me dar acesso a outro tipo de informação, potencialmente mais relacionado ao presente.

Podemos dizer que esse estudo se configura na intersecção entre a Sociologia e a História – em moldes semelhantes aos desenvolvidos por Elliott (1990). Segundo Tilly (apud Elliot, 1990, p.59), a “sociologia histórica” possui dois objetivos principais: a *reconstituição* e a *conexão*. Neste estudo, embora esses dois objetivos estejam presentes, ocupar-me-ei mais com o segundo aspecto do que com o primeiro. Isto significa dizer que estarei trabalhando o passado recente à luz da discussão das teorias feministas e conceitos mais recentes. Além disso, ao me valer da perspectiva hermenêutica filosófica, associada ao feminismo, pretendo radicalizar esta relação entre passado e presente ao entrevistar mulheres que falam, a partir do momento presente, sobre seu passado.

1.2 Abordando o objeto de estudo

Como já mencionei anteriormente, compreender as relações que ocorrem no espaço doméstico é importante porque pode revelar como se define e toma forma o poder das mulheres. Isto, por um lado, pode ajudar a desmistificar a idéia segundo a qual o poder e, portanto, a agência feminina, está fundamentalmente condicionada à sua participação na esfera pública; por outro, ao apontar os interstícios no qual este poder consegue se manifestar pode ajudar a perceber os limites desta agência fora da esfera doméstica.

Mas como atingir o objetivo a que me proponho? Como analisar a “tradição” e, através dessa análise, compreender os aspectos da vida das mulheres que podem contribuir efetivamente para mudanças nas relações de gênero do presente? Em primeiro lugar, embora haja uma preocupação com a mudança que é característica das abordagens das Ciências Sociais em geral e do feminismo em particular, diria que a ênfase desse trabalho está na compreensão do passado a partir do presente.

Para tanto, torna-se importante buscar o sentido que as informantes dão à sua própria vida; procurar compreender, a partir da sua perspectiva, como vivenciaram o que hoje se entende como “família tradicional, com relações hierárquicas e assimétricas”. Essa perspectiva a partir da visão das mulheres investigadas é importante para que não venhamos a “colonizar o passado” como já foi dito em algum lugar e, assim, reproduzir a visão segundo a qual a experiência feminina na esfera doméstica é fruto da simples ausência de poder,

reforçando, ainda que de forma transversa, a idéia tradicional de que o trabalho doméstico é meramente reprodutivo e que as mulheres são meros recipientes passivos de um poder que jamais se manifesta por meio de suas ações.

Um ponto importante, portanto, é buscar uma definição de agente humano que incorpore a noção de poder em seu próprio cerne, assim como uma noção de poder que seja ampla o bastante para que possa ser reconhecido fora das instituições do estado ou, de forma mais geral, naquilo que estou chamando aqui de “espaço da rua”. Como o ponto central é mostrar a existência e/ou a ausência de poder feminino, é importante definir espaços, momentos e relacionamentos onde o mesmo se manifesta ou é suprimido. Em que situações, em que lugares, em quais momentos de vida e com que pessoas é possível perceber a manifestação do poder feminino ou sua ausência?

Estudando mulheres de camadas médias na Inglaterra na segunda metade do século XIX, Davidoff e Hall (1987) pontuam que para essa camada social é importante reconhecer a existência de esferas *de subordinação e de mando sobre outros e/ou outras*. Segundo ela, este é o caso das esposas de classe média por ela estudadas: sendo, em muitos aspectos, subordinadas a seus maridos, detinham poder sobre seus empregados/as e sobre filhos e filhas. Para ela a implicação desta constatação é a de que “o poder toma muitas formas constituindo-se mais em uma rede de relações complicadas do que em uma relação causal direta” (Davidoff, 1995, p. 2).

Ao mesmo tempo, há que se pensar no poder também como resistência. Eugene Genovese (1976) trata a aparente submissão ou aquiescência ao poder por parte dos escravos do Sul dos Estados Unidos como forma de resistência ao

regime em que se encontravam. Segundo o autor, essa foi a forma encontrada por eles para minimizar o regime de autoritarismo em que viviam; uma forma de defesa, digamos assim. Nesse processo acabaram criando “um mundo próprio” onde podiam exercer certa autonomia. De forma análoga, pode-se pensar que muito da “deferência” que as mulheres que investigamos tinham em relação a pais e maridos, constituía-se como uma estratégia para ampliar os limites que lhes eram impostos.

Essas questões apontam para o emaranhado que está subjacente à compreensão do poder. Nesse sentido, torna-se necessário criar categorias que permitam alcançar a compreensão desejada, como também definir situações, por exemplo, transmissão de recursos, comportamentos de solidariedade que vão se constituir em expressões de possibilidades e estratégias de resistência e de autonomia feminina. Neste sentido, buscarei estabelecer um diálogo entre, por um lado, a definição de agência de Anthony Giddens (2003) e, por outro, a definição de resistência de Michel Foucault. Feitas algumas ressalvas, esses conceitos me permitirão caracterizar as atividades das mulheres como baseadas em relações de poder (entre elas e outros indivíduos) e como fundamentadas em seus próprios poderes como agentes causais que são.

No que se refere mais especificamente ao tratamento das entrevistas, buscarei trilhar o caminho seguido por aquelas que veem no diálogo entre a hermenêutica Gadameriana e as teorias feministas uma resposta que possa dar conta das especificidades do conhecimento gerado a partir de várias realidades sem, no entanto, cair no niilismo pós-moderno. Estarei considerando nesse trabalho, como faz a hermenêutica, a existência de um “intérprete” que olha essa

realidade com um olhar distinto e informado por uma vivência também distinta daqueles que investigou. Entretanto, essa diferença não apresenta um obstáculo para a compreensão que é, em última análise, o que buscamos nesse estudo.

Autoras como Suzan Hekman (2003), ancoradas no pensamento de Gadamer, admitem que a diferença entre a realidade observada e a realidade de quem observa é o que permitirá a transformação e a mudança. Isto porque é a fusão de *horizontes* que permite a crítica da tradição através da conversação que poderá vir a trazer mudanças.

Com base nos dados coletados, identificarei alguns elementos que possibilitem demonstrar esferas de atuação nas quais o poder pode se manifestar ao longo da vida das mulheres. É necessário enfatizar que o trabalho efetuado baseia-se em uma dupla interpretação: a interpretação que as mulheres entrevistadas fazem de seu próprio passado e a interpretação que eu faço dessas interpretações. No que se refere à primeira interpretação, ao longo do discurso, muitas entrevistadas interpretam comportamentos de suas mães e avós como relatos que revelam autonomia quando, levando-se em conta o que era esperado para a época em que viveram, isto ia completamente de encontro ao que era esperado. Neste sentido, deve-se entender este trabalho não como uma descrição objetiva do passado recente, mas como uma interpretação deste passado com base em horizontes distintos. Mesmo considerando que a memória é seletiva, que para ser aceita como critério de verdade precisa-se de ressalvas, é importante a sua inclusão nessa discussão. Com ela, marcamos momentos no tempo, confrontamos “horizontes” e identificamos os preconceitos que sustentam nossas ações contemporâneas.

Um momento que nos parece significativo no exercício do poder feminino tradicional refere-se ao casamento. Entretanto, há situações entre as mulheres investigadas em que essa prática iniciou-se ainda na família de origem, por exemplo, a partir da ajuda dada às mães no cuidado com irmãos e irmãs menores. Marcar tais momentos torna-se importante para trazermos à cena aspectos que nem sempre são tratados nos estudos sobre mulheres.

Além da identificação desses momentos que abrem novas possibilidades de exercício do poder, há que se considerar ainda os recursos disponíveis em cada um deles. Assim, quando o exercício da autoridade se dá na família de constituição, a autoridade feminina poderá se estender, também, a parentes mais distantes, tanto do seu lado como do lado do marido. Isto aponta para um aspecto intrinsecamente ligado à definição de agência e de poder causal de Giddens: a relação entre recursos e o exercício do poder relativo à agência. A transmissão de recursos, que podem ser tangíveis ou intangíveis, apresenta uma dimensão particularmente importante nesse trabalho, porque estamos nos referindo a um período e a uma situação em que as mulheres de classe média estavam fora do mercado de trabalho. Ainda assim, têm acesso a recursos e bens herdados ou adquiridos na família de origem e recursos que lhes são passados pelo marido.

Aqui se deve considerar, ao lado da autoridade e também ligado a ela, as estratégias adotadas para a aquisição de valores e bens. É bem verdade que a própria noção de estratégia traz implícita uma situação de relações assimétricas. Entretanto, não se deve subestimar as ações empreendidas pelas mulheres para “contornar” essas situações. São essas estratégias que fazem com que as próprias

mulheres vejam a si mesmas como figuras centrais da organização doméstica e familiar e se percebam ampliando seus próprios limites.

Mas ao lado das situações onde ficam evidentes as negociações e arranjos, existem as situações limites. Essas, em sua maioria, dizem respeito ao controle da sexualidade. Na verdade, o controle mais geral sobre a autonomia feminina tem por base o controle do corpo. Os relatos sugerem que a honra da família depende da capacidade dessa mesma família controlar o corpo de suas mulheres jovens. Novamente aqui temos a imbricação entre poder, ciclo de vida, casa e rua, feminino e masculino.

Todos esses aspectos formam um emaranhado que pode levar a uma falsa compreensão desses termos na vida prática. É muito importante dismantelar a idéia que tem sido veiculada na literatura sobre família e mulher que percebem termos como casa e rua, público e privado, poder e submissão, como dicotômicos e estanques. Talvez, pensar todos esses termos como um caleidoscópio informado por uma matriz social e, portanto, menos aleatório, seja a melhor forma de entender as combinações possíveis e a manifestação efetiva do poder ou sua ausência na vida das mulheres.

Capítulo 2: A Casa e a rua: gênero, agência e poder

2.1 O Privado e o Público, a Casa e a Rua

No capítulo anterior iniciei o relato com a minha experiência do mundo doméstico, onde a percepção da mulher como um ser agêntico leva à percepção do espaço “feminino” como espaço de poder. Retorno, agora, a esse ponto para discutir as implicações teóricas contidas em tal percepção.

Não seria demais repetir que o mundo da casa, que tem sido visto pelo movimento feminista e pelo senso comum como o espaço feminino por excelência, é também visto como locus de opressão da mulher, em oposição ao mundo da rua, local de liberdade e do domínio masculino.

Esses espaços também têm sido apresentados como segregados por autores que se baseiam na teoria dos papéis. Parsons e Bales (1955), por exemplo, mostram as diferenças de gênero em termos de papéis “expressivos”, que são os papéis femininos, e “instrumentais”, que são os masculinos. Sugerem os autores que cabe às mulheres o desempenho de funções ligadas à socialização das crianças e ao gerenciamento da família no espaço da casa e, aos homens, a atuação profissional, no mundo do trabalho. Dessa forma, acaba-se criando expectativas em relação ao comportamento de cada gênero, formando uma “ideologia de gênero”. Apesar da teoria dos papéis se enquadrar dentro da perspectiva do construtivismo social, o fato de se basear apenas na diferença de sexo termina por gerar uma explicação um tanto essencialista, pois, ao segregarem os dois mundos, os autores da teoria dos papéis não

conseguem dar conta de superposições e ambivalências que camuflam as estratégias e ações empreendidas pelas mulheres. Em outras palavras, essa teoria oferece pouco espaço para o questionamento das posições assumidas e não considera a existência de possíveis lugares de interseção ou de indefinição dos papéis desempenhados, embora, como se sabe, postule a idéia de conflito dos mesmos.

Isso significa dizer que a possibilidade de existência de zonas “masculinas” no mundo da casa, e de zonas “femininas” no mundo da rua, são pouco consideradas, impedindo que aspectos reveladores da forma como esses dois mundos se separam e se mesclam podem gerar tipos distintos de poder e de agência.

Outra forma de abordar o mundo da casa e o da rua tem sido feito através da relação entre público e privado, como forma de explicar os papéis masculinos e femininos, bem como a posição secundária da mulher. Ao público, novamente está ligada a rua, o trabalho e a política. Ao privado, está ligada a casa, o doméstico, a família e o feminino.

Essa abordagem, porém, tem sido foco de muitas críticas, já que, ao relacionar a mulher ao privado ou “natural” e o homem ao público ou “racional”, tem servido para explicar tanto a posição de subordinação da mulher, como também a ideologia que constrói tal posição (Davidoff, 1995, p. 227). Construídos dessa forma, esses conceitos parecem não dar conta das muitas situações nas quais as mulheres participam da “arena pública”, quer como indivíduo, quer como parte de um grupo de mulheres reivindicando direitos. Para

esse estudo, a separação entre público e privado acaba não dando conta do entrelaçamento desses dois mundos na sociedade brasileira.

Portanto, em vez de público e privado, parece mais adequado para explicar as relações de gênero que se processam na vida das mulheres que investiguei a noção do mundo da casa e do mundo da rua desenvolvido por Roberto DaMatta (1985). Apesar desse conceito estabelecer uma associação entre o público e o masculino e o privado e o feminino, como o fazem as duas abordagens citadas anteriormente, o aspecto relacional existente entre mundo da casa e mundo da rua possibilita uma leitura mais dinâmica do que é masculino ou feminino. Se o “público” pode estar no privado e o “privado” pode estar no público, então, o masculino pode estar no privado e também o feminino pode estar no público. Acredito que tais noções ajudarão a evidenciar tipos de agência e poder protagonizados pelas mulheres estudadas.

2.1.1 O mundo da casa e o mundo da rua

A casa e a rua, por seus aspectos complementares e relacionais, são caracterizadas por Roberto DaMatta (1985, p.12) como “*categorias sociológicas*” e, portanto, fundamentais para a compreensão daquilo que uma “*sociedade pensa*” e para traduzir “*aquilo que a sociedade vive e faz*”. Seguindo o seu raciocínio,

[...] entre nós, [a casa e a rua] não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas (ibidem).

A casa e a rua não são categorias estanques, posto que são vistas como relacionais e, nesse sentido, uma só pode ser compreendida a partir da outra. São categorias dinâmicas, portanto. Embora sejam conceitos relacionais, percebe-se que, para o autor, a casa é o ponto de referência a partir do qual a rua vai ser percebida. Ou, em outras palavras, considerando a formação da sociedade brasileira, a casa se presta como lugar primeiro a partir do qual se olha o mundo exterior.

De fato, referindo-se à idéia de casa como local privilegiado de análise, o autor nos lembra que essa conotação surgiu nos estudos históricos e sociais brasileiros, onde a casa aparece como um “palco, um local físico a partir do qual famílias dotadas de poderio ‘feudal’ comandam pedaços da sociedade e são os verdadeiros atores da história social brasileira” (Ibid. p.12).

Sendo a casa mais do que uma simples oposição ao mundo da rua, a sua utilização, enquanto categoria de análise, torna-se pertinente na medida em que nela não está apenas o feminino. Na casa está também toda uma rede de relações que engloba o feminino e o masculino, portanto, relações de poder.

A casa, como diz DaMatta, “vai além da fita métrica” e não pode ser definida como uma medida, mas sim por contrastes, complementaridades e oposições. Mas não é exatamente nesses aspectos onde residem os jogos de poder, as negociações e as barganhas? Por sua vez, negociações e barganhas são ações que se dão entre atores sociais concretos: entre homens e mulheres, maridos e esposas, pais, mães, filhos e filhas.

Ao mesmo tempo, é importante lembrar que as diferenças existentes no *mundo da casa* só fazem sentido quando relacionadas ao *mundo da rua* e, assim, “o espaço definido pela casa, pode aumentar ou diminuir, de acordo com a outra unidade que surge como foco de oposição ou contraste”; pode invadir o espaço público, já que oferece uma visão de mundo onde qualquer evento “pode ser lido ou interpretado por meio de códigos da casa e da família” (Ibdem).

Essa afirmativa poderia então ser ampliada para uma reflexão mais desafiante onde seria possível pensar situações onde o feminino do mundo da casa, invadiria o mundo da rua? Acredito que sim, e é o que farei no decorrer do trabalho. De fato, trarei situações baseadas nos dados coletados que se encaixam nesse contexto.

Mas apesar de enfatizar seu lado relacional, não se pode esquecer o lado “geográfico” que o autor menciona na sua explicação do mundo da casa. Esse pode variar desde o espaço privado e íntimo de uma pessoa, até o “espaço absolutamente público” quando por acaso alguém se refere ao Brasil como sua casa. Tudo depende do está sendo explícita ou implicitamente contrastado.

Ainda com relação à dimensão geográfica, esse pode se referir à demarcação dos espaços dentro da casa para explicar que tipo de comportamento é próprio de cada lugar. Há coisas que só podem ser feitas dentro de casa e nela há coisas que têm seus espaços apropriados: “desde cedo aprendemos que certas coisas só podem ser feitas em casa e ainda assim, dentro de seus espaços. Devo comer na sala de jantar e não posso mudar de roupa na sala de visitas o que cria uma rigorosa gramática de espaços, de ações e reações” (Ibid. p. 43).

Tal demarcação dá margem para que as dimensões masculinas e femininas sejam também pensadas no espaço da casa. Com essas dimensões é possível compreender o que é próprio de cada esfera no mundo da casa, visualizando melhor os espaços da atuação da mulher e das restrições impostas aos homens pelo código da casa. Ou seja, os espaços ocupados pelos homens restringem-se ao escritório ou biblioteca, ao terraço da frente ou simplesmente a uma determinada cadeira. Cozinha, dispensa, área de serviço, quarto de costura, são espaços onde dificilmente os homens circulam, estão sob a supervisão da mulher e sob o cuidado delas e constituem-se nos espaços femininos no mundo da casa. Como afirma DaMatta: “Na casa, há os lugares femininos por excelência, como a varanda de trás da casa onde as mulheres “sentadas em roda, costuram, fazem meia, renda, bordados ou coisas semelhantes, enquanto os homens ficam encostados” (Ibid. p.43).

Ao quarto das filhas crescidas, nem o pai nem os irmãos, devem entrar sem pedir licença. Existem áreas comuns de convívio onde todos os membros da família circulam. Porém, só a mulher, dona de casa e mãe, circula e tem acesso a todos os lugares porque supervisiona e comanda. Tal circulação não daria às mulheres informações inacessíveis a outros membros da casa que se constituem também em formas de controle e de poder? Possivelmente sim, como será visto no decorrer do trabalho.

Mas existe também a dimensão geográfica do mundo da rua que DaMatta informa a partir do olhar dos visitantes estrangeiros que vieram ao Brasil no século XVIII, como John Luccok, Sainte –Hilaire e Elizabeth Agassiz. “Na rua, quando por ocasião dos bailes, as mulheres ficam sentadas em fila ao longo do

salão de danças” (Agassiz **in** DaMatta, pág.44). Ou seja, há um espaço alocado às mulheres. Tanto que permitiu ao olhar do estrangeiro a percepção do fato. Esse é apenas um exemplo da geografia da rua. Mais um sinalizador da existência de outras situações do mundo da rua que poderão ser demarcadas, mostrando como o espaço público pode também ser feminino.

A compreensão do que é masculino ou feminino, do espaço da rua, do espaço da casa e do poder depende de um horizonte, de “tradições específicas” e de “preconceitos específicos”, no sentido utilizado por Gadamer. Esses conceitos serão retomados no próximo capítulo. Por ora, é suficiente afirmar que eles formam a condição de entendimento e compreensão segundo esse autor (Gadamer, 2007).

Da mesma forma que os visitantes estrangeiros registram a sociedade brasileira a partir do seu horizonte, no caso a sociedade européia do século XVIII, também as mulheres que estudamos olharão para as suas vidas informadas pela *tradição* que as informou e formou. Nos relatos que empreendem sobre suas mães e avós, está clara a diferença que marcam entre os tempos vividos pelas mães, por elas e por vezes, por mim.

Mas o que se constituiria na *tradição* para se entender o poder das mulheres na família? Em um primeiro momento, a tradição, que ajudará na compreensão a que quero chegar é a “família patriarcal brasileira”, estudada por Gilberto Freyre (1975), onde o mundo da casa e o mundo da rua se confundem, sendo o poder do patriarca mostrado como absoluto.

Por outro lado, em um segundo momento, em função das transformações ocorridas na economia, surge a “família conjugal moderna” estudada por

Antônio Cândido de Mello e Souza (1951). Aqui, já se verifica maior separação entre o mundo da casa e o mundo da rua e também a diminuição do poder do pai.

Freyre e Cândido são mais complementares do que antagônicos na análise do poder do “patriarca”. É preciso estar atento às transformações que o próprio Freyre indica na família colonial brasileira que se processa no século XIX. A separação entre o mundo da casa e o mundo da rua, a substituição da Casa grande pelo Sobrado e da Senzala pelo Mocambo, a diminuição do poder do patriarca e o surgimento de novos atores sociais protagonizando o poder, são transformações que estão contidas nos estudos do autor.

Antônio Cândido concentra-se no período em que se intensifica o processo de urbanização e industrialização no Brasil, utilizando já o termo família conjugal moderna. Partindo da tese de Freyre sobre a família patriarcal, faz uma revisão da estrutura que compõe a família patriarcal proposta pelo autor. Aqui, a separação entre o mundo da casa e o mundo da rua aumenta e a atividade produtiva fora da esfera doméstica, traz relações mais igualitárias para o casamento, de acordo com o autor.

2.1.2 A Família Patriarcal e a Família Nuclear

A família patriarcal é o modelo dominante da sociedade colonial brasileira e tem entre suas características a família extensa, formada pelo patriarca, sua esposa, os filhos legítimos e ilegítimos, concubinas e uma enorme rede de parentesco, onde se inclui parentes, escravos, compadres, todos

conectados por laços de sangue, de solidariedade e de amizade. Além disso, esse grupo apresenta uma distribuição hierárquica de papéis masculinos e femininos, o controle sobre a sexualidade e a reprodução feminina, enquanto que a sexualidade masculina é “livre”¹.

A base sobre a qual tal modelo se assentou foi a economia açucareira, voltada para exportação, ancorada no trabalho escravo e reunindo “uma variedade enorme de funções sociais e econômicas onde se inclui a do mando político” exercido pelo patriarca que não apenas representava mas era ele próprio o poder (Freyre, 1975, p. 23).

A consequência do entrelaçamento entre o modo de produção econômico e o modelo de família que se estabeleceu fez com que o relacionamento entre seus membros se apoiasse na autoridade paterna e na solidariedade entre os parentes (Samara, 1989, p. 15). O que se percebe, portanto, é que, estando as funções social e econômica concentradas na família, a autoridade e o mando do patriarca abarca as duas esferas: o privado e o público, ou melhor, o mundo da casa e o mundo da rua que, na verdade, não se encontram tão separados como passam a ser posteriormente.

Entretanto, em termos mais concretos, a abrangência do poder do patriarca era de tal vulto que chegava, em algumas localidades do país, a influenciar instituições como a Igreja e o Estado e exercer controle sobre as mesmas² (Samara, 1989, p.16-17).

¹ Os estudos contemporâneos sobre masculinidade vêm questionar a suposta liberdade da sexualidade masculina. Ver, dentre outros, Heilborn e Carrara, 1998 e Carvalho, 1998.

² Para estudos sobre a família patriarcal vista a partir de Gilberto Freyre, conferir, entre muitos, Vianna (1974); Pereira de Queiroz (1976).

A explicação que se dá para a dimensão que o poder do patriarca assume no Brasil colonial, aponta para inexistência da sede de um poder governamental local e também para a natureza rural da empresa açucareira. Formou-se, portanto, uma estrutura de poder onde a família patriarcal substitui o Estado, surgindo o que se chamou de uma sociedade de parentes, dando origem a um *familismo* que vai marcar toda a vida colonial brasileira (Samara, 1989). Mas que espaços ocupam as mulheres nessa estrutura de poder?

Para Freyre (1981), a estrutura da família patriarcal tem fortes conseqüências para os papéis masculinos e femininos com relação à distribuição do poder: enquanto o chefe possuía uma autoridade quase absoluta, as mulheres passavam da tutela do pai para a do marido, cuidando da função doméstica que lhe estava reservada e que incluía o cuidado com os filhos e com o marido (ver também Samara, 1989).

É verdade que o próprio Freyre destaca situações onde registra variações da família patriarcal. Destaca mulheres que eram “verdadeiras matriarcas”, que assumiram o comando de suas fazendas, tomaram decisões importantes na vida familiar, geriram os serviços domésticos. A importância da mulher também é mostrada através dos filhos adotando o nome de família materno, quando esse era mais conhecido e importante do que o nome de família paterno (Freyre, 1981, p. 288; 133). Embora na família patriarcal tratada por Freyre ele já aponte a possibilidade do exercício do poder feminino, é Antônio Cândido quem vai enfatizar um aumento do poder feminino na esfera doméstica ao mostrar a maior separação entre a casa e a rua a partir do surgimento da família nuclear moderna.

A outra referência para entender a *tradição* é o estudo de Antônio Cândido, “The Brazilian Family” (1951), que analisa a estrutura e a organização da família patriarcal brasileira. Segundo o autor, a estrutura dessa família possui duas partes: um núcleo central onde estão o casal branco e seus filhos legítimos e netos, tanto do lado paterno como do lado materno, e um núcleo periférico formado por escravos, concubinas, filhos ilegítimos ou de criação, parentes agregados, afilhados, amigos e serviçais. Essa parte periférica incluía, ainda, vizinhos, trabalhadores livres e migrantes que, em função de razões econômicas, achavam-se sob a influência da família patriarcal.

A partir do processo de urbanização e de industrialização, que traz mudanças para a economia, muda também a composição familiar: desaparece o núcleo periférico, permanecendo apenas o núcleo central, resultando na perda da antiga autoridade paterna e na transformação de relações mais igualitárias no casamento (Cândido, 1951).

Enquanto na família patriarcal espaço público e espaço privado se confundem, mantendo a dominação do patriarca e a submissão feminina, na família apresentada por Cândido (1951) surge o espaço privado, reduto da família nuclear, com relações mais igualitárias entre homem e mulher com a diminuição do poder do pai sobre os filhos, tornando visível e possivelmente ampliando o poder feminino.

Sendo assim, a alusão à variação da família patriarcal no tempo e no espaço se dá em função de dois pontos: o primeiro diz respeito aos estudos que questionam a validade do modelo patriarcal de família como modelo único e monolítico para a sociedade brasileira. Esses estudos oferecem uma nova

interpretação e mostram a variedade de famílias existentes. Além disso, incorporam dimensões da vida cotidiana das mulheres, tornando visíveis lugares ocupados pelas mesmas ao longo da sociedade brasileira e suas conexões com o poder³.

O segundo diz respeito a minha adoção pela interpretação do modelo patriarcal de família assumido por Gilberto Freyre como explicação da “tradição”, no sentido de um ideal a ser seguido. Ou seja, não se trata de ignorar as variedades constatadas por outras interpretações, mas de reconhecer que embora o modelo patriarcal não fosse universal na realidade colonial brasileira, ele era, sem dúvida, o modelo dominante, percebido como ideal a ser alcançado.

Nesse sentido, sigo o caminho de Mendes de Almeida (1987) para quem, ao se referir ao trabalho de Sérgio Buarque de Hollanda, a família patriarcal assume um papel ideológico e torna-se a célula básica da sociedade brasileira.

Segundo ela:

“Esse tipo de família, tornou-se uma espécie de matriz que permeia todas as esferas do social: a da política, através do clientelismo e do populismo; a das relações de trabalho e de poder, onde o favor e a alternativa da violência preponderam nos contratos de trabalho e na formação de feudos políticos, muito mais do que a idéia de direitos universais do cidadão” (Almeida, 1987, p. 55).

É este o modelo hegemônico que a partir do qual as mulheres investigadas possivelmente interpretam suas vidas, dando os subsídios necessários para que eu possa compreender a dimensão do poder feminino.

³ Ver, entre outros, Dias (1984); Silva, (1984); Samara, (1989).

2.1.3 O Masculino e o Feminino

Os dois modelos de família colocados tocam em aspectos referentes à constituição do masculino e do feminino que são estruturados em relação ao maior ou menor uso do poder. Ao modelo patriarcal está associado uma representação de masculinidade e de feminilidade segundo a qual o poder estaria concentrado nas mãos do patriarca. Entretanto, este modelo fortemente dicotômico demonstra que, por vezes, na família patriarcal, o poder feminino se manifesta – ainda que como exceção - na ocupação do lugar do patriarca pela mulher.

Já o modelo de “família nuclear moderna” traz uma família reduzida em sua composição e sugere relações mais igualitárias entre homens e mulheres no casamento. Nesse modelo de família, o poder feminino concentra-se no espaço “da mulher” ou no espaço doméstico. Cândido não apresenta maiores considerações sobre os arranjos que se dão. Sabe-se, porém, que o autor tem como referência para a família que esboça a sociedade brasileira em franco processo de urbanização e de industrialização.

Mas o que se pode dizer das relações de poder entre homens e mulheres? Ao mudar o centro do poder das mãos do patriarca, o que acontece com o poder feminino?

Se a análise do modelo patriarcal conduz à percepção do poder como algo tipicamente masculino, o que acontece quando o poder dominante masculino sai da esfera doméstica e passa a ser identificado com o mundo da rua?

Para compreender a passagem do poder da família patriarcal para a família nuclear burguesa “mais igualitária” é preciso entender o desenvolvimento que se opera na sociedade brasileira no século XIX. Freyre (1981) sugere que novos atores sociais passam a concentrar em suas mãos o poder político até então pertencente ao patriarca, o que significa dizer que o poder migra da casa para a rua.

Nas primeiras décadas do século XX, Recife, como de resto todo o país, é beneficiado pela onda de desenvolvimento capitalista ocorrida no mundo, ocupando nesse período um papel predominante na Região Nordeste. Em termos de equipamentos urbanos, isso significou a inauguração de setores como o telégrafo, um serviço de telefonia ainda no século XIX e a inauguração do bonde elétrico no setor de transporte em 1914, apenas para nos referirmos a alguns setores do cenário econômico da cidade. Os homens serão encontrados circulando nesse novo cenário, na medida em que ocupam seus postos de trabalho.

Do ponto de vista da articulação do poder, haverá um deslocamento das mãos do senhor patriarcal para as mãos dos novos setores, agora instalados nas zonas urbanas, que estão em franco desenvolvimento. Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mocambos* (1987), analisa bem essa passagem. Como mostra, é já no final do século XIX que uma nova categoria de pessoas passa a fazer parte e a ocupar os lugares da administração pública, vindo a desempenhar um papel importante nos espaços de decisão. Trata-se da figura do bacharel.

Segundo Freyre (1981, p. 582), a partir de 1845 os homens “à frente da administração das províncias e nas maiores responsabilidades políticas e de

governo, começam a aparecer só homens formados”, se distinguindo assim o prestígio do título de “bacharel” e do título de “doutor”, que passa a crescer nos meios urbanos. Para ele, notícias e avisos sobre “Bacharéis Formados” e “Doutores” começam a aparecer nos jornais anunciando o novo poder aristocrático que se levantava.

O bacharel, de quem fala Freyre, tem sua origem sócio-econômica na terra, mais especificamente no Engenho, e passa a constituir uma incipiente classe média urbana que se forma através dos bancos da Faculdade de Direito e assume diversos cargos públicos e políticos. Pode-se dizer que seu poder ainda tem ecos do poder do patriarca.

Tanto o aumento do número de bacharéis como o surgimento de outros profissionais, está ligado ao surgimento das Escolas de Ensino Superior que, até então, era restrito aos filhos de pais aristocratas que os enviavam para estudar em Portugal.

A partir da primeira metade do século XIX, o acesso é ampliado para membros de outras camadas sociais, através do crescimento das Escolas de Ensino Superior. Em 1827 se instala em Olinda a Faculdade de Direito que a partir de 1854, instala-se em Recife. Outros cursos profissionais vão surgindo e, deles, sairão os atores que compõem esse estudo. Além dos bacharéis, farmacêuticos, médicos, agrônomos e engenheiros começam a entrar no cenário e a constituírem parte das camadas médias do Recife do início do século XX. Com isso, pode-se afirmar que se acentua ainda mais o declínio do poder do patriarca.

A educação traz o surgimento de novas profissões que passam a ser fonte de poder. Esse deixa de ser centralizado nas mãos do senhor patriarcal, acabando por influir na forma como o poder se manifesta na família. O homem passa a ter menos poder em casa. As mulheres passam a assumir tarefas e responsabilidades que antes eram desenvolvidas pelas escravas.

É durante a fase imperial, mas já no final do século XIX, que, de acordo com Freyre, surgem novos valores em torno dos quais a “valorização social” passa a se constituir. Tais valores vêm agora “de uma Europa burguesa, donde nos foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais” (Freyre, 1891, p. 574). Está montado, portanto, um novo ordenamento social que vai ter também influência sobre a mulher da época, sobretudo a partir da família.

Mas é preciso ressaltar que as antigas formas de organização familiar ainda não foram de todo extintas. Continuam existindo valores e resquícios de um prestígio baseado na posse da terra que dava origem à concessão de títulos que ainda continuam sendo considerados elementos de prestígio social. Mesmo em decadência, ser membro de uma ex-família aristocrática ligada à terra ainda permanece uma fonte de prestígio. Como pensar a mulher dentro desse novo ordenamento? De que maneira essas novas concepções interferem na influência e no poder que as mulheres passam a exercer sobre os outros? Como identificar fontes de poder a partir dessa nova ordenação do espaço social? Se para a família patriarcal Gilberto Freyre (1981, p. 93) resalta aspectos relativos à submissão ao marido, segregação e confinamento à esfera doméstica, enfatizando a restrição

do convívio aos filhos, aos parentes, e ao confessor o que acontece com a mulher do final do século XIX?

Antes de responder a essa pergunta, gostaria de ressaltar alguns aspectos relativos à vida da mulher mostrados por Freyre e que bem mostram os espaços onde as mulheres circulavam. Um desses espaços, freqüentemente invocado pelo autor, é a Igreja, que é mostrado através do fervor religioso e do contato com os padres.

Para o autor, a Igreja, através do confessionário, representa uma oportunidade de higiene mental para a mulher em função de sua reclusão. Em suas palavras,

muita mulher brasileira deve ter sido salva da loucura, que parece ter sido mais freqüente entre as mulheres das colônias Puritanas da América do que entre nós graças ao confessionário(...) Confessando-se, elas desintoxicavam-se. Purgavam-se. Era uma limpeza para os nervos e não apenas para as suas almas ansiosas do céu. (Freyre, 1981, p. 94)

Aqui, se tem, portanto, a religião como um fator que contribui para a manutenção da submissão feminina na medida em que auxilia a mesma a aplacar os sentimentos de opressão. Pureza, devoção, obediência e dedicação à família estão entre os ideais que se esperavam das mulheres. Nesse sentido, o regime econômico patriarcal impôs restrições às mulheres “limitando-lhe a influência, sobre a vida comum (...) limitando-lhe a atividade à esfera doméstica ou ao plano da prática religiosa.” (Ibid. p.115).

É verdade que as mulheres no plano da esfera doméstica são retratadas, em muitas passagens, participando de muitas atividades. Porém, para Freyre e para os autores da época que registraram em seus diários⁴ e notas as muitas funções desempenhadas por elas, faltou, certamente, a percepção de que todas aquelas

⁴ Refiro-me aos diários de viajantes que visitaram o Brasil e registraram suas impressões sobre as mulheres brasileiras.

atividades contribuíam para a constituição de um “modo patriarcal de ser e de mando”.

Assim, mesmo desempenhando múltiplas atividades no espaço doméstico, em função das necessidades da época, o que se registra é uma imagem de mulher, por vezes tida como “preguiçosa” e “indolente”, que fica mais como uma ausência do que uma presença no espaço doméstico.

Com relação à educação, os registros referem-se sempre ao pouco desempenho que as mesmas tinham nesse setor. Charles Boxer (1975), comentando a misoginia da Igreja Católica em relação às mulheres, enfatiza o papel dos padres na construção de uma imagem desvalorizada das mulheres já que, de acordo com os manuais jesuíticos, nem as orações que proferiam agradavam a Deus. Melhor, então, que continuassem em suas atividades domésticas.

Posteriormente, o binômio religião-educação vai mudar a constituição do feminino. No final do século XIX, com a instalação de muitas ordens religiosas femininas no Recife, que na Europa já possuíam tradição de ensino, abre-se às mulheres das camadas médias uma oportunidade ímpar de iniciar uma formação intelectual que as suas antecessoras não conheceram. Esse fenômeno permitirá às mulheres um desenvolvimento intelectual que servirá não somente para a aquisição de conhecimento, mas também um aumento de poder na esfera doméstica, muitas vezes através da educação dos filhos e, ainda, para se capacitarem, posteriormente, para o desempenho profissional remunerado.

Embora a formação católica trazida pelas religiosas européias perpetue uma visão conservadora sobre a mulher, com princípios que reforçam os ideais femininos de submissão, obediência e pureza, por outro lado inicia um tipo de

convivência que extrapola os limites da família, separando as meninas do espaço familiar que, até então, se colocava como a única possibilidade para elas. Portanto, é a partir das modificações que se processam ao longo do século XIX e desembocam no século XX que uma nova correlação de forças surge, substituindo o poder patriarcal por outras formas de poder.

A educação e o conhecimento passam a ser fonte para o novo poder na medida em que formará os quadros profissionais e da administração pública a partir do que Freyre chamou a “ascensão do bacharel”. Para as mulheres, essa nova configuração também se manifesta de forma direta, quando se abre a possibilidade de uma formação intelectual através da profissionalização das escolas. Não se trata mais de apenas aprender a ler e a escrever em casa, mas de freqüentar uma escola, obter certificados de conclusão de cursos e de se capacitarem para fazer um curso superior. Todas essas questões vão marcar positivamente o desempenho da mulher em relação ao uso que passarão a fazer do poder. Em se tratando das relações de gênero, à medida que mudam as perspectivas de atuação para um deles, marcam-se, também, mudanças para o outro.

Porém, não se pode deixar de registrar que em meados do século XX, durante os chamados, “Anos Dourados”, a família nuclear tradicional que se estabelece como modelo dominante, reforça para as mulheres a função de “rainha do lar”.

Assim, se de um lado, abre-se a possibilidade do desempenho intelectual para as mulheres através do ingresso nos cursos superiores e no desempenho de algumas profissões, por outro, reforça-se o “lar” como o lugar ideal para a mulher. Ao lado do homem provedor e profissional, encontra-se uma mulher que deve dar

conta das tarefas da casa, que no modelo patriarcal estava a cargo das negras, e ser responsável pela felicidade doméstica. Como diz Bassanesi (1997, p. 627):

Considerá-la a rainha do lar, a principal responsável pela felicidade doméstica, significava não somente atribuir-lhe um poder intransferível e significativo sobre a família - com toda a carga que essa tarefa, nem sempre viável pudesse trazer - mas também reforçava o papel central da família na vida da mulher e, parece claro, sua dependência em relação aos laços conjugais.

Entretanto, é preciso lembrar que, se de um lado, a família nuclear moderna aumenta o espaço de atuação feminina na vida doméstica, possibilitando à mesma um certo empoderamento, por outro, é preciso estar atenta às ambigüidades desse poder. Como mostra o texto de Bassanesi citado acima, a mulher dessa família é o eixo da família, mas depende financeiramente do marido; foi estimulada a estudar bem mais do que o foram sua avó e sua mãe, mas devem dedicar-se à educação dos filhos. Sua esfera é restrita ao lar.

2.1.4 Mulheres e poder no espaço da casa

O que pretendo marcar nesse trabalho é a agência feminina em torno desses dois mundos relacionais e, por vezes, contrastantes. Como dissemos anteriormente, a experiência feminina vivenciada e presenciada por nós no espaço da casa é contrária à imagem de mulher passiva na teoria do patriarcado rural e pela opressão denunciada pelas feministas radicais.

Entretanto, é bom lembrar que, apesar de delinear o modelo patriarcal com forte segregação entre os papéis masculinos e femininos, em muitas passagens Gilberto Freyre (1975, 1981) apresenta mulheres que ocuparam o

lugar de mando dos homens, tiveram importante papel em situações históricas, e que foram chamadas por ele de “matriarcas”. Estariam essas situações mostrando que entre o mundo da casa e o mundo da rua haveria uma maior fluidez do que nos faz pensar o modelo patriarcal? Ou seriam apenas exceções que servem para confirmar a regra? Acredito que o espaço da casa ainda merece uma análise mais cuidadosa sobre o poder nele desempenhado pela mulher.

Dado o reconhecimento que as fronteiras entre a casa e a rua são fluidas e não podem ser consideradas como absolutas, faz-se necessário introduzir um novo conceito que dê conta da experiência específica às mulheres no espaço doméstico. Embora mencione a relação homem/mulher, DaMatta não tem um olhar específico para o mundo feminino como aquele que têm as estudiosas feministas.

De fato, autoras como Leonore Davidoff (1995) e Bonnie Smith (1981), que estudam o mundo feminino, ou seja, as atividades desenvolvidas pelas mulheres no mundo da casa, possibilitam a ampliação das questões relativas a essa esfera que nem sempre haviam sido consideradas.

Na verdade, trata-se de trazer à tona um conjunto de atividades (tradicionalmente femininas) relativas ao cuidado com a casa, com as crianças e com a família de uma forma geral e que, antes do surgimento dos estudos feministas, estiveram fora do escopo do pensamento e das reflexões sobre o mundo social numa perspectiva de empoderamento das mulheres. É verdade que autores como Gilberto Freyre fizeram o registro do feminino, mas sempre com o olhar do patriarca.

Mas mesmo entre as teóricas feministas, o caráter marginal das preocupações com o espaço da domesticidade aparece claramente nas críticas que Davidoff (1995) recebeu ao incluir esses aspectos em suas pesquisas. Segundo ela, “cuidados com a casa, com as crianças e o emprego doméstico era da esfera da mulher que eram, em geral, relegadas ao biológico e, portanto, a um limbo naturalista a-social e a-histórico” (Ibid. p. 53). Assim sendo, seus esforços no sentido de considerar questões desta ordem eram vistos como, na melhor das hipóteses, quixotescos; na pior, como ridículos.

O que essas críticas ignoram é que a preocupação em trazer à tona assuntos até então marginais à pesquisa social e histórica revela a possibilidade de se demonstrar a forma como as atividades domésticas desempenhadas pelas mulheres contribuem para o ordenamento social. A preocupação de Davidoff neste sentido foi resumida por Chamberlain (2008, p. 1) da seguinte forma: “Enquanto alguns artigos focam nas atividades domésticas, outros focam nas relações domésticas. Todos, contudo, estão preocupados com a ordenação social, com o problema do poder e da falta de poder”. Isto significa que a noção de doméstico, ligada à noção de “casa” e contraposta ao conceito de rua desenvolvido por Roberto DaMatta, insere-se em uma perspectiva de gênero.

Para Davidoff (1978) estudar o poder existente nas relações de gênero é um empreendimento difícil por que não existe uma definição de poder que se adeque às situações e aos lugares onde se encontram as mulheres. Para ela, o poder é um

conceito essencialmente contestável, o que significa dizer que não só existem definições radicalmente diferentes de poder como também que esses conceitos são irreconciliáveis porque se originam de teorias fundamentalmente opostas e de diferentes pontos de vista. (1978, mimeo)

É esta relação entre gênero e poder que passarei a examinar de forma mais sistemática no próximo item.

2.2 Sobre Gênero

É somente no início dos anos de 1950, como já foi visto, que ao referir-se a uma maior igualdade nas relações conjugais, Antônio Cândido (1954) possibilita a visualização da existência de algum poder na esfera feminina. Mesmo levando-se em conta alusões feitas à coragem e ao mandonismo de algumas mulheres, em estudos anteriores, as mesmas eram vistas como assumindo “o lugar do homem” (Freyre, 1975; 1981).

Como pensar o mundo da casa como espaço de poder feminino quando as explicações sobre o passado patriarcal referem-se, prioritariamente, às mulheres como passivas e submissas?

Para autoras como Davidoff (1995) que têm no mundo doméstico o seu foco de interesse, as atividades e preocupações que aí se processam, sempre foram negligenciadas e minimizadas, sendo vistas como periféricas aos interesses mais centrais da academia. No Brasil, os estudos sobre a família da primeira metade do século XX não perceberam o mundo doméstico, ocupado pelas mulheres, nem as atividades aí realizadas, nem a sua relação com o problema do poder e da falta de poder.

Faltou, aos autores da época, uma compreensão de tudo que se relacionava à esfera da mulher. Cuidados com a casa, com as crianças e as

preocupações próprias desse espaço eram, em geral, relegados *ao natural, ao biológico* e, portanto, desvinculados do social e do histórico. As teorias que informavam o mundo social ainda permaneciam ligadas ao esquema conceitual “de velhas tradições filosóficas ocidentais que tem construído sistematicamente e repetidamente o mundo de maneira hierárquica, em termos de universos masculinos e especificidades femininas” (Scott, 1999, p. 203).

A partir dos anos de 1960, inicia-se de forma mais sistemática estudos que procuram dar conta das diferenças entre homens e mulheres com foco na subordinação feminina. Tais estudos estão inseridos na agenda reivindicatória do período que protesta contra a discriminação de classe, de raça e de sexo e se manifestava de maneira mais concreta em amplas mobilizações sociais (Linhares, 1987, p. 213).

Os estudos desse período enfatizavam, sobretudo, a construção social da submissão feminina, retirando dela a naturalização e procurando situá-la espacial e historicamente. Tratavam de dar visibilidade à mulher que, até então, tinha sido pouco incluída nas análises sociais e históricas. Como lembra Alison Scott (1988, p. 2), “em sua fase inicial, uma das características desses estudos era o fato da mulher não ser problematizada com categoria social”. O foco era a “mulher” e não o gênero. Nesse sentido, tornava-se difícil explicar a complexa rede de relações e representações sócio-culturais que remetiam ao problema da subordinação. Outros aspectos do período incluíam, também, a tendência a unificar todas as mulheres em um único grupo, deixando de lado a diversidade existente entre elas.

Referindo-se ao estudo de Kate Millet (1970), muitos autores identificam este trabalho como um dos primeiros que relacionou a dominação feminina com a noção de patriarcado, sendo esse definido dentro de uma visão totalizadora, semelhante “a da regra do pai nas sociedades pré-modernas” (León, 1994, p. 29). No final dos anos de 1970 começam a surgir as críticas a esse tipo de estudos e novas propostas são lançadas. De fato, é com o surgimento dos estudos de Gênero, a partir dos anos de 1980, que uma nova agenda de investigação vai surgir no mundo acadêmico. A partir de então, sexo e gênero passam a ser conceitos separados e este último passa a ser percebido como uma categoria puramente social.

Em 1989, o artigo de Joan Scott “Gênero como categoria útil de análise” inaugura definitivamente a idéia de relações de gênero como um sistema que marca diferenças e pode organizar a distribuição do poder da mesma forma que o fazem a raça e a classe. A idéia de gênero como categoria de análise permite ver homens e mulheres em suas relações. Ou seja, ao se falar da mulher, também, se está falando do homem e das relações entre eles, o que não ocorria nos estudos anteriores. Além disso, pressupõe-se que feminilidade e masculinidade só adquirem significados específicos a partir de relações de classe e de raça específicas. Ser feminina, para a classe média, é diferente de ser feminina para as classes populares. O mesmo pode ser dito em relação à raça.

Gênero trata das relações sociais entre os sexos num alcance maior e mais diverso de explicação, permitindo incluir na análise aspectos como a família, a esfera doméstica, a divisão sexual do trabalho, sexualidade, cultura e os espaços de poder (J.Scott, 1989; De Barbieri, 1992; Gomariz, 1992).

O significado do que é ser homem e ser mulher só pode ser compreendido dentro do contexto social e não mais inscrito na natureza. Gênero diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres, como lembra Giddens (2001, p. 101). Masculinidade e feminilidade estão ligadas às desigualdades e diferenças entre homens e mulheres e dizem respeito ao problema do poder masculino e da subordinação feminina. É essa compreensão que vai permitir distinguir as diversas formas existentes de dominação masculina que ocorreram em diferentes lugares e períodos históricos (Barbiere 1996, p. 115).

A variedade de situações vivenciadas por mulheres, em diferentes períodos históricos e entre diferentes classes sociais, pode ser verificada através de uma grande quantidade de estudos que se ocuparam com o assunto. Leonore Davidoff e Catherine Hall (1983; 1987) mostram, por exemplo, como, entre 1750 e 1850 na Inglaterra, emergiram novas esferas para homens e mulheres das camadas médias. À medida que o mundo do trabalho se separava da casa, criou-se uma esfera doméstica para a mulher, como mostra Jane Lewis (1984 p. x):

No início da industrialização a separação de esferas entre público e privado foi legalmente sancionada: mulheres casadas não podiam ter propriedade ou fazer contratos em seus nomes. De fato, elas foram expulsas do mundo dos negócios. Além do mais, a Reform Bill de 1832 explicitamente as excluiu dos direitos políticos pela primeira vez.

A discussão sobre as esferas masculinas e femininas apresentam variações a partir da classe social. Se mulheres de classe média não podiam participar do mundo dos negócios, mulheres da classe trabalhadora podiam trabalhar fora desde as últimas décadas do século XIX e o início do século XX. Entretanto, quando se trata das mulheres de classe média casadas é, somente, a

partir do período entre as duas guerras mundiais, que a expectativa de sua participação no mundo do trabalho remunerado torna-se aceita (Lewis;1984). Tudo isso serve para mostrar que a variedade de contextos sociais molda, no tempo e no espaço, o que se constitui como apropriado e não apropriado para as esferas femininas e masculinas.

Porém, quando se trata da definição dos limites da esfera feminina, esses são, em larga medida, postos pelos homens: “médicos definem a sexualidade feminina, cientistas sua capacidade intelectual, legisladores definem capacidade legal, empregadores e sindicalistas sua posição no trabalho e nos sindicatos, maridos o grau de segurança pessoal, emocional e financeira” (Lewis, 1984, p. xi), sugerindo que a dominação masculina se impõe de forma bastante forte na vida das mulheres.

Entretanto, as discussões sobre as intervenções masculinas na vida feminina geram diferentes tipos de resposta. De um lado, surgem os movimentos reivindicatórios a partir do aumento do confinamento das mulheres ao espaço doméstico e, do outro, um tipo de resposta dada por elas, ao redefinirem ou reinterpretarem a dominação masculina e ao criarem, para si mesmas e em seus próprios termos, uma “cultura da mulher”.⁵

Junte-se a esses aspectos que, ao lado do movimento sufragista, onde muitas mulheres se empenharam, outras tantas se posicionaram contra o voto. Entretanto, não significa dizer que concordavam com o posicionamento dos homens anti-sufragistas que baseavam seu argumento na crença de que as mulheres eram “intrinsecamente inferiores aos homens”. Ao contrário, essas

⁵ Com relação à existência de trabalhos sobre uma cultura feminina definida pelas mulheres, ver entre muitos, Lerner (1980); Smith-Rosemberg (1986); Vinicius (1985).

mulheres acreditavam que possuíam muitos talentos e que, embora fossem diferentes dos talentos masculinos, os mesmos não eram inferiores. Dessa forma, deveriam empregá-los em coisas mais interessante do que na política, mostrando que as mulheres tinham motivações específicas e faziam escolhas próprias. As interpretações sobre suas ações precisam ser “bem flexíveis e profundas para poder acomodar a complexidade dos seus conceitos, crenças e comportamentos”, como diz Lewis (Ibid. p.xi).

Creio que se os casos mostrados aqui, passados no contexto do mundo anglo-saxão, já acenam para as várias facetas do comportamento feminino. O que dizer, então, quando se amplia o foco para outros contextos sociais?

Preocupadas com as dificuldades de existência de perspectivas feministas que abranjam a complexidade das mulheres do *terceiro mundo*, expressão que fazem questão de manter, Mohanty; Russo & Torres (1991) apontam para o fato de que as relações de gênero ocorridas nessas regiões precisam ser problematizadas, principalmente por serem pensadas a partir de estudos realizados em países centrais. De fato, embora ocorra distinção entre os sexos em todas as sociedades, não existe uma forma universal de subordinação feminina.

As questões que ecoam, entre os trabalhos que se debruçam sobre a realidade dos países em desenvolvimento ou do terceiro mundo, remetem a pontos que incluem, entre muitos, a invisibilidade das mulheres nos programas voltados para o processo de desenvolvimento, planejamento familiar, o papel da mulher no processo produtivo, migração, trabalho doméstico, políticas públicas, diferenças raciais, identidade de gênero, etc.(Scott, 1988; Mohanty1991; Barroso

& Bruschini, 1991). Portanto, pensar o feminino significa olhar para as diferenças dos contextos onde as mulheres estão no seu dia a dia e verificar através das relações de gênero que é possível apreender um conjunto de processos sociais que se constituem em processos complexos e instáveis entre as partes relacionadas e interdependentes. Essas, por sua vez, não podem ser compreendidas separadamente, como alega Flax (1996 p. 44-45)

Relações de gênero são divisões e atribuições diferenciadas e assimétricas das capacidades e dos traços humanos. Através das relações de gênero dois tipos de pessoas são criados: homem e mulher. Homem e mulher são postos como categorias excludentes. Cada um só pode ser apenas um gênero, nunca o outro ou ambos. O conteúdo do ser homem ou mulher e a rigidez das categorias são, em si mesmas, altamente variáveis entre as culturas e ao longo do tempo. Até onde podemos compreender, as relações de gênero são relações de dominação [...] e têm sido definidas e controladas pelo homem.

O impacto do conceito de gênero se fez sentir na teoria feminista. Essa, por sua vez, se construiu na busca de encontrar soluções que incorporassem as diferenças culturais entre as mulheres, se alinhassem com as diversas tendências ideológicas do feminismo, enquanto movimento social, e aprofundassem o debate acadêmico em torno das teorias sociais em relação à questão feminina. Dessa forma buscavam reparar, não só a ausência das mulheres em suas formulações, mas, também, questionar o posicionamento filosófico positivista com que as teorias sociais empreenderam suas observações.

No Brasil, os estudos de gênero percorreram muitos caminhos e temáticas, sendo bastante extensas as abordagens realizadas, como reconhecem Heilborn e Sorj (2002). Entretanto, pode-se afirmar que, desde o início dos anos de 1990, tem havido uma preocupação significativa em relação aos avanços teóricos metodológicos. Costa e Bruschini (1992, p. 7), por exemplo, apontam

preocupações teóricas que dizem respeito aos aspectos da “existência ou não de uma teoria e de um método feminista, da adoção ou não do conceito de gênero”. Isto porque, ao realçar o poder explicativo da dimensão simbólica, em vez da dimensão estrutural, o conceito de gênero pode obscurecer a perspectiva transformadora que marcou os estudos sobre a mulher. Dessa forma, autoras como Machado (1992), Sorj (1992), Silva Dias (1992), Buarque de Hollanda (1992) e Heilborn (1992) preocupam-se em seus trabalhos em trazer à tona discussões que contribuam com a formulação de teorias que esbocem melhor a complexidade existente quando o tema é gênero.

Mas como dar contas das diferenças existentes entre tantos contextos, sem cair no construtivismo da perspectiva pós-moderna? Essa é uma questão que preocupa pesquisadoras das mais variadas nacionalidades. No Brasil, entre muitas se destacam os trabalhos de Saffioti (1992; 2004), Sorj (1992), Machado (1992), Heilborn (1992) que mostram preocupação com o efeito sobre o feminismo da passagem da modernidade para a pós-modernidade. Segundo Lia Zanota Machado (1992:3) para Sorj, ao mesmo tempo em que o discurso pós-moderno aparece como uma possibilidade para enfrentar o discurso unificador da teoria feminista da modernidade, por outro, não se pode esquecer que a modernidade como um “campo unificado do social continua presente, demandando um esforço de identificação de denominadores comuns mais além das afirmações particularistas”.

Na verdade, há uma preocupação, entre as autoras citadas, com a relação que se estabelece entre a modernidade e a pós-modernidade no sentido de que, se uma corrente, como foi dito, aponta para a diferença abrangendo as muitas

especificidades existentes em relação à realidade vivenciada pelas mulheres, por outra, tal fragmentação pode levar a uma relativização das situações femininas vivenciadas e, dessa forma, enfraquecer os propósitos do feminismo que tem desde sempre o compromisso de emancipar as mulheres da subordinação em que se encontram. Ao que parece, essas duas vertentes colocam os estudos de gênero em um paradoxo, exigindo que novas formas de abordagem sejam pensadas.

Para Maria Odila Leite da Silva Dias (1992, p. 40), a crítica da racionalidade, bem como a “descoberta do cotidiano como tema das Ciências Sociais”, tem uma participação crucial na formulação de uma teoria feminista que pode atingir uma extensa área de disciplinas. São questões relativas ao cotidiano, entendido aqui como o espaço do mundo da vida, da linguagem e da compreensão que deverá me ocupar aqui.

2.3 Gênero e Linguagem

Como compreender o significado do que é masculino e feminino e a relação entre homens e mulheres através da linguagem, sem cair no construtivismo pós-moderno? Como entender relações de gênero vivenciadas pelas mulheres da primeira metade do século XX? Até que ponto as teorias feministas podem oferecer as ferramentas necessárias para que o conteúdo das relações de gênero do período considerado aqui seja acessado?

A compreensão do masculino e do feminino, das relações de gênero e do poder, só pode se dar através da linguagem e depende de tradições específicas e de preconceitos específicos, no sentido utilizado por Gadamer. É através da

linguagem que se tem acesso ao que se constitui como mundo masculino e feminino: a linguagem é que nos dá o mundo porque possibilita a inteligibilidade que torna a vida social humana possível: “Linguagem é um modo fundamental de operar o nosso ser-no-mundo e toda a forma de constituição no mundo” (Gadamer; 1976 p.65).

O conceito de ontologia em Gadamer é importante para uma abordagem que pretende compreender a vida das mulheres como a que se desenvolve aqui. Por envolver uma interpretação feminina das relações de gênero, esse estudo está vinculado às preocupações das teorias feministas sendo, ao mesmo tempo, resultante e devedor dessa reflexão. Nesse sentido, uma das questões freqüentemente veiculada pelas teóricas feministas, diz respeito à ontologia.

Autoras como Hekman (2003), Code (2003), Hartsock (2003;1990) Harding (1990) entre outras, consideram que as versões pós-modernas do feminismo ao rejeitar o fundacionismo da modernidade, não apresentam nada que possa substituí-lo: nenhuma verdade, nenhuma política. Para essas feministas, tal qual a metafísica, o conceito de ontologia está associado ao legado masculino e, portanto, não pode servir para a resolução das questões femininas e/ou feministas.

Entretanto, ao se voltar o olhar para a hermenêutica gadameriana, percebe-se que o conceito de ontologia em Gadamer tem algo a oferecer e que vale a pena ser considerado. Para a afirmação de Gadamer (2008, p. 21) de que “ser que pode ser entendido é linguagem”, Susan Heckman (2003, p. 190) acrescenta que

A ontologia de Gadamer, não é um conceito ligado à modernidade. Sua discussão do SER não envolve um apelo a um conceito universal, abstrato que transcende a existência humana. Antes, é função da necessidade absoluta do posicionamento (*situatedness*) do conhecimento humano.

Esse enunciado envolve em sua concepção a “indissolúvel conexão entre ser, linguagem e entendimento”. Entendimento é ao mesmo tempo um evento ontológico e um evento lingüístico. Se todo entendimento é lingüístico e *ser* que pode ser compreendido é linguagem, então a distinção entre ontologia e epistemologia desaparece, definindo o que Alcoff (1996) chamou de “ontologia da verdade” (Heckman, 2003, p. 190).

Mas qual o significado de trazer essa reflexão para o caso concreto desse estudo? Significa a busca para compreensão do conteúdo do que é masculino e feminino em um determinado contexto onde os atores estarão interpretando suas vidas a partir de um posicionamento (*situadeness*) em um determinado contexto social. Masculinidade e feminilidade fazem parte de um período de tempo específico e dizem respeito ao contexto em que viveram as mulheres nascidas no início do século XX em um determinado espaço geográfico, Recife, marcado por específicas condições sócio-econômicas e culturais.

Essas caracterizações são importantes para situar a noção de compreensão de Gadamer. Compreender implica sempre no conhecimento da tradição, de horizontes e de preconceitos específicos em relação ao objeto que se quer compreender. Assim, todo processo de compreensão envolve esses três elementos que a seguir serão explicados.

2.3.1 A hermenêutica filosófica como uma teoria da compreensão humana

A hermenêutica, enquanto disciplina distinta, aparece no século XIX com o objetivo de formular uma teoria da interpretação. Anteriormente, durante a Reforma, a preocupação com a interpretação já havia surgido. Estaria o entendimento dos textos bíblicos condicionado à aceitação da fé Católica? Ou esses textos podiam ser compreendidos apenas enquanto textos (Warnker, 1987 p. 2)? Essas perguntas balizavam o tipo de preocupação da hermenêutica, em seu início.

Na sequência das preocupações em torno da interpretação e do entendimento, Schleiermacher ampliou a discussão para além das questões bíblicas considerando que textos clássicos também deveriam ser compreendidos. Mas, na formulação de Warnker (Ibid. p. 2) “como o significado podia ser compreendido, que métodos permitiriam um entendimento objetivo de textos de qualquer tipo”? Dilthey, cinquenta anos depois, ampliou as questões colocadas por Schleiermacher, de quem foi biógrafo, levantando questionamentos que ampliaram o escopo da hermenêutica. Assim as questões trazidas por Dilthey, envolviam aspectos importantes para a abordagem das ciências do espírito, que certamente não podiam ser tratadas da mesma forma que as ciências naturais. Como mostra Warnke (Ibid. p.2), as questões que nortearam o pensamento de Dilthey podem ser resumidas da seguinte forma:

Como obter uma leitura objetiva de estruturas simbólicas de qualquer tipo, incluindo ações, práticas sociais, normas e valores? Como seria possível o entendimento do significado ser posto no mesmo nível e clareza metodológica que caracterizava as ciências naturais? Como poderia ser encontrada uma base sólida para o progresso metodológico?

Essas questões dizem respeito ao surgimento da hermenêutica metodológica e situam a problemática que ocorre para se estabelecer a relação entre conhecimento e entendimento a partir da qual, vai se desenvolver a hermenêutica filosófica de Gadamer.

Mas mesmo considerando a importância que assumem o pensamento de Schleimacher e Dilthey para as formulações de Gadamer, o foco desse estudo estará voltado para esse último autor. Para o escopo desse trabalho será suficiente manter a preocupação originária dos outros dois autores, em torno do significado da compreensão da tradição. Se essa está ligada, inicialmente, aos textos sagrados, paulatinamente se desloca para outras situações que continuam exigindo uma resposta que garanta sua compreensão e entendimento.

Antes, porém, é importante sublinhar que para Dilthey, as ciências do entendimento deveriam procurar obter o mesmo grau de objetividade das ciências naturais. Para ele, a hermenêutica deveria ser uma metodologia e se tornar o fundamento teórico das ciências humanas e sociais e, para isto, deveria se livrar dos preconceitos do intérprete (Palmer, 1999, p. 5). Gadamer, ao contrário, achava que as ciências naturais são “o produto de uma tradição de interpretação e suas normas e padrões são simplesmente os **preconceitos** dessa mesma tradição. “Dessa forma, manter as ciências naturais como referência para o conhecimento em geral, significava não considerar seu condicionamento histórico e nem reconhecer outras normas e padrões historicamente constituídos” (Warnker, 1987, p. 3).

Gadamer volta-se então para “as condições de possibilidades do entendimento” as quais enfraquecem a crença tanto no método quanto na

objetividade. Para ele, a abordagem metodológica tanto nas ciências naturais como nos fenômenos humanos se embasam na história e aceitam certas premissas históricas tanto em relação ao que deve ser estudado como a maneira como se deve estudar. Chega-se, então, a um ponto importante da sua abordagem que é a que conduz a relação entre entendimento e preconceito. Ou seja, para esse autor, o *entendimento* é calcado no *preconceito* e a maneira como se dá o entendimento é condicionado pelo passado e pela história. Em outras palavras, o entendimento é condicionado pela **tradição e** calcado no **preconceito**.

2.3.2 Preconceito, Tradição e Fusão de Horizontes

Mas como entender o preconceito? De fato, essa questão merece uma reflexão, pois é ela que vai condicionar o significado da compreensão. Ou seja, como se pode ter certeza do que o que se está entendendo tem um significado que faz sentido para o sujeito que se quer compreender? Poderia o preconceito ser compreendido como pré-noções que o observador possui ao que busca compreender?

Warnker (1987, p. 78), discorrendo sobre as explicações dadas por Gadamer sobre a natureza do preconceito, traz pontos que ajudam a situar essa noção que causa, à primeira vista, um desconforto quando se trata da investigação científica. Segundo ela, no processo de interpretação, as controvérsias trazidas para o processo de interpretação não se referem apenas às preocupações individuais do intérprete, mas referem-se a controvérsias e interesses que se desenvolvem dentro da tradição histórica a que se pertence. A

tradição contém diferentes interpretações sobre ideais como democracia, por exemplo, e essas interpretações podem ser contraditórias.

No entanto, como argumenta Hekman (2003, p.194) a partir de Gadamer, é necessário que o intérprete seja capaz fazer uma distinção entre os preconceitos “cegos” que obscurecem o entendimento e outros preconceitos que iluminam o entendimento. A preocupação é saber o que distingue preconceitos legítimos dos incontáveis preconceitos que se precisa superar. A superação do preconceito, entretanto, tem que ser visto à luz do que Gadamer considera o objetivo de sua hermenêutica, que é a possibilidade do preconceito ser ao mesmo tempo examinado e revelado. Assim sendo, a análise do preconceito possibilita a distinção entre verdadeiro e falso preconceito.

Preconceito, como dito anteriormente, é uma das condições de entendimento. Interpretando Gadamer quanto ao papel desempenhado pelo preconceito na aquisição do conhecimento e do entendimento, Freudenberg (2003, p. 266) ressalta que inicialmente o conceito de preconceito

refere-se apenas ao fato de que nós não encontramos outras pessoas, textos ou objetos no mundo a partir de um lugar indefinido (*nowhere*), mas sempre trazemos conosco preconceitos e expectativas determinados historicamente, socialmente, culturalmente e biograficamente, a partir dos quais nós compreendemos e interpretamos. Esses preconceitos ou expectativas podem ser revisados e mudados; nosso “horizonte” pode então se expandir.

Para Gadamer (2008, p. 132) “o intérprete e o texto possuem cada qual seu próprio horizonte e todo compreender representa uma fusão desses horizontes.” Sendo o observador parte de uma tradição é também informado por ela e, assim, ao se aproximar de um fenômeno que quer compreender, vai situá-lo a partir de um determinado lugar, ou *horizonte*.

Mas aqui, torna-se importante ressaltar a natureza dialógica da concepção do conhecimento colocado por Gadamer. Como diz: Warnker (1987, p. 4)

Se a atenção prestada por Verdade e Método à questão do preconceito e à influência do passado é importante, não menos importante é a sua tentativa de ressuscitar uma concepção dialógica do conhecimento. Compreensão (*Verstehen*) para Gadamer é antes de tudo chegar a um entendimento (*Verständigung*) com outros.

Tem-se, pois, uma concepção de conhecimento que resulta de uma “conversação” entre um eu e um tu ou entre um eu e vários outros. Tanto esse tu como esses outros podem ser representados por um texto escrito ou por um texto oral. Pode-se tomar o autor ou autores como representando um tu e, pode-se tomar o texto oral resultante de uma conversação como representativa de outros. Essa é a forma como penso tratar o problema que enfrento nesse estudo, onde tenho como interlocutores o texto escrito que informa a dimensão da tradição e o texto oral resultante das entrevistas realizadas.

O texto escrito representa a tradição e informa o modelo masculino e feminino, as relações de gênero e poder que se formaram no contexto da família patriarcal brasileira, consideradas e abordadas deste capítulo. O texto oral resulta das várias entrevistas realizadas com as mulheres nascidas no início do século XX onde as mesmas interpretam suas vidas a partir de uma tradição específica.

Essa conversação, entretanto, remonta à noção de horizonte. O eu, no caso o intérprete, dialoga com um tu a partir de um horizonte que é locado em um contexto específico. Da fusão desses horizontes é que resultará a compreensão do fenômeno que se quer compreender. No caso, o fenômeno que se busca compreender, como mostrado no capítulo anterior, é o poder feminino e

sua relação com os espaços de circulação da mulher que tanto ocorrem no espaço doméstico como no espaço público.

Entra-se, assim, numa “conversação” com o outro ou outros para interpretar as diversas interpretações. Entretanto, como assegurar que o que se compreende é de fato informado por uma dimensão da verdade e não fruto de preconceitos? Ao que parece, Gadamer, ao sugerir a conversação entre um eu e um tu, está considerando que essa conversação se dá a partir de horizontes distintos e que o diálogo deverá considerar as possibilidades de uma abertura entre esses horizontes. É assim que se dará a possibilidade da compreensão. Restam ainda duas questões: o preconceito e a autoridade da tradição. Como saber se o que se compreende não é fruto de subjetividades e preconceito negativo do intérprete? Como abordar a dimensão de autoridade da tradição?

A autoridade da tradição, quando se estabelece o diálogo, pode ser questionada e vista a partir do horizonte do autor e do intérprete. Na fusão de horizontes é possível o questionamento da autoridade. Não foi assim, por exemplo, que se percebeu as diferenças na constituição do feminino e do masculino, nos textos sobre a família patriarcal aqui considerada como tradição? Não está na interpretação desses autores “*glimpses*” ou antecipações que deixam perceber a agência do poder feminino? Não seria a fusão de horizontes entre o autor e o intérprete, condicionada por fatores de sua localização, a possibilidade de questionamento e de compreensão da tradição?

Vale salientar que Gadamer, ao falar de localização ou horizonte, não define exatamente que elementos o constituem. É bem verdade, que se refere permanentemente à existência de um tempo histórico, que se pode traduzir por

horizonte histórico o qual é requerido para se compreender uma dada tradição. Mas a compreensão não significa o deslocamento a esse tempo histórico. “Ao contrário, para poder nos deslocarmos a uma situação precisamos já possuir um horizonte” (Gadamer, 2008, p. 403 [310]).

Portanto, ter um horizonte significa estar situado em um ponto de um determinado tempo histórico que se desloca com o sujeito. Se para entender o outro eu preciso me deslocar para o seu tempo, significa que tenho que me deslocar junto com a minha própria localização no tempo, com o meu horizonte, e não como uma abstração de mim mesma.

2.3.3 Gadamer e as Teorias Feministas

Considerando as possibilidades oferecidas pela hermenêutica filosófica de compreender as relações e gênero e poder através dos elementos que formam as “condições de entendimento” que são tradição, preconceito e horizonte, resta, diante da visão conservadora que essa abordagem apresenta à primeira vista, perguntar por que esse caminho se oferece como adequado para ser combinado com o feminismo, entendido como uma teoria crítica da tradição existente?

A resposta remete às teorias feministas. No seu conjunto essas teorias têm tratado da subordinação feminina, mas têm deixado de lado possibilidades concretas de compreender a vivência das mulheres em relação à negociação com o poder, sobretudo na esfera doméstica, já que, em seu fundamento, partem do pressuposto da opressão feminina em todas as esferas e dimensões da vida. Teorias como a TPF (Teoria da Perspectiva Feminista) argumentam que só é

possível compreender a questão feminina no mundo social a partir da posição das mulheres, enquanto grupo oprimido. Essa versão corresponderia ao feminismo do materialismo histórico, onde a visão correta da sociedade de classe só é possível a partir da posição da classe oprimida na sociedade capitalista. Nessa perspectiva, embora homens e mulheres contribuam com a produção de lucros assegurando a reprodução, “para as mulheres de todas as classes está alocada a tarefa adicional de produzir valor no espaço doméstico e a produção de pessoas através da reprodução e do cuidado.” (New, 1998, p. 352-353).

A teoria do patriarcado argumenta que os homens se apropriam das posições sociais superiores e mantêm as mulheres em posições subordinadas e exploradas. As feministas adeptas da teoria do patriarcado constituem o que se conhece por feminismo radical. Nessa perspectiva, as mulheres são percebidas como uma classe oprimida, já que dependem dos pais ou maridos. Nesse sentido, a filiação com qualquer classe social torna-se uma questão temporária, com as mulheres pertencendo à classe social de seus respectivos pais ou maridos (Charvet; 1982, p.128).

Esses dois exemplos são suficientes para mostrar como as teorias feministas, ao focarem prioritariamente na subordinação feminina eliminam qualquer possibilidade de tratar a existência ou não do poder feminino que se configura nas relações de gênero. Aqui desaparece o caráter *agêntico* da mulher. Ao denunciar a opressão feminina, essas teorias não mostram como as mulheres lidam com os espaços de possibilidade de articulação para escaparem à submissão.

A referência à hermenêutica de Gadamer, portanto, traz a possibilidade de um diálogo com a tradição e com as mulheres investigadas a partir da fusão de horizontes entre a tradição e o intérprete. O intérprete pode, então, situado no seu horizonte, conversar com a tradição e perceber até onde o poder é questionado, resistido ou mantido.

Por sua vez, definições de poder não formam unanimidade. Como visto no início desse trabalho, autoras como Davidoff consideram que “o poder toma muitas formas constituindo-se mais em uma rede complicada de relações do que em uma relação causal direta (Davidoff, 1995, p. 2). Não apenas isso: retomando o que foi registrado no capítulo anterior, estudar o poder existente nas relações de gênero é um empreendimento difícil porque não existe uma definição de poder que se adéque às situações e aos lugares onde se encontram as mulheres, Davidoff (1988).

Retomar as considerações feitas no primeiro capítulo, onde a mulher é percebida como alguém que toma decisões, e por isso não pode ser definida apenas como absolutamente oprimida ou passiva, tornará possível entender como a hermenêutica pode contribuir para o entendimento das nuances da questão feminina. Na verdade, essa mulher agêntica que aparece no início do trabalho é trazida pela intérprete, porque esse é o seu horizonte.

Mas se a hermenêutica oferece a possibilidade de diálogo entre horizontes distintos, nela não se encontra qualquer referência ao poder. Gadamer, na verdade, não trata do poder na sua teoria. Apenas trata da autoridade da qual se investe a tradição. Na verdade uma das críticas constantemente feita à

hermenêutica é a sua perspectiva conservadora ao enfatizar a autoridade da tradição como elemento de condição do entendimento.

Gadamer tampouco menciona a questão das relações de gênero ou da mulher. Entretanto, autoras que advogam a relação de Gadamer com o feminismo como algo frutífero oferecem alguns caminhos. Como diz Heckman (2003, p. 189), Gadamer, ao colocar o intérprete no centro do seu pensamento, possibilita sempre uma nova interpretação da tradição e evita uma abordagem abstrata do conhecimento. Se alguém habita um horizonte feminista poderá trazer uma explicação diferente sobre a mulher.

Continua em aberto, entretanto, a questão do poder. Se a hermenêutica permite o posicionamento do intérprete, e se o horizonte está formado por uma perspectiva feminista questionando as relações de poder que operam em um dado contexto, então o conservadorismo gadameriano não impedirá que se dialogue com a tradição a partir de conceitos outros.

Assim, recorrer a conceitos de outros enfoques teóricos representa a possibilidade de esclarecimento para o problema que se quer entender. No caso em questão, a idéia de mulher como agente enfatizado no capítulo um, e a necessidade de se encontrar um conceito de poder que possa ser apreendido a partir das situações e dos lugares onde as mulheres se encontram, aponta para a noção de agência desenvolvida por Giddens como um instrumento útil para a análise que se pretende desenvolver.

2.4 Agência e Poder: caracterizando as mulheres como agentes

Na sua teoria da estruturação, Giddens (2003) desenvolve o conceito de agência que, por sua ênfase na relação entre ator e estrutura, ajuda à compreensão da noção de poder exercido pelas mulheres investigadas.

A teoria da estruturação busca solucionar, teoricamente, a relação de antinomia existente entre a ação e a estrutura. Como é sabido, o autor busca mostrar como a estrutura é constituída pela atividade humana, sendo ao mesmo tempo meio de sua constituição. Giddens contraria a visão tradicional que postula a estrutura como sistema coercitivo.⁶ Propõe, então, uma abordagem que ressalta “o caráter dual das estruturas na configuração da ação: constrangimento/limitação e habilitação/ possibilidade” (Carneiro; 2006, p 40).

O aspecto de possibilidade e de habilidade, enfatizado por Giddens na ação humana beneficia a reflexão sobre o poder feminino, mesmo levando em conta o constrangimento e o limite existentes na configuração nessa ação. Talvez seja exatamente por isso que esse conceito pode ser útil nesse trabalho. Pois o que se pretende é entender o poder feminino veiculado pelas mulheres de camadas médias nascidas no início do século XX em suas famílias de constituição e de constituição dentro de uma determinada configuração social.

Mas sabendo-se do modelo patriarcal de família como predominante na sociedade brasileira desse período, como localizar situações de atuação feminina que possam ser interpretadas como manifestação do poder?

Giddens (2003, p. 2) afirma que um de seus objetivos com a teoria da estruturação “não é nem a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no tempo

⁶ Tanto para o funcionalismo como para o estruturalismo, a transformação social só ocorre a partir de processos objetivos, impostos aos indivíduos a partir do exterior.

e no espaço”. Continuando, mostra que [...] “as atividades sociais humanas, não são criadas pelos atores sociais, mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam como atores”. Ou seja, é através do exercício de suas próprias atividades que “os agentes reproduzem as condições que tornam possíveis essas atividades” (Giddens 2003, p.2).

Mas o que é um agente para Giddens? Talvez a pergunta feita devesse se referir ao que é um *ser humano* para o autor, já que ele utiliza a expressão *agente intencional* para definir o termo anterior. Segundo ele, “ser um ser humano é ser um agente intencional, que tem razões para suas atividades e também está apto, se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões (inclusive mentindo a respeito delas)” (op.cit.pág.3).

Os termos *atores sociais* ou *agentes sociais* são intercambiáveis e embora Giddens reconheça a conversação e a negociação de significado como características das práticas sociais, ele está interessado em uma forma mais específica de “toda conduta humana” [...] representada pelo poder do agente em “intervir no curso dos acontecimentos ou no estado de coisas” (Cohen, 1987, p. 409).

A concepção de agente em Giddens implica ainda nas noções de consciência prática⁷ e de consciência discursiva⁸. A consciência prática permite que os atores sociais sigam as regras ou as mudem sem qualquer questionamento sobre o seu significado e características. Um papel importante nesse tipo de

⁷ Consciência prática é “o que os atores sabem (crêem) acerca das condições sociais, incluindo especialmente as de sua própria ação, mas não podem expressar discursivamente; nenhuma barreira repressiva, entretanto, protege a consciência prática, como acontece com o inconsciente (Giddens; 2003:440).

⁸ Consciência discursiva é “o que os atores são capazes de dizer, ou expressar verbalmente, acerca das condições sociais, incluindo especialmente as condições de sua própria ação; consciência que tem uma forma discursiva”. (ibdem)

consciência é reservado por Giddens àquelas ações semi-automáticas, sobre as quais não refletimos, a menos que requisitados a fazê-lo. Já a consciência discursiva é mais reflexiva e capaz de “proporcionar a racionalização por parte dos atores, possibilitando explicações e projetos definidos” (Domingues, 2001, p. 64).

Esses dois conceitos mostram os tipos de ação que os agentes empreendem na vida cotidiana estando presente em suas formulações conceitos como *eu, mim e tu*. Giddens chama atenção, ainda, para o fato de que não utiliza os termos freudianos “ego” e “superego”, preferindo usar a expressão “consciência moral” para indicar o componente restritivo que informa o comportamento do agente. Como mostra Carneiro (2006, p. 42)

o agente é entendido como um ser cognoscente e intencionado que monitora reflexivamente suas ações. Ou seja, o ser humano é capaz de desenvolver uma atividade intencionada, possuindo não só alguma compreensão do que faz, mas também das razões por que faz. A razão não se explica como autoconsciência, mas em termos do monitoramento reflexivo da ação. Este é concebido como um processo associativo ao desempenho dos agentes competentes.

A ação intencional não envolve apenas motivações, intenções e razões [...] “não é uma combinação de atos” já que esses “representam apenas um momento discursivo de atenção à experiência vivida” (op.cit.pág.4). Por sua vez, o ato, embora tenha também intencionalidade, difere da agência. A intencionalidade do ato pode não ser cumprida ou ter consequências outras, não pretendidas. Mas entre o ato inicial e o resultado final alcançado, muitos outros “resultados contingentes” irão se interpor, acabando por distanciar aquilo que o ator original fez do que acabou acontecendo de fato. Como diz Giddens (2003, p.12):

as conseqüências do que os atores fazem, intencionalmente ou não, são eventos que não teriam acontecido se eles tivessem se comportado de modo diferente, mas cuja realização não está ao alcance do poder do agente (independentemente de quais eram as suas intenções).

A agência refere-se antes de tudo à capacidade ou o poder que as pessoas têm de realizar coisas e não à intenção contida em suas ações. Diz respeito à capacidade do agente intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, para influenciar um processo ou estado específico de coisas. A escolha de não intervenção, por sua vez, caso provoque, igualmente, um resultado em um estado de coisas, pode ser vista também como uma potência.

Poder está relacionado com a capacidade de transformação, de fazer a diferença. “Ser um agente é ser capaz de exibir no fluxo da vida cotidiana uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros” (Giddens; 2003 p. 17). Porém, quando um agente perde a capacidade para “criar uma diferença”, ou de exercer algum tipo de poder, então deixa de ser um agente.

Chega-se a um entrelaçamento entre agência, agente e poder. Se o agente é o ser capaz de transformar e de exercer uma “ação”, a agência refere-se à capacidade transformadora do agente, a sua potência enquanto *possibilidade* de transformar, e não ao fato de transformá-la de fato. Um agente, portanto, pode ser compreendido como algo que tem determinados poderes causais ou, numa linguagem mais bourdieusiana, determinadas disposições. Ao contrário da concepção de poder de autores como Parsons, para quem ele é visto como “uma propriedade da sociedade ou da comunidade social” (Ibid.p.18), poder, para Giddens, refere-se a potências ou capacidades e habilidades que são socialmente

construídos, por exemplo, quando uma criança aprende uma linguagem, adquirindo o poder de se expressar por meio da fala, ainda que não o faça o tempo todo. Além disso, o poder não é em si um recurso, mas se dá através de recursos. Em suas palavras,

os recursos são veículos através dos quais o poder é exercido, como um elemento rotineiro da exemplificação da conduta na reprodução social [...] O poder pressupõe relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em contextos e interação social. (Giddens, 2003, p. 18).

Entretanto, Giddens ressalta que mesmo no contexto de dependência existem recursos por meio dos quais mesmo os que estão em posição de subordinação podem influenciar aqueles que estão em posição de superioridade.

Giddens classifica ainda os tipos de recursos que estão envolvidos na geração de poder ou na capacitação ou habilidade dos agentes. De um lado, tem-se os **recursos alocativos**, que se referem aos recursos materiais, incluindo o ambiente natural e os artefatos físicos que derivam do domínio humano sobre a natureza. De outro estão os **recursos autoritativos** que são recursos não-materiais, como status e prestígio, por exemplo, derivados da capacidade de tirar proveito das atividades de outros seres humanos; derivam do domínio de alguns atores sobre outros (Giddens, 2003, p. 443).

Em que medida a concepção de agência de Giddens e os conceitos de recursos alocativos e autoritativos são úteis para esse estudo? Será possível enfrentar o desafio de Davidoff (1988), para quem a análise do poder existente nas relações de gênero é um empreendimento difícil por que não existe uma definição de poder que se adéque às situações e aos lugares onde se encontram as mulheres?

De fato, concordo com a autora que escrutinar o poder nas relações de gênero é desafiante. Entretanto, neste trabalho tem-se perseguido um caminho para tornar possível identificar situações de poder apresentadas pelas mulheres investigadas. Nesse sentido, acredito que as noções de agência como potência, bem como a noção de recursos como meio para o exercício do poder são bastante úteis.

Se retomar o caminho que venho seguindo, não importa se o agente está localizado em espaços pretensamente definidos como espaços de poder, como no espaço público, ou se está no espaço doméstico, tido como espaço de não poder. O “agente”, no sentido definido por Giddens, tem a capacidade de “fazer a diferença” a partir da ação que protagonizar e vai encontrar na estrutura na qual está inserido as condições necessárias ao exercício do poder através dos recursos ao seu alcance.

Por sua vez, os recursos apresentados por Giddens, na medida em que se referem a duas situações comuns na vida dos agentes, permite que se identifiquem mecanismos por meio dos quais o poder se manifesta na vida dos agentes. Assim, é possível perceber que, quando diante de um objetivo desejado, as mulheres se empenharão em mobilizar os recursos, seja alocativos, seja autoritativos, que estão mais ao seu alcance dependendo de sua posição na estrutura considerada, inclusive a de classe.⁹

No que se refere à relação entre a teoria da estruturação e os estudos de gênero, penso que esta relação entre recursos alocativos e autoritativos são especialmente interessantes para refletir sobre questões relativas aos estudos de

⁹ Mesmo considerando que as mulheres são pertencentes às camadas médias, em função da heterogeneidade existente nessa categoria social, não se devem menosprezar diferenças em relação aos recursos materiais e simbólicos disponibilizados a elas.

gênero e família. Isto porque, como vimos, esses conceitos permitem uma concepção de poder como algo relativamente disperso e difuso (Scott, 1989, p. 10), e não como algo unificado, coerente e exclusivamente centralizado em estruturas macro-sociais como o patriarcado, por exemplo.

De fato, acredito que, desde que feitas algumas ressalvas, a concepção de poder desenvolvida por Giddens é bastante compatível com a noção de gênero tal como concebida por Joan Scott, na medida em que ambas permitem considerar elementos subjetivos, estruturais e simbólicos existentes nas relações de gênero. No que se refere às ressalvas indicadas, é importante não perder de vista as diferentes concepções de sujeito desses autores: se, para Giddens, o ator ou agente representa um “centro” cujos poderes causais dependem de determinadas condições para que se manifestem (ou para que mudem, mudando o próprio agente), para Scott (1999), que segue uma linha pós-estruturalista, o agente não é visto como um centro, mas como algo muito mais contingente e variável.

Remetendo especificamente às relações verificadas entre as mulheres entrevistadas com outras mulheres de suas famílias, considero a noção dos recursos autoritativos definidos por Giddens, um aspecto especialmente importante para a compreensão do poder existente entre as mulheres que estou estudando.

Trata-se de posições ocupadas principalmente na família de origem, onde, por exemplo, o fato de ser a irmã mais velha ou a única mulher informa situações de poder (entendido aqui como domínio) sobre irmãos e irmãs mais novos de um lado e, de outro, situações que podem ser pensadas como de domínio sobre elas por parte de pais, mães e irmãos ou irmãs. Portanto, quero chamar atenção para a

pertinência da intersecção entre o conceito de “agência” e o conceito de gênero aqui adotado, o que será demonstrado na análise dos dados, mais adiante.

Esse aspecto é importante quando se pensa nos meios que o agente tem a seu dispor para orientar a ação. A relação entre as mulheres, embora não tenha ocupado espaço na maioria dos estudos de gênero, influencia não só a percepção de poder que as mulheres investigadas estão investidas, como também evidencia as ambivalências existentes na vida delas já que vivenciam tanto situações de subordinação como situações de autoridade.

Ademais, tem escapado aos estudos de gênero, em sua maioria, os lugares ocupados pelas mulheres ao longo da vida, como o de irmã mais velha, irmã, do meio, irmã mais nova ou o de filha única. Os estudos de gênero focalizando a família têm considerado prioritariamente, o lugar de esposa e mãe e a relação com o marido. Na prática, esses estudos, ao considerarem apenas as posições mencionadas, subestimam outras posições que contribuem de forma objetiva e subjetiva na formação da matriz de poder que se configura ao longo da vida familiar das mulheres.

Entretanto, existem outras situações vivenciadas que não são esclarecidas pelo conceito de “agência”. Trata-se de nuances existentes em situações da manifestação de poder que podem levar, por exemplo, ao questionamento sobre o que um indivíduo faz quando está em uma situação em que não está sendo um “agente”. É verdade que o autor menciona, embora não aprofunde, os “limites do que pode ser considerado ação - quando o poder do indivíduo é limitado por uma gama de circunstâncias especificáveis”(Giddens, 2003, p.17) e que, em circunstâncias de “coerção social”, onde os indivíduos não têm escolha, não se

pode pensar a total dissolução da ação como tal: “não ter escolha não significa que a ação foi substituída por reação” (ibdem). Apesar disso, Giddens afirma que “todas as formas de dependência” oferecem recursos através dos quais é possível, aos que se encontram em posições subordinadas, influenciar as atividades dos que lhes são superiores (op.cit.pág.19).

Ao que parece, portanto, para Giddens, sempre haverá a possibilidade do ator se tornar um agente. A potência está sempre presente na sua interpretação de poder. Porém, do ponto de vista analítico, escapa alguma coisa que complementa a compreensão da manifestação do ator quando o mesmo se encontra em um contexto de subordinação. Que outra possibilidade haveria para o ator em um contexto de dependência? Em se tratando das mulheres investigadas, o que dizer sobre as atitudes que as mesmas tomaram em relação a pais e maridos diante de imposições, proibições ou de intensa vigilância onde não se identifica uma “agência”, no sentido veiculado por Giddens, mas nem por isso uma aquiescência, no sentido mais restrito, por parte delas?

Como circunscrever tais comportamentos?

Na literatura dos estudos sobre relações de poder e gênero, onde se pretende investigar o poder desempenhado pelos sujeitos no âmbito de suas respectivas esferas de atuação, a noção de poder e resistência em Foucault tem sido a referência mais constante (cf. Couto, 2001 ; Quadros, 2006; Mendes, 2005)..

Esses estudos consideram que a noção de poder Foucaultiano, por lidar com as esferas mais restritas onde relações de tensão se manifestam, pode servir para compreender o comportamento de não aquiescência, as estratégias de

resistência ou as negativas ao poder a que estão subordinados. Neste sentido, nos parece útil associar a noção de poder como intrínseca à agência humana com a noção foucaultiana de poder como resistência, possibilitando assim dar conta das “capilaridades do poder”.

2.5 O poder em Foucault e a crítica feminista

De forma geral, existe entre as autoras feministas o consenso de que a questão do poder é muito significativa para o feminismo, mas que ainda não foi adequadamente abordada (Ramazanoglu, apud. Benargee, 2003, p.64). Isso não significa que o tema não tenha sido discutido. Ao contrário, têm havido discussões e controvérsias em torno do tema e, especialmente entre as feministas pós-estruturalistas, como é o caso de Joan Scott, Foucault aparece suscitando questões e controvérsias. A discussão se dá em torno da adequação, ou não, do seu conceito de poder a uma análise feminista do poder. Entre concordantes e discordantes não são poucos os trabalhos e abordagens discutindo o autor (Hekman,2006; Hartsock, 1990; Butler,1990, entre outros).

Para as que consideram positivamente a perspectiva de poder foucaultiana para a análise feminista, os argumentos giram em torno da consideração a respeito do surgimento da subordinação feminina a partir do discurso institucionalizado, culturalmente construído, da possibilidade de empoderamento através de novos discursos e da resistência localizada que utiliza a diferença existente entre as mulheres (Benargee; 2003).Outro fator importante é a ênfase colocada na sexualidade e no corpo como lócus de controle.

Entretanto, mesmo as autoras que consideram seu uso positivo, ressaltam que Foucault ignora gênero como local de poder e faz poucas referências a essa questão (Ramazanoglu, 1993; Martin,1988 apud Benargee; 2003, p.64) .

Por outro lado, autoras como Nancy Hartsock (1990), analisando criticamente a concepção de poder em Foucault, consideram a mesma inadequada para o estudo sobre as mulheres. Tomando como ponto de partida várias passagens onde Foucault expressa a sua compreensão de poder, justifica seu argumento enfatizando os elementos que, do seu ponto de vista, são contraditórios ao uso na explicação das relações de gênero.

Duas passagens do texto de Foucault são significativas para Hartsock. Na primeira, ela ressaltava, usando as palavras de Foucault, que

o poder deve ser compreendido antes de tudo como a multiplicidade de relações de força imanentes à esfera na qual operam e que constituem sua própria organização; como o processo pelo qual, através de lutas e confrontações incessantes, transforma, fortalece, ou os reverte; ou ao contrário, como as disjunções e contradições que isolam uns dos outros; e, finalmente, como as estratégias nas quais produz efeito (Foucault apud Hartsock 1978, p. 92-93)

Na segunda passagem, comentando sobre a noção de poder foucaultiana, mostra que para ele, “o poder é permanente, repetitivo e auto-reproduzível. Não é algo que se adquira, mas antes, que existe no seu exercício. Além do mais, relações de poder não estão separadas de outras relações, mas estão contidas dentro delas” (Hartsock, 1990, p. 168).

Ao mesmo tempo e, talvez contraditoriamente, comenta Hartsock, relações de poder são intencionais e subjetivas, embora Foucault seja cuidadoso em ressaltar que não existe um “quartel general” determinando a direção do

poder. Sua versão de poder, “talvez seja única, na medida em que ele argumenta que onde há poder há resistência” (op.cit. p. 168).

Para a autora, muito do que Foucault diz sobre o poder mostra, ao mesmo tempo, a sua natureza sistêmica e a sua presença em múltiplas relações sociais, enfatizando ainda que

ao mesmo tempo em que ele ressalta a heterogeneidade e a especificidade de cada situação, ele acaba perdendo a direção do poder como algo sistemático e presente em relações sociais múltiplas. Dessa forma, perde a direção para compreender as estruturas sociais e conseqüentemente deixa de focar na maneira como os indivíduos experimentam e exercitam o poder. Indivíduos, circulam entre nódulos de poder. Estão simultaneamente submetidos e exercendo esse poder (Hartsock, 1990, p. 169)

Comentando as idéias contidas no texto acima, Hartsock ressalta, em primeiro lugar e ao contrário de Giddens, que Foucault acaba tornando difícil encontrar a localização (estrutural) da dominação, incluindo a dominação existente nas relações de gênero. Segundo, que seu pensamento é contraditório na medida em que, ao mesmo tempo em que mostra que os indivíduos são constituídos por relações de poder, argumenta contra a constituição das relações de dominação. Dessa forma, não existe em Foucault lugar para indivíduos concretos como homem, mulher ou trabalhadores. Em termos mais próximos ao referencial teórico que estou adotando aqui, falta em Foucault, e aos pós-estruturalistas em geral, um sujeito agêntico, capaz de desenvolver ações com base em propriedades que lhes são intrínsecas, ainda que socialmente construídas e contingentemente manifestas.

Do ponto de vista do trabalho que estou desenvolvendo esse argumento, apresentado por Hartsock, é um dos mais importantes, na medida em que corrobora a noção de “agência” que estou utilizando. De fato a minha intenção é

mostrar que as mulheres que investigo agem no sentido giddensiano do termo, isto é, utilizam os recursos disponíveis ao seu alcance, por vezes tomam decisões e atuam reflexivamente.

Além disso, Hartsock segue comentando sobre as concepções de Foucault que, ao trazer a imagem de rede como uma forma para compreensão do poder, elimina a própria configuração do poder; tira-o de cena. Para ela, ao mostrar a família do século XIX como “uma rede de prazeres e poderes ligados em múltiplos pontos”, ele está deixando de considerar a importância do poder diferencial existente na família.

Sobre o argumento de Foucault de que o poder é exercido através de uma “rede, como organizações”, onde os indivíduos circulam entre seus nódulos ou pontos de interseção, Hartsock diz que, nesse caso, a imagem de dominação é retirada e substituída por outra, onde a circulação de todos em uma rede de relações traz implicações relativas à agência e à igualdade, em vez de problematizar a dominação sistemática de muitos por poucos. Neste sentido, Foucault parece argumentar que somos todos iguais e em certo sentido somos responsáveis por nossa própria opressão.

O poder vem de baixo. Não existe oposição binária entre reguladores e regulados, mas antes um desdobrar de relações de força que se moldam na maquinaria da produção, da família e continuam até que se tornam a base para uma gama de divisões que percorrem o corpo social como um todo (Foucault apud Hartsock, 1990, p. 168).

O poder é, assim, “onipresente, permeando todo o corpo social”. Toda a vida social torna-se uma rede de relações de poder que devem ser analisadas não a partir do nível estrutural, mas sim a partir do nível local. Escolas, prisões ou o desenvolvimento da sexualidade na família e a instituição da perversão, guardam

semelhanças entre si. Tudo se torna muito homogêneo. “O poder está em toda parte e, no fim, não está em lugar nenhum”, comenta Hartsock (1990, p. 170).

De fato, Hartsock oferece nessas passagens, os fundamentos úteis para o respaldo da escolha da noção de “agência” desenvolvida por Giddens e utilizada nesse trabalho. Por outro lado, retoma-se aqui a dimensão da resistência por se entender que nas situações relatadas pelas mulheres investigadas algumas se enquadram nessa concepção e as noções de “agência” e “ato” com que se vem trabalhando, não expressam o que essa noção pode esclarecer.

2.5.1 O conceito de resistência em Foucault

Para Foucault resistência e poder são parte de um mesmo construto: “onde há poder há resistência”. Da mesma forma que as relações de poder não se localizam em um ponto específico da estrutura social, assim também, não há um local específico de resistência, mas ela estaria em todos os locais onde se verificam as relações de poder, possuindo o mesmo caráter relacional (Fonseca, 2002; Mendes, 2005).

Para Maria Inês Canal (2006), se o poder é uma relação de força, essa mesma força pode ser observada tanto a partir de sua capacidade de afetar como de ser afetada. Enquanto a capacidade de afetar traz implícito o exercício do poder, ser afetado traz a capacidade de resistência. Mas a resistência não pode ser concebida como o vazio que as relações de poder poderiam deixar; antes, é parte constitutiva das mesmas: “onde existe o exercício da liberdade, o rito do

descontente, o silêncio da obstinação de uma vontade de durar” (Canal, 2006), aí existe resistência.

A análise de Canal traz elementos para pensar a multiplicidade de formas em que a resistência pode se configurar. Assim como o poder, diz ela:

a resistência é móvel, mutável...aparece em pontos distintos do tecido social, podendo ainda ser espontânea ou bem organizada (...), coletiva ou individual, violenta ou pacífica, ativa ou passiva...porém sempre faz sua aparição com o outro termo necessário à relação de poder...(Canal, 2006, p.3)

Mas a noção de resistência trabalhada por Canal não se esgota aí. Ela continua trabalhando o termo oferecendo a possibilidade de identificá-la em um vasto número de situações. De fato, é nisso que reside o valor do trabalho da autora, pois a interpretação que faz do conceito foucaultiano expande o seu significado inicial. Não deve ser menosprezado o título do artigo em que discute o conceito de resistência: *“Foucault y el discurso del poder. La resistencia y el arte de existir”*. Resistência como arte de existir sugere o elemento intuitivo. A resistência pode ser também um ato não reflexivo, talvez inconsciente, poderíamos afirmar?

Canal continua na sua definição abrangente sobre a resistência. Como mostra Oliveira (2008), para essa autora, as formas em que se apresentam a resistência são

plenamente criativas forçando, em alguns momentos, o pleno exercício do poder; em outros momentos, evadem-se do poder, olham-no de soslaio; às vezes o enfrentam de maneira direta agindo de surpresa, de forma inesperada, deslocando-se em direção a espaços de revolta inéditos; criando formas novas e diferentes de expressão; aparecendo sob formas institucionalizadas, codificadas e permitidas, ou fazendo-se presente justamente ali, onde não era esperada. (Canal, 2008;).

A interpretação de Canal sobre resistência permitirá a compreensão de muitas situações narradas pelas mulheres entrevistadas, desde que não se perca de vista que, para os nossos propósitos, ela, assim como o poder, frequentemente manifesta-se de forma estrutural, recorrente, e diz respeito às capacidades e habilidades dos agentes. Dessa forma, a idéia de Genovese (1976), colocada no capítulo1, onde o autor trata a aparente submissão ou aquiescência ao poder por parte dos escravos do Sul dos Estados Unidos como forma de resistência ao regime em que se encontravam, poderá também ser pensada como uma das formas encontradas de resistência. Vale lembrar que, para o autor, essa foi a forma encontrada pelos escravos para minimizar o regime de autoritarismo em que viviam; uma forma de defesa, digamos assim.

2.6 Considerações metodológica

A análise dos dados de que dispomos e que resultam das entrevistas realizadas, incidirá sobre o que foi definido anteriormente como ‘fusão de horizontes’. Como foi visto, na perspectiva hermenêutica a compreensão só é possível a partir do encontro e da relação dialógica entre sujeito e objeto. Tal relação se configura como uma conversação, informada por uma tradição comum. Esta tradição é interpretada, por um lado, pelos sujeitos da pesquisa e, por outro, por mim própria, a partir de horizontes distintos. O meu horizonte, como pesquisadora, consiste nas teorias que informam minha visão do objeto,

assim como em minhas vivências cotidianas descritas em capítulos anteriores. (Leithauser & Goldenberg, 2007)

Como a interpretação consiste numa fusão de horizontes, faz-se necessário ainda estabelecer o horizonte das mulheres entrevistadas, de forma que, com a localização de cada uma das partes, ter-se-á ora a confirmação, ora a negação da tradição interpretada a partir dos meus horizontes. Isto levará a uma nova interpretação da tradição, gerando uma maior compreensão do meu objeto.

Ao situar o horizonte das mulheres entrevistadas, será possível perceber os recursos passíveis de serem mobilizados em sua agência o que, por sua vez, nos ajudará a compreender em que medida essas mulheres se constituem como agentes ativos, em grande parte responsáveis por suas próprias vidas. A definição deste horizonte será tema dos próximos capítulos, cujos dados foram construídos a partir de uma série de técnicas de coleta de dados como, observação assistemática, efetuada nas residências dos sujeitos entrevistados, em reuniões filantrópicas e sociais, entrevistas semi-estruturados.

A pesquisa, inicialmente, foi realizada com 22 mulheres (sendo 20 casadas e duas solteiras), e nove homens, (um solteiro, um viúvo e sete casados com algumas das mulheres entrevistadas). Todos os informantes nasceram entre as décadas de 1919 e 1931. Embora meu objetivo fosse compreender a agência feminina das mulheres casadas, dado que feminino e masculino são termos relacionais, achei importante, em um momento exploratório da pesquisa, entrevistar alguns homens a fim de estabelecer um contraponto com a visão das mulheres. Com relação às mulheres solteiras, o interesse era conhecer os espaços que haviam construído para si em uma sociedade que valorizava fortemente o

casamento, especialmente, para as mulheres. Este material, embora não tenha sido interpretado, no sentido mais estrito do termo, foi utilizado para aprofundar e/ou esclarecer questões levantadas durante as entrevistas com as mulheres casadas.

As mulheres entrevistadas foram selecionadas a partir de uma amostragem em bola de neve, iniciada por uma rede de amigos que foram sugerindo amigas e conhecidas com as características relevantes para a minha pesquisa, a saber: mulheres casadas, nascidas entre 1920 e 1930 e pertencerem às camadas médias. Este método já havia sido utilizado por mim em pesquisa anterior, onde estudei casais de camadas médias nascidos na década de 1950 (Almeida, 1988).

As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas na casa das entrevistadas, após contato por telefone. Apenas dois casos divergiram desse padrão: uma em que fui ao lugar de trabalho da entrevistada e outro em que a entrevistada sugeriu vir à minha casa porque poderia ficar “o tempo que eu quisesse”. Mas, na realidade, o tempo de entrevista foi determinado por ela, já que, estando em minha casa, seria rude se eu encerrasse o encontro.

De forma geral as mulheres foram muito receptivas e colaborativas. Apenas uma delas foi mais restritiva e lacônica nas respostas. Certamente não estabeleceu o *rapport* necessário a entrevistas desta natureza, fato que pude observar pela presença do marido e dos filhos circulando e, por vezes, sentando no local onde conversávamos. Em geral, os maridos, mesmo quando estavam em casa, não interferiam nem participavam das entrevistas. Mas quando a entrevista foi realizada com alguns deles, em geral, as mulheres ficavam presentes e

interferiam bastante em suas respostas. Alegavam que eles não se lembravam direito dos fatos. Possivelmente essa era uma forma de controle e de intermediação entre eles e eu.

Durante a realização das entrevistas, empreendi a observação assistemática, observando o estado de conservação dos imóveis, o tipo de decoração (se composta de móveis antigos e de elevado valor econômico), a fim de avaliar a situação econômica das famílias¹⁰. Além disso, procurei observar os retratos de familiares das várias gerações que compõem o círculo familiar das entrevistadas, pois, como afirma Lins de Barros (1987, p. 24) “a fotografia familiar tem presença marcante no universo das camadas médias e é usada simbolicamente para legitimar e valorizar a família”. Neste sentido, as fotografias por vezes serviram de pretexto para esclarecer a estrutura familiar em consideração. Segundo Moreira Leite (1993, p.15) “na fotografia lida-se com a comunicação direta da imagem para procurar em suas características uma significação que não se expressa diretamente e que em alguns casos precisa ser reconstituída”. Em geral, ao remeter às fotos, as entrevistadas mencionavam, com saudade, a ausência dos pais e outros parentes, primas, tias, que em algum tempo do passado, estiveram presente nas tardes de encontro, nos aniversários, nas celebrações familiares. Todas essas questões eram evocadas numa conversa paralela, onde com elas, eu me deslocava pela sala para observar de perto as lembranças que me queriam mostrar.

¹⁰ Plummer (1983:33) apresenta uma série de itens que podem se constituir em “documentos de vida”, que são fontes válidas para pesquisa, além da entrevista tradicional. Na sua relação está contido o item *miscelânea*, referente ao “que as pessoas possuem”. Segundo ele, combinado a uma entrevista, itens desta natureza podem funcionar como um importante itinerário para a memória, no processo de pesquisa.

Sobre os aspectos relativos a construção de histórias de vida pelo indivíduo ver também, Coleman (1991)

Durante as entrevistas, também surgiram, de forma mais ou menos espontânea, documentos que mostravam a história familiar principalmente referente aos pais - como, por exemplo, nomeações de pais por governadores para algum cargo importante - ou livros de poesias, gravuras e quadros feitos por elas. Em uma situação, a entrevistada mostrou peças de cama e mesa elaboradas pela mãe, ressaltando as habilidades de “mulheres de outro tempo”. A memória é também marcada pelo gênero: “é ao mundo mudo [...] que as mulheres confiam sua memória. Não aos objetos de coleção, coisas de homens ansiosos por conquistar pela acumulação de quadros ou de livros a legitimidade do gosto. As mulheres se dedicam [...] à roupa e aos objetos, bugigangas, presentes recebidos,[...]bibelôs, *mil nada*s, que povoam as cristaleiras, pequenos museus da lembrança feminina” (Perrot,1989, p. 13).¹¹

Em geral, o pós- entrevista era marcado por momentos de cordialidade e até de certa cumplicidade, representados não só pela partilha dos objetos de significação simbólico-afetivo, mas também pelo cafezinho ou “lanchinho” oferecido. Uma delas chegou a me presentear com um quadro que pintou.

Nesses momentos, me perdia um pouco do meu papel. Havendo chegado àquele encontro como pesquisadora, os relatos sobre intimidades diante das quais apenas o silêncio era possível, nem sempre era fácil retomar a entrevista, o que fez com que, algumas vezes, eu tivesse de marcar outra ocasião para retomá-la.

As entrevistas foram todas gravadas e transcritas, resultando em um material bastante volumoso. Com a média de uma fita cassete e meia por entrevistada, obtive um texto transcrito em torno de mil páginas. Certamente este

¹¹ Sobre a relação entre feminismo e modelos de pesquisa, ver também Olesen (1994) e Roberts (1981)

material volumoso resultou da minha escolha por entrevistas semi-estruturadas a fim de tentar reconstituir suas histórias de vida. (Bertaux, 1981; Plummer, 1983; Thompson, 1988; Penefs, 1990). Embora houvesse um roteiro que garantisse a estrutura da entrevista para garantir a comparabilidade de aspectos como os relativos à identificação sócio-econômica e a marcação de momentos relativos à trajetória de vida das mulheres, interferi apenas o suficiente para que o diálogo fosse minimamente dirigido para os aspectos que me interessavam. Ademais, para a compreensão do tipo de poder existente na vida das mulheres, que eu queria apreender, não era conveniente perguntas muito fechadas, do tipo sobre quem mandava em que, quem decidia o que no espaço da casa, como fazem, em geral, os estudos sobre poder na família que tratam, principalmente, sobre a relação entre homens e mulheres no casamento (Rocha-Coutinho, 1997). Acreditava, ainda, que para a compreensão interpretativa do meu objeto de estudo, que é a fusão de horizontes, a entrevista semi-estruturada permitia um mínimo de diálogo, mostrando-se superior ao uso da história de vida como método.

Esse método foi positivo, porque permitiu a escuta de relatos interessantes para a compreensão de gênero sobre mulheres do passado da vida das minhas entrevistadas (avós, mães, tias).¹² Mesmo considerando que existe um elemento mítico nos relatos através dos quais os indivíduos explicam suas histórias pessoais, concordo com a afirmativa de que “a construção mental, a partir da memória de fatos individuais que, de outra forma, poderia aparecer incoerente e arbitrária, [...] torna-se um evento biográfico” Penefs (1990, p.36).

¹² Sobre a complexidade existente na relação mito e história, ver Passerini (1990)

Por outro, a sistematização dos dados foi bastante laboriosa. Essa tarefa exigiu a repetidas leituras das entrevistas e várias formas de classificação.

Após a cópia do material transcrito, montei um sistema de classificação recortando trechos sobre educação na família, educação formal e religião, porque, num primeiro momento, esses temas apareceram como os marcadores mais evidentes na vida das minhas entrevistadas. Depois, classifiquei relatos referentes ao que diziam sobre a família, tanto de origem como de constituição, procurando perceber os recursos que manejavam para apreender o poder com que atuavam em suas vidas.

Entretanto, o caráter relativamente assistemático das minhas entrevistas fazia com que dados sobre recursos aparecessem entremeados a diferentes situações da vida das mulheres, reforçando a heterogeneidade não só do grupo estudado, mas também de situações. Por exemplo, se o trabalho fora de casa era exercido de forma homogênea em termos de fase da vida (antes ou depois do casamento), se o significado deste trabalho era o mesmo para todas etc. Assim, se para umas trabalhar aparece como forma de complementação de renda para manutenção de seu status, para outras, o trabalho era uma atividade “opcional”, possivelmente fruto da nova mentalidade a respeito do trabalho feminino.

Dessa forma, construí várias tabelas e mapas para análise. A primeira incluía a origem e tipo de recursos, mas ao tentar escrever sobre eles, a análise não retratava a complexidade do material de que dispunha. Construí então outro mapa a fim de identificar alguns dos preconceitos (no sentido Gadameriano) que informavam o horizonte das minhas entrevistadas. Tais preconceitos dizem respeito a aspectos distintos da vida das mulheres e, por esta razão, eles foram

analisados sob duas perspectivas distintas: uma que tentava identificar os preconceitos mais gerais acerca do tema estudado e que foram colocados de forma mais ou menos espontânea pelas entrevistadas e outra que foca especificamente os preconceitos de gênero. Desta forma, a construção/identificação do horizonte das mulheres constitui o tema dos dois capítulos seguintes que, embora abordem o mesmo tema (preconceitos e horizontes) o fazem a partir de objetos distintos.

Capítulo 3: Interpretando as mulheres

3.1 Breve perfil das entrevistadas

A fim de reconstituir os horizontes a partir dos quais as entrevistadas interpretam a tradição e, portanto, definem seu lugar no mundo e suas possibilidades de ação, traçarei um breve perfil das mesmas. Conforme descrito no capítulo anterior, o universo desta pesquisa consiste de um total de 20 mulheres, nascidas entre 1919 e 1931, portanto, nas primeiras três décadas do século XX. A maioria delas nasceu no estado de Pernambuco, em particular em Recife. As que nasceram em outras cidades ou outros Estados, para cá se mudaram na infância ou a partir do casamento. Do total de entrevistadas, duas eram viúvas e uma era separada; as demais eram casadas. Algumas moravam apenas com os maridos, pois os filhos já haviam saído de casa; outras residiam com filhos e filhas que se separaram, trazendo consigo netos e netas.

Do ponto de vista sócio-econômico, o total das entrevistadas definiu-se como pertencendo à classe média (noção que uso de forma intercambiável com a noção de camadas médias). Como terei a possibilidade de argumentar, esta característica tem algumas implicações em relação ao perfil do grupo estudado. Antes de continuar a traçar este perfil, algumas considerações sobre o uso do termo “camadas médias”.

A identificação das camadas médias enquanto categoria social apresenta problemas e dificuldades teóricas, já evidenciadas em trabalhos de vários autores (Abreu Filho, 1980; Heilborn, 1984; Lins de Barros, 1987; Almeida, 1988). Mas

o que inicialmente pode parecer uma simples dificuldade aponta para a possibilidade de identificar esse universo social a partir “das representações sociais dos atores [...] servindo-se de conceitos como *ethos*, visão de mundo e grupo de status” (Lins de Barros 1987, p. 21), o que está de acordo com a abordagem hermenêutica que estou privilegiando em minha análise.

Apesar disso, há que se reconhecer que, assim como ocorre com a maioria das categorias de identidade, existe uma grande heterogeneidade entre os membros do grupo (Scott, 1999; Mouffe 1999). Se de um lado há, entre as mulheres investigadas, o consenso de que pertencem à “classe média”, de outro, percebe-se diferenças significativas na definição de classe média. Assim, por exemplo, mais de uma das entrevistadas (Letícia e Lenita) consideram-se como “de classe *média, média*” ou, nas palavras de Letícia, algo que significa que “o dinheiro só dava para comer e estudar”. Outras, como é o caso de Carmita e Rita, afirmam que dinheiro não representa um problema: “*eu sempre comprei tudo o que quis*” (Carmita).

Portanto, é preciso ir mais além para compreender não só os pontos de semelhança existentes entre esses dois pólos, mas também as suas diferenças, lembrando que estas se tornam mais complexas quando se percebe que a variação se dá não só entre diferentes sujeitos, mas também na vida de um mesmo sujeito.

Para além das diferenças, entretanto, o pertencimento a uma classe específica parece ter gerado alguns padrões, conforme se pode perceber abaixo:

As mulheres se casaram entre 1938 e 1964. Na média, casaram-se em torno dos 26,5 anos sendo que, ao casar, a mais jovem tinha 15 anos e, a mais velha, 38. Esta média é condizente com o padrão mais geral característico das

camadas médias, que tendem a se casar mais tarde do que as classes mais desfavorecidas como consequência do próprio processo de modernização que tende a afetar especialmente as primeiras (Ariès, 1981; Freyre, 1975; Nogueira, 2005).

A média de filhos entre elas era de 4,0 filhos, certamente mais alta do que a média existente entre a geração de seus filhos e filhas e possivelmente menor do que a da geração anterior, como sugerem os relatos sobre a família de origem. Na geração anterior, ou seja, dos pais das entrevistadas e de acordo com dados levantados a partir do número de seus irmãos e irmãs, a média de filhos era de 5,6 filhos por casal; na geração de casais nascidos na década de 1950 e tendo filhos a partir da década de 1970, que entrevistei em pesquisa anterior, a média de filhos era de 2,5 por casal (Almeida, 1988:53). Embora não se possa generalizar tais dados, eles confirmam a tendência decrescente no número de filhos das camadas mais instruídas da população, com a consolidação do modelo da família nuclear moderna (Cândido, 1951; Ariès, 1981; Nogueira, 2005).

A situação de classe do grupo estudado também parece influenciar o nível de escolaridade. Entre as vinte mulheres da amostra, onze tinham nível superior, sendo que sete cursaram a Universidade antes do casamento e quatro após o mesmo, trazendo questões bastante pertinentes para a análise da agência feminina, conforme será visto adiante. Do total de entrevistadas não freqüentavam a escola regularmente apenas aquelas para quem “dinheiro não constituía um problema” (duas entrevistadas). Isto parece sugerir que, para as famílias mais abastadas, a reclusão das mulheres era um fator de distinção social. Das sete restantes, seis tinham curso médio e apenas uma não ultrapassou o curso

primário. Entretanto, ao longo da vida, aquelas que não foram à Universidade complementaram seus conhecimentos através de cursos de arte, principalmente de pintura.

Outra característica do grupo estudado era que, no momento da pesquisa, todas se definiram como católicas e apenas uma delas se referiu à incorporação da religião espírita a partir de um determinado momento da vida, mais uma vez, confirmando uma tendência das camadas médias da geração estudada. Para todas as mulheres entrevistadas, a religiosidade assume um lugar importante em suas trajetórias.

Já a experiência do trabalho remunerado foi mais freqüente entre as mulheres do que faz supor a tradição. Dentre elas, cinco trabalharam antes do casamento e nove após o mesmo. Do total de mulheres que trabalhavam antes de casar, três não abandonaram o trabalho, embora o tenham interrompido por breves períodos, em ocasiões em que consideravam que seus filhos precisavam de atenção especial. As outras sete trabalharam apenas em períodos específicos de suas vidas.

Como se pode perceber, a situação de classe do grupo estudado implica na disponibilidade de determinados recursos que, conforme a terminologia de Giddens, são divididos em alocativos, isto é, aqueles referentes a condições materiais, como dinheiro, propriedade etc., e autoritativos, ou seja, recursos não-materiais como honra, poder, prestígio, conhecimento etc. A aquisição destes recursos variou ao longo da vida, sendo que dois momentos aparecem como mais relevantes para este trabalho: os recursos adquiridos na família de origem e aqueles adquiridos na família de constituição. Esses dois momentos implicam

ainda em possibilidades distintas de alocá-los, gerando formas diferentes de poder e agência. Por exemplo, a riqueza na família de origem tem desdobramentos sobre o poder dessas mulheres na família de constituição, como será possível observar.

Veja-se agora alguns dos principais recursos que estavam disponíveis a essas mulheres, de acordo com sua situação de classe.

3.2 Os recursos e suas origens

Todas as entrevistadas eram proprietárias dos imóveis em que residiam. Cinco moravam em casas térreas situadas em bairros de grande valor imobiliário e classificados como bairros de classe média e alta, como Boa Viagem, Casa Forte, Parnamirim e Torre. Destas, duas herdaram dos pais as casas em que residiam, transmitidas no momento do casamento, e duas moravam em casas construídas pelos maridos em terreno pertencente a uma das famílias, também no momento do casamento. Apenas uma havia comprado a casa em que morava e já depois de casada. As demais mulheres moravam em apartamentos amplos, possivelmente derivados, da venda das casas herdadas. Alguns deles eram mobiliados com móveis e objetos que pertenceram aos os pais ou avós. Como se pode perceber, o casamento representa um marco importante na transmissão dos recursos alocativos.

Os recursos autoritativos podem ser percebidos na importância atribuída a objetos de valor intelectual, relativos ao estilo de vida dessas famílias: quadros originais na parede, pianos, peças de arte, estantes com muitos livros e, em

alguns casos, um cômodo somente para os livros a que chamam de biblioteca (Lins de Barros, 1987). O escritório ou biblioteca era um símbolo do valor intelectual cultivado em algumas famílias, como ilustra o relato de Luíza:

Logo que eu me casei, a primeira coisa que eu fiz foi arrumar a biblioteca que era bem pequenininha [...] hoje eu tomo conta dessa biblioteca, fiz o fichário da parte penal todinha, essa daí que está atrás de você. Agora fiz um curso de computação para computar todos esses livros, porque isso daí é tudo manual.

Este relato ilustra bem o tipo de recurso autoritativo referente ao estilo de vida específico de parte das mulheres em questão: sua catalogação e atualização constante pode tornar seus maridos dependentes delas para encontrarem o que precisam, expandindo, assim, a falta de autonomia dos mesmos em partes da esfera doméstica que poderia ser considerada domínio masculino. Certamente isso deve ter sido mais fácil e adquirido mais importância entre aquelas cujas famílias de origem valorizavam a intelectualidade como signo de distinção social.

Como se pode perceber, o tipo de recurso pode variar em função de sua origem, isto é, aqueles herdados da família de origem e aqueles construídos pela família de constituição. Dado que o casamento representa um momento de transmissão de bens, é importante refletir sobre o tipo de recurso que as diversas entrevistadas trouxeram da família de origem. Isto implica em esboçar a situação financeira dos pais e do tipo de bens transmitidos.

Segundo os recursos disponíveis na família de origem, o grupo estudado foi dividido em três grupos. A classificação desses três grupos teve como referência o relato das mulheres entrevistadas sobre a origem de seus pais, especialmente do pai, bem como sobre as condições de vida que experimentaram

na infância. A maior ou menor disponibilidade de recursos vai moldar um estilo de vida, com referências a viagens, formas de consumo ou prestígio social das ocupações exercidas pelos pais. Essas questões apontam para a percepção que tinham sobre o status de suas famílias.

No primeiro grupo estão mulheres cujos pais possuíam excelentes condições financeiras e gozavam de grande prestígio. Os pais desempenhavam funções ligadas aos setores de comércio e banco, à propriedade da terra, à política e às profissões liberais bem remuneradas, como a medicina. Carmita, Rita, Mira, Cléa e Luciene, são identificadas como pertencentes a esse grupo. O recurso alocativo mais evidente transmitido para as mulheres deste grupo é a riqueza. Esta, pode ser percebida através dos bens materiais transmitidos no momento do casamento: casas, terrenos, mobílias etc. Para as filhas únicas (Carmita e Rita)¹³, terrenos e casas para residir são doados bem próximos à casa dos pais, às vezes no mesmo terreno, mantendo a convivência cotidiana e borrando os limites entre as casas. Tais situações podem ser ilustradas nos relatos abaixo:

Quando eu casei, fui morar na casa junto a meus pais. Papai tinha construído uma casa para nós. Era uma casa pequena, só tinha três quartos, duas salinhas, terraço, cozinha, dependências de empregada, mas era uma casa pequena. Tinha uma porta no quintal que passava para a casa deles (Carmita).

Como a casa [do pai] era muito grande, tinha um terreno muito grande, ele deu uma parte para meu marido construir, porque ele era engenheiro. Ele não queria se separar, não é? Então meu marido construiu essa casa junto, no mesmo terreno. São duas casas. [...] Então eu mandava muito os meninos para mamãe ficar com eles. Mas nem muro tinha entre as casas (Rita).

¹³ Embora Mira seja filha única, o seu caso foi diferente. Tendo nascido em outro estado, transferiu-se para Recife no momento do casamento, passando a morar junto à rica e influente família do marido.

Na segunda faixa, estão aquelas cujos pais possuíam situação financeira inferior, quando comparada ao grupo anterior, porém, ainda tinham poder por terem pertencido à aristocracia rural do passado e, portanto, exerciam cargos de confiança e funções burocráticas de prestígio junto a setores governamentais e cargos políticos. Outros eram empresários de médio porte, ligados à construção civil, fazendeiros, professores de curso secundário e universitário. Cristina, Maria Odete, Maria Adélia, Neuza, Marlene, Lucia, estão neste grupo. O principal bem transmitido para a família de constituição via casamento é o prestígio.

Embora, neste grupo ainda se possa identificar a transmissão de bens materiais de maior porte, como terrenos para construção da casa, essa situação ocorre para aquelas cujos pais eram ligados à aristocracia rural. Nestes casos, em geral os terrenos recebidos eram localizados em terras dos engenhos desativados. Os irmãos e irmãs também recebem terrenos para construção de suas próprias casas, formando-se uma comunidade familiar em torno da casa de origem, muito próxima à família extensa do patriarcado rural, embora com algumas diferenças, devido ao processo de urbanização que alcançou antigas áreas de engenho (Maria Odete e Maria Adélia). O efeito do respaldo dado pela vizinhança é a relativa autonomia que as mulheres experimentam em relação aos maridos. Prevalece neste grupo os recursos autoritativos: o nome de família, o prestígio na comunidade, as relações sociais mais amplas.

Quando eu me casei eu vim diretamente para essa casa. Eu morei aqui desde que me casei. Essa casa foi ele [o marido] quem construiu. Ele é engenheiro. Aqui estou sempre cercada de gente [...] meus irmãos, minhas irmãs. Quase todo mundo mora na Madalena, é um feudo quase, porque isso aqui era um engenho. Meu irmão mora ali, minha irmã mora adiante

[...] Todo mundo ajuda todo mundo. Minhas cunhadas, as que casaram com meus irmãos, ficaram iguais [...] Eu sempre vivi em comunidade (Maria Adélia)

A família do meu pai era muito conhecida aqui. Meus filhos mesmo, usam o sobrenome do avô. Minha filha é cantora, botou no nome artístico dela o sobrenome do avô. Ela diz que é mais conhecido. (Marlene)

A origem de antepassados pertencentes à aristocracia das mulheres deste grupo fazia com que elas se percebessem como dotadas de uma dignidade especial, o que, como já foi dito, possibilitava algum tipo de autonomia em relação ao marido. Certamente, numa sociedade com características altamente relacionais como fala DaMatta(1985), tal aspecto não deve ser minimizado enquanto bem simbólico. A identificação que permanece com a família de origem sempre abre caminhos para o exercício de autoridade e influência sobre outros.

Por fim, o terceiro grupo inclui aquelas cujos pais foram identificados como funcionários públicos da burocracia estatal, pequenos comerciantes e técnicos de nível médio. Paralelamente à ocupação dos pais na referência ao cotidiano familiar, estas mulheres mencionavam limites financeiros existentes. Elas tinham consciência de que os recursos econômicos disponíveis eram escassos, necessitando de ajustes constantes para a manutenção dos valores prezados na família, como um bom nível educacional através da frequência a bons colégios e realização de cursos complementares, em geral ligados às artes. Letícia, Lenita, Alba, Socorro, Verinha, Aracy, Linda compunham o grupo.

Os recursos simbólicos ou autoritativos que trazem para a família de origem estão especialmente ligados ao conhecimento do “bom comportamento”

em sociedade: etiquetas, valores morais que garantiam um bom casamento. Para algumas, ainda, existe a experiência de cuidar da casa ou de crianças pequenas, que ocorre em função da posição ocupada por elas em sua família de origem: irmãs mais velhas, ou filhas únicas em meio a irmãos homens, essas mulheres assumiam as obrigações maternas no cuidado com os irmãos e com a casa, antecipando experiências (e encargos) que assumiriam apenas ao casar. A gerência, organização e processos decisórios que desempenham no espaço doméstico acabam por lhes conferir autoridade, inferida pela obediência e respeito por parte dos irmãos e, também, do pai. Mesmo após o casamento, permanece o reconhecimento dos irmãos e irmãs que, por vezes, vêm morar com a irmã mais velha na nova família.

Desde 13 anos que eu sou chefe de família: minha mãe não quis mais tomar conta de casa e passou tudo para mim. Eu sempre tomei conta dos irmãos [...] Quando eles nasciam era eu que dormia com eles. [...] eles sempre foram muito ligados a mim [...] Luciana e Nelinha, minhas irmãs, casaram lá em casa. Porque elas vieram morar comigo quando eu casei. (Aracy)

Eu sempre fui muito correta, eu não mentia, eu era muito estudiosa, muito séria, entendeu? Eu casei virgem, mas virgem mesmo de ações e tudo [...] Aprendi isso em casa e na escola. Minha mãe era uma mulher simples, não tinha muito estudo, mas me ensinou as coisas. (Letícia)

Lá em casa [...] papai e mamãe [...] ensinaram a gente a não mentir, a ser correto. Minha casa foi uma escola (Lúcia)

A classificação acima não significa que os aspectos ressaltados sejam exclusivos de cada faixa. Na verdade, eles se manifestam em todas elas. Assim, por exemplo, Luciene, situada na faixa mais abastada, também cuidou de irmãos porque a mãe não quis mais tomar conta de casa e passou a viver para a religião. Marlene, por seu turno, conta que quando os irmãos casados estavam com

problemas financeiros o pai, mesmo tendo pouco dinheiro, ajudava, convidando-os para morar com ele. Muitos outros aspectos ainda poderiam ser levantados. Entretanto, creio que no momento esses são suficientes para situar os recursos mais característicos que as mulheres entrevistadas trouxeram de suas famílias de origem. Eles nos permitem perceber que tanto a riqueza que trouxeram da família de origem em forma de recursos alocativos, como casas, mobílias, entre tantas outras coisas, como também em forma recursos autoritativos, como o nome de família, relações sociais, freqüência a clubes e aos “melhores círculos”, como sugere Perrot (2006), para a burguesia francesa, e Davidoff (1974) para a classe média inglesa, possibilita a autonomia que podem vir a experimentar após o casamento.

Como foi dito anteriormente, a família de constituição vai inaugurar um novo momento na vida das mulheres, reordenando ou reafirmando sua posição. A comparação desse momento com o da família de origem, percebe-se que o grupo passa agora para duas classificações e não mais três, verificando-se uma movimentação tanto no sentido ascendente, como no sentido descendente em função das muitas situações ocorridas na vida.

Ao lado daquelas que apresentam sinais de prosperidade em relação a sua família de origem e desfrutam hoje de razoável estabilidade, outras aparecem com sinais bastante evidentes de decadência financeira em relação ao que já haviam possuído. Nesses casos, os apartamentos eram menores e a decoração menos elaborada com vários objetos em estado de conservação precário.

Essas eram viúvas de maridos comerciantes que mesmo tendo substituído o marido nos negócios, não conseguiram ampliar o patrimônio

herdado. Estaria aqui uma questão cuja explicação seria a impossibilidade da mulher entrar no mundo dos negócios? Ou outras questões se somam a essa explicação? Que escolhas tiveram ou que estratégias utilizaram para buscar outros caminhos? É a análise mais minuciosa do que fizeram de suas vidas que dará uma resposta menos apressada.

É preciso observar que ao se considerar o conjunto como todo, percebe-se que em alguns casos houve oscilação das posições ocupadas dentro da própria categoria social tanto para cima quanto para baixo. Entretanto, permaneciam as características que definiam a pertinência a esse extrato em termos de valores morais, sociabilidade e outros preconceitos, no sentido gadameriano do termo, e que passarei agora a caracterizar a fim de, posteriormente, indicar o horizonte das mulheres que constituem o objeto esta pesquisa.

3.3 Preconceitos: os mitos pelos quais vivem as mulheres

Como foi visto na seção anterior, muitos dos recursos autoritativos disponíveis às mulheres pesquisadas referem-se a elementos simbólicos relativos valores considerados relevantes. Esses valores constituem, em larga medida, os preconceitos (“juízos prévios”) a partir dos quais as mulheres interpretam a tradição. No que se refere aos elementos da família de origem, três aspectos foram ressaltados: os títulos de nobreza de avós por parte de pai ou mãe (como é o caso de Maria Adélia e Marlene), a posição do pai ligada à terra como “filho de dono de engenho” pelo prestígio que ela ainda assumia na sociedade

brasileira do início do século XX (Maria Adélia) apesar da crise financeira do setor e, finalmente, a valorização do conhecimento e da educação formal enquanto fonte de manutenção e de ascensão social que é comum à maioria delas.

A narrativa sobre tais fatos revela a permanência da valorização simbólica pelo aspecto de distinção que os mesmos oferecem e a partir dos quais a realidade é julgada. Marlene, por exemplo, fala da avó materna, que era Baronesa de Santarém, cidade localizada no Estado do Pará. Aqui a referência avó, figura feminina que carrega um título de prestígio, mesmo que tenha sido adquirido através do marido, faz com que Marlene a ele se reporte imbuída de uma dignidade e mesmo de uma vaidade que permite a si mesma se sentir “distinta”. Falar sobre a avó implica uma *recordação* que como diz Giddens, é “um modo de recapitular experiências passadas de modo a focalizá-las na continuidade da ação” (2003, p. 56). Assim, a experiência familiar em relação a formas de distinção são positivamente valoradas, o que possivelmente encoraja a auto-estima das mulheres e tem repercussões positivas no desempenho do exercício do poder que vêm a experimentar ao longo da vida.

O mesmo sentimento é encontrado em Maria Adélia quando fala da avó que também tinha entre seus ancestrais títulos de nobreza. O que terá esse passado aristocrático imprimido na percepção que as mulheres tinham de si mesmas enquanto descendentes de uma nobreza que, embora em extinção, ainda é referência muitos anos após a sua total dissolução? Davidoff (1987, p.18) ressalta que, na Inglaterra, embora os “grupos médios” buscassem distinguir-se da aristocracia e da pequena nobreza rural, mantinham uma forte identificação

com os mesmos no que diz respeito à base de sua propriedade e de seus sistemas de valores.

Ao se referirem aos antepassados aristocráticos, as mulheres enfatizam a dignidade, a educação e o prestígio que os mesmos tiveram no meio social em que viveram, e comentam sobre os rituais sociais em que estavam envolvidos, ora mostrando a existência de um grupo “culto” que se encontra para estreitar e reafirmar a sua pertinência de classe e os laços de solidariedade, que ajudam a manutenção do status, como no caso do relato de Maria Adélia, ora ressaltam os valores de esforço e trabalho característico das atitudes masculinas de gênero, como no caso de Marlene

Minha mãe contava isso... Eu posso lhe dizer que naquela época menino/menina, não participava de nada. Então na casa da Baronesa às quintas-feiras, tinham sarais e mamãe ficava olhando da escada, entende? Então tocava-se, e declamava-se e faziam-se poesias (Maria Adélia).

Minha mãe era neta do barão de Santarém. Meu bisavô materno, era português oriundo de Guimarães, iniciou a vida aqui como comerciante associando-se ao irmão, constituindo uma firma que permitiu angariar recursos para tornar-se fazendeiro. Depois se tornou o Barão de Santarém (Marlene).

Marlene mostra a trajetória do bisavô que, após passar por vários degraus no caminho da ascensão social, entrou para a política, tornou-se vereador de Santarém e, posteriormente, chegou a ser nomeado Segundo Vice-Presidente da Província, pelo Imperador, sendo chamado a dirigí-la por diversas vezes.

Essas informações complementares foram enviadas por Marlene em uma carta escrita a pedido meu, posteriormente à entrevista. Os detalhes contidos na carta revelam sobre a trajetória das bisavós, materna e paterna, mostram que a história do poder e do prestígio da família tanto materna, como paterna são, em

alguns casos, cuidadosamente guardados em documentos ou na memória, podendo ser acessados facilmente para resgatar o poder simbólico que podem conferir.¹⁴

Dois aspectos que apontam em diferentes direções acabam por levar a um ponto comum. De um lado, os aspectos culturais e artísticos dos encontros da casa da baronesa revelam o próprio valor que a entrevistada confere à cultura e à arte presente nos relatos sobre a sua atividade de poeta. De outro, mostra o esforço do bisavô migrante que consegue ocupar postos de destaque na política e no mundo da prosperidade, como valores definidores do masculino contidos na tradição. Ambos são definidores dos valores das camadas médias.

Mas além de títulos e bens, há também o empenho nos estudos e na vida profissional para marcar diferenças e construir espaços significativos de referência mencionados pelas mulheres. Ancestrais aristocráticos e pais empreendedores que vieram a possuir fortunas e/ou prestígio, são marcos importantes.

Esses relatos são uma evidência da existência dos valores da tradição no horizonte das mulheres entrevistadas de que fala Gadamer (2008). Ao se reportarem ao passado, estão reafirmando esses valores, se definindo através deles que fazem parte do seu horizonte. Como diz Gadamer, a tradição é também conservação no sentido de escolha. A reafirmação dos valores que informam a (interpretação da) tradição aparece muito claramente na rememoração do período de infância.

¹⁴ Uma das mulheres entrevistadas, apresentou-me com a biografia do seu pai, homem de estaque no cenário jurídico de Pernambuco e professor da faculdade de Direito

Falar na infância significa falar nos valores que permearam essa fase da vida e que foram transmitidos através dos ensinamentos e valores do dia a dia na família, da escola, da religião e do conjunto de imagens que evocam a respeito do que chamo “impressões de gênero”. Essas se referem à interpretação que fizeram das figuras masculinas e femininas que povoaram seus horizontes na infância e que continuam fazendo parte deles.

Como disse uma delas “*a memória é a misericórdia de Deus*”, a possibilidade de continuidade do que já passou, uma forma de conferência da própria identidade. Para mim, a memória delas traz a possibilidade de apreensão do que foi significativo em suas vidas para, com isso, tecer a trama que viabiliza a compreensão do poder que exerceram.

Que imagens de homens e mulheres marcam a concepção do masculino e do feminino no discurso dessas mulheres sobre a sua experiência na infância?

Ao falarem sobre pais e mães, as entrevistadas enfatizam o desempenho profissional e intelectual do pai e, quando é o caso, a influência que o mesmo tinha na política local e até mesmo do País, já que alguns foram políticos. Confirmam, portanto, a permanência do modelo da tradição onde as atividades masculinas concentram-se em torno da rua ou do público e as femininas em torno da casa, como visto anteriormente.

Mas são os relatos sobre as mães e outras mulheres com quem conviveram, como avós e tias, que mostrarão a atuação das mulheres no espaço da casa, que vai contrariar a visão veiculada da mulher passiva na vida que relatam sobre suas mães. Dessa forma, tem-se a possibilidade de constatar o que Heckman sugere ao defender a utilização da hermenêutica gadameriana como

recurso para análise feminista. Ou seja, a tradição, oferece possibilidades de contradição quando traz elementos que destoam das visões estabelecidas permitindo novos questionamentos (ver cap. 2). Ou será aqui a leitura da intérprete a partir do condicionamento do seu horizonte que vai perceber um comportamento agêntico nas mães dessas mulheres?

Nas histórias contadas sobre os pais, aparecem muito claramente aspectos referentes a “agência” masculina com vistas à construção de suas trajetórias no mundo do trabalho. É com entusiasmo que falam dos pais que foram o que se poderia chamar de “*self made man*”, isto é, homens que “se fizeram sozinhos” na vida, enfrentando condições adversas.

Ele (o pai) veio de Portugal e foi trabalhar como empregado comum no armazém de tecidos Narciso Maia. Ele veio na companhia de um tio, quando chegou ficou morando com o tio... Depois meu pai saiu da firma e teve armazéns de miudeza na Rua do Rangel, já no fim da vida dele, ele foi dono da Casa Esperança (de sapatos). [...] quando ele chegou aqui mal tinha o curso primário, então ele tinha uma vontade muito grande de aprender, mas não podia porque o trabalho naquele tempo as lojas abriam muito cedo, fechavam às cinco da tarde, mas abriam às seis da manhã. Então ele se tornou sócio do Gabinete Português de Leitura e então lá ele apanhava livros e ia estudando. Foi assim que ele aprendeu (Carmita)

...Papai veio menino de Portugal e [...] sabia que vindo para cá ele enriqueceria, ele faria vida dele ele veio, mas veio pra casa de um primo, mas o primo o botou num balcão e meu pai então estudava de noite, aí ele fez o curso comercial e meu pai, então, trabalhava de dia e estudava de noite, aí ele fez o curso comercial dele [...] depois ele fez concurso para um banco, passou e ele certamente tinha a vocação, a cabeça extraordinária [...], mas meu pai passou por uma fase de muita economia. Ele dizia que chegava do trabalho cansado, porque estudava de noite, tinha um quartinho alugado, uma rede, ele ficava deitado na rede e ele tinha uma lata de leite condensado que ele amarrava e puxava por uma corda, ficava no teto, naqueles caibros... Então antes de dormir, ele descia a latinha e com uma colher de sopa ele fazia um leite aguado, mas aquilo já confortava o estômago dele... Quer dizer, ele tinha uma raça pra luta, pra tudo... Depois ele veio a ser banqueiro (Cléa)

Meu pai com 11 anos se empregou numa farmácia chamada Drogaria Conceição para poder trabalhar e estudar, chegando a ser o dono dessa mesma farmácia, ele se formou, [...] Era um homem de uma inteligência fabulosa, uma atividade econômica que ele conseguiu se formar em farmácia, teve fórmulas maravilhosas, teve 80 fórmulas [...] desde pasta de dentes a comprimidos, que naquele tempo era cachet... A farmácia era enorme, a mais antiga da América do Sul, então meu pai conseguiu fazer fortuna através do comércio, ele tinha negócio com a Alemanha, com a França, quando veio a guerra ele ficou prejudicado... a farmácia acabou porque meus irmãos não conseguiram conservar
(Luciene)

Da mesma forma acontece com aquelas cujos pais reconquistaram um lugar de reconhecimento social após as perdas financeiras da família através do empenho no estudo. Essas famílias, inseridas no setor açucareiro de Pernambuco, perdem sua capacidade produtiva a partir da segunda metade do século. XIX com as transformações ocorridas no modo de produção dos engenhos.

Assim, ao lado do empreendedorismo, aparece, também, o lado intelectual dos pais, traduzido no gosto pela arte, pela ciência ou pela literatura. O discurso sobre a figura paterna frequentemente o associa ao mundo fora da casa, ao trabalho, à atividade intelectual, cultural e política. São esses os principais temas mencionados como bem ilustram os fragmentos de entrevista abaixo:

Meu pai era um homem muito inteligente. Começou a trabalhar aos onze anos de idade porque os pais perderam a fazenda. Ele montou seu próprio negócio que veio a ser uma das maiores farmácias da América do Sul e, inclusive, chegou a desenvolver alguns remédios (Luciene).

Meu pai era professor da Faculdade de Direito e teve uma vida acadêmica muito produtiva. Escreveu livros, artigos para jornal e textos científicos. Como reconhecimento à importância do seu trabalho na justiça criminal, foi indicado para uma instituição cultural importante, ainda, durante dez anos foi Deputado Federal (Maria Adélia).

Complementando o trecho acima, a entrevistada continua ressaltando o esforço do pai em estudar, contrastando sua difícil situação financeira com o seu empenho intelectual ainda quando estudante do curso de Direito. Durante esse período, a escassez de recursos fez com que percorresse andando diariamente de casa para a faculdade. Tendo recebido a láurea universitária, foi também escolhido como orador da turma. No dia da formatura não tinha uma roupa compatível com a formalidade da ocasião e precisou arranjar um paletó emprestado que usou com a única calça que tinha, porém, velha e remendada.

Um homem que foi orador da turma, um laureado [...]. Agora voltou para casa a pé porque não tinha dinheiro, já pensou? Aí começou a trabalhar, ia se fazendo, melhorou, criou os filhos, foi por isso que ele deu instrução à gente, entende? (Maria do Carmo)

Mas creio que para os que reconstroem um caminho de sucesso profissional depois de terem a riqueza perdida ou para aqueles que constroem a sua fortuna pessoal a partir do árduo trabalho no comércio e que galgam uma situação social melhor e mais estável, o sacrifício feito para estudar ou trabalhar, vai além da necessidade de mostrar “distinção”, no sentido dado por Bourdieu (1974). Para muitos dos pais, o esforço empreendido foi para galgar melhores posições sociais ou de recuperar o que suas famílias de origem um dia possuíram. Na verdade, pode-se dizer que esse é um grupo em luta por ascensão social e de fortalecimento numa posição de “classe média”.

Freyre mostra que a partir de 1845 os homens “à frente da administração das províncias e nas maiores responsabilidades políticas e de governo, começam a aparecer só homens formados” (1987, p. 582). Distingue o prestígio do título de “bacharel” e de “doutor” que passa a crescer nos meios urbanos e mostra que

notícias e avisos sobre “Bacharéis Formados” e “Doutores” começam a aparecer nos jornais anunciando o novo poder que se levantava.

Fazer um curso superior apresentava-se como uma das possibilidades de ascensão ou mesmo manutenção do status social constituindo-se em um valor que sempre esteve presente entre as camadas médias desde o momento em que essa possibilidade se torna concreta na sociedade e, no caso estudado, em Recife. Assim, não é surpreendente que a educação apareça de forma tão contundente nas memórias das mulheres de classe média desta geração.

Entre as mulheres do terceiro grupo classificado por mim, onde estão situadas as mulheres cujos pais ocupavam uma posição social de menor destaque, formado por profissionais liberais, pequenos comerciantes, funcionários públicos ou mesmo técnicos de nível médio, havia pouca referência ao lado profissional e intelectual do pai.

Nesse caso, os relatos sobre a ocupação dos pais é breve, sendo comum a referência à mudança ou de atividade ou de local. A referência aos pais, quando há, dá-se mais sobre a sua presença no espaço doméstico, não exatamente como presença, mas como ausência no sentido físico de participação.

A lembrança que eu tenho do meu pai é sentado na cadeira de balanço no terraço. Ele falava pouco [...] Era como um lençol branco cobrindo uma cadeira, sempre imerso em seus próprios pensamentos.
(Lenita)

As mães, ao contrário dos pais, raramente foram mencionadas pelo lado intelectual. Como padrão predominante, as mães possuíam apenas educação primária e freqüentemente eram relacionadas às atividades de administração da casa, criação dos filhos e filhas, especialmente, a supervisão dos estudos e o

estabelecimento da disciplina. Cuidavam da casa, davam ordem às empregadas, decidiam sobre a rotina doméstica e, ocasionalmente, decidiam sobre o local de moradia da família.

De fato, os conhecimentos femininos não eram reconhecidos pela sociedade como "conhecimentos". Para tanto, precisariam estar ligados a aspectos relativos à profissão, ao mundo político ou ao mundo dos negócios como dito no discurso sobre os pais. No entanto, afirmar que não tinham conhecimentos é cometer uma injustiça com os vários saberes que essas mulheres detinham. Pode-se dizer que havia uma heterogeneidade entre o nível intelectual das mães das entrevistadas. Enquanto algumas possuíam um nível de formação intelectual significativo, outras não iam além do nível mais rudimentar. O nível de aprendizado ia depender, entre outras coisas, da situação econômica dos pais e do acesso disponível aos meios de instrução. Neste sentido, é significativo que a maioria das mulheres não tenha se referido ao lado intelectual de suas mães, apesar da heterogeneidade entre elas.

Uma das entrevistadas falou que sua mãe teve um bom nível de instrução porque seu avô morava em Recife no início do século e, assim, ela pode freqüentar um bom colégio e aprender, entre outras coisas, francês, literatura e piano. Mas, como disse, continuava sendo uma mulher "doméstica". Os saberes femininos, para esse grupo, não definiam identidades como acontecia com os saberes masculinos. Se os homens autodidatas são reconhecidos como "homens de conhecimento", as mulheres são sempre referidas pelo seu papel na casa que, por sua vez, são naturalizados e, portanto, percebidos como pouco importantes

para a definição do grupo social. A agência feminina, no sentido que utilizo, como diz Giddens, não é percebida em forma de consciência discursiva.

Minha mãe teve uma educação primorosa, foi do Sagrada Família, foi do Americano Batista. Mamãe estudou línguas, falava francês, mas era uma mulher doméstica, extremamente doméstica. Agora ela pintava muito bem, fazia aquarela. (Cléa)

Minha mãe foi uma mulher que aprendeu apenas a ler e escrever. Ela frequentou uma escola primária, lia pequenos livros, lia o jornal. Mas não tinha instrução. Ela não era como as minhas tias que eram professoras primárias (Letícia).

A minha mãe não tinha o mesmo nível intelectual do meu pai. Ela teve apenas educação primária, mas aprendeu a tocar piano e bandolim, coisas próprias do tempo dela. Ela era capaz de costurar muito bem, mas não tinha o nível dele. Apesar disso, meu pai achava que ela tinha uma sabedoria extraordinária. (Marlene)

No horizonte das mulheres entrevistadas, a percepção de algumas mulheres sobre o saber de suas mães é no máximo valorizado enquanto “sabedoria”. Para algumas, o discurso sobre as mães sempre reforça a sua atuação doméstica. Outras se referem ao interesse das mães pela cultura por conta da profissão de professora que exerciam.

Mas nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX permanecia baixo o padrão de estudos entre as mulheres, mesmo para as camadas mais abastadas no país. Mesmo considerando que o início do século XX já é marcado por uma série de transformações com o desenvolvimento da urbanização no Brasil e que algumas mulheres, mães das entrevistadas, frequentaram bons colégios, prevalece a percepção das funções domésticas como definidoras das mulheres. É somente a geração das mulheres investigadas, que vai se beneficiar de uma nova concepção em relação ao conhecimento que se abre para elas e fará uso dessa instrução a seu favor.

Chama atenção, também, que embora sejam narrados fatos sobre capacidades desenvolvidas pelas mães, essas são desconsideradas. Pintar ou tocar um instrumento são atividades que não as distinguem nem causam impressão porque são “naturalizadas” e, portanto, consideradas próprias das mulheres. Longe está a compreensão dessas aquisições como elementos importantes na consolidação da posição de classe.

A luta pela educação da mulher no Brasil, no final do século XIX, visava a melhoria dos papéis tradicionais da mulher de esposa e mãe, e o currículo das escolas femininas diferiam do currículo masculino. A escola não foi chamada a exercer papel importante na formação e qualificação dos recursos humanos, voltando-se mais para a “ilustração” descomprometida e para as carreiras liberais, no caso dos homens, ou para professoras primárias e donas-de-casa, no caso das mulheres. Pouca preocupação havia com uma formação profissional propriamente dita e, quando isso ocorria, como era o caso das professoras primárias, isso não era percebido como tal, mas como uma habilidade inata das mulheres para os cuidados com as crianças – o que levava também a uma baixa qualificação profissional neste setor (Rosemberg, 2000) .

Essa visão que as entrevistadas têm de suas mães decorre do fato de se classificar as atividades femininas tendo por base as ocupações masculinas e os padrões típicos que estruturam suas carreiras profissionais. Em geral, essa é a forma como são classificadas as atividades femininas, lembra Dorothy Smith (1987, p.22). O caráter de contribuição efetiva que as atividades femininas emprestam à manutenção do grupo familiar em relação a sua posição sócio-econômica é minimizado.

Rocha-Coutinho (1994, p.79) mostra que é só a partir do final do século XIX que as meninas ricas, além das prendas domésticas, passam a estudar francês, piano, canto e dança para se tornarem companhias mais agradáveis em situações sociais. Reafirmada em diversos trabalhos, essa visão, traz implícita uma crítica ao ensino feminino da época por direcionar seu objetivo para o bom desenvolvimento dos papéis de mãe e esposa, e não para a mulher como sujeito de si mesma.

Tal avaliação, embora pertinente para a revelação da importância secundária e coadjuvante com que a sociedade tratava a mulher, deixa de lado aspectos que podem esclarecer dimensões importantes intrínsecas ao lugar ocupado por ela. Em primeiro lugar, o conhecimento veiculado pode sempre despertar questionamentos e trazer o aumento da conscientização do sujeito sobre si mesmo. Ou seja, pode levar o sujeito a desenvolver uma “consciência discursiva” no sentido definido por Giddens (2003). Não estou me referindo aqui a uma relação de causa e efeito, mas de possibilidade ancorada na discussão levantada por Heckman já referida anteriormente, onde a tradição pode conter aspectos que levem a questionamentos e ofereça possibilidade de mudança.

O segundo aspecto, embutido nas avaliações referidas acima, é à dimensão “ornamental” trazida para a mulher pelo aprendizado. Acredito que essa visão deixa de aprofundar um componente importante da participação da mulher na constituição das camadas médias na sociedade. Ao se pensar que, como foi dito, parte significativa dos pais das entrevistadas forma um grupo em ascensão social, a consolidação dessa posição requer um conjunto de elementos na sua construção que vai além do meramente econômico.

A etiqueta, o vestir-se de forma distintiva, a boa conversação, o conhecimento de aspectos trazidos pelo desenvolvimento científico e tecnológico, entre muitos outros, passam a fazer parte de um ethos social e de uma identidade de classe que não se sustenta apenas no mundo público. Não se deve esquecer que, no mundo dos negócios, fazer parte de círculos sociais faz parte do reconhecimento de “classe”, podendo trazer novos empreendimentos, consolidar relacionamentos e grupos de poder que são também constituídos no espaço da casa através de uma sociabilidade que não prescinde da presença feminina.

Davidoff (1973, p. 42) chama a atenção para aspectos da etiqueta da Inglaterra Vitoriana onde a cerimônia do “calling”¹⁵, realizada pelas mulheres durante a semana, definia quem entrava, permanecia ou saía dos círculos de relacionamento das camadas sociais mais altas. Preocupada em mostrar que gênero é uma dimensão que não pode ser esquecida das análises explicativas da formação de riqueza e da construção de classe, Davidoff sempre aponta para a participação feminina e sua atuação nesse setor.

Referindo-se à formação da classe média inglesa na época vitoriana e eduardiana, a autora afirma que:

homens de classe média desejosos de se tornarem alguém, de fazerem parte de um círculo social por causa de sua riqueza, do seu poder de comandar e de influenciar pessoas, estavam, de fato, inseridos numa rede de suporte familiar e feminina que sustentava seu aparecimento público (Davidoff, 1987, p.13)

¹⁵ Sistema de etiqueta que vigorou durante a época vitoriana e eduardiana na Inglaterra, através do qual era possível “entrar,” ou não, em determinados círculos sociais de prestígio localmente ou nacionalmente. Entre outras coisas, era de bom tom as mulheres passarem uma ou duas vezes por semana, na casa de outras famílias importantes para deixar o seu cartão de visita e o do marido. Uma atividade feminina importante para a inserção ou manutenção do status familiar. Davidoff (1974)

O que essas passagens referentes à Inglaterra podem trazer para a compreensão do grupo que se está enfocando? Apesar das diferenças existentes entre o contexto de formação da classe média apontada por Davidoff e o que ocorre no Brasil no início do século XX, as situações apontadas por ela abrem a possibilidade para se lançar um novo olhar sobre o “ornamental” na educação feminina do final do século XIX e início do século XX. Com efeito, ao contrário do que se pode pensar à primeira vista, revelar o desempenho das mulheres em função de suas atividades domésticas ou ornamentais, não diminui a sua condição de subordinação aos interesses do marido, mas rompe com a visão que as congela numa posição de passividade e revela a sua atuação.

As chamadas prendas domésticas constituem um saber que vai trazer para o grupo recursos, por vezes alocativos, por vezes autoritativos e significam uma atuação concreta da mulher tendo como finalidade a manutenção do seu grupo social em posições sociais mais altas.

A questão que se quer colocar é que, embora reconhecendo que ao se comparar o desempenho intelectual de pais e mães fica evidente a discrepância existente entre eles, não se pode deixar de registrar que o saber das mães repercute positivamente para o grupo. Interessa notar que, ao se mudar o foco da questão intelectual para atuação prática da mãe no espaço doméstico, os relatos enfatizam o desempenho enérgico de suas mães no cuidado com a casa, nas providências tomadas, nas decisões e nas estratégias utilizadas para fazer valer seus próprios interesses.

Que situações podem ilustrar o que se acaba de afirmar? Para tanto, retorno ao tema do masculino e do feminino no espaço da casa e no espaço da

rua. Como as entrevistadas relembram seus pais e suas mães no espaço da casa? Como interpretaram a atuação de cada um deles?

As entrevistas sugerem que os pais, quando estavam em casa, restringiam-se a lugares específicos, como também tinham muito bem determinada a hora de sair, de chegar e de ficar em casa. Para os mais ricos do grupo, havia espaços bem definidos, como a biblioteca ou escritório e o terraço. Esses eram os espaços onde os homens ficavam durante o período que estavam em casa, afora os lugares de refeição e o quarto de dormir. Os menos ricos não chegavam a ter um cômodo só para si, mas tinham, pelo menos, uma cadeira de balanço no terraço.

Em geral, os pais estavam em lugares determinados, lendo, estudando, em alguns casos, trabalhando, em outros, mas sempre voltados para os seus próprios assuntos. Nos dias de visita em casa, os lugares habituais eram trocados pela sala de visita onde os homens, em geral, se reuniam entre si e as mulheres entre elas, discorrendo cada grupo sobre seus próprios interesses.

Não há registro nas entrevistas, de pais fazendo pequenos consertos em casa ou de qualquer outra coisa que os tirasse de seus lugares habituais. Quando estavam em casa, além do que já foi mencionado, esperavam a hora das refeições ou não faziam nada, apenas descansavam.

Já as mães circulavam e dominavam o espaço da casa, aí permanecendo a maior parte do tempo. Havia territórios masculinos e femininos nitidamente demarcados e, se as mulheres entravam nos territórios masculinos, o contrário raramente se verificava.

O que essa divisão de gênero no espaço doméstico pode trazer para o entendimento desse trabalho? Ela constitui o horizonte formado pelos preconceitos expostos nesta seção.

Acredito que, além da concepção geral existente sobre o espaço da rua e o espaço da casa como espaço masculino e feminino respectivamente, existe dentro de cada uma dessas esferas uma subdivisão, cuja complexidade, necessita de ser mais bem analisada para a compreensão do poder feminino. Neste sentido, a compreensão do horizonte das mulheres depende da forma como esta divisão entre o mundo da casa e o mundo da rua eram percebidas pelas entrevistadas. Este será o tema do próximo capítulo.

Capítulo 4: A casa e a rua revisitadas

Estudos que enfatizam a segregação racial, frequentemente, argumentam que segregação está sempre vinculada à desigualdade de acesso a várias fontes de vantagens e poder. Assim, é compreensível que, de uma maneira geral, as feministas entendam que onde existe segregação entre homens e mulheres, as mulheres estarão sempre ocupando uma posição inferior, e são privadas do acesso a fontes de poder e influência (Sharma:1978, p. 259).

Mas seria essa a única forma existente para uma interpretação da separação dos espaços entre homens e mulheres? Que outro olhar poderia ajudar a compreender tal divisão entre as camadas médias em estudo nesse trabalho?

Sharma, estudando a sociedade indiana e avaliando os dados sobre as mulheres muçulmanas, onde a segregação das esferas segue padrões distintos daqueles da sociedade ocidental, levanta a idéia de que a segregação pode, também, ser vinculada a outros indicadores e afirma que “mesmo em lugares onde a segregação coloca poder nas mãos dos homens, existe a possibilidade de não haver uma ligação direta entre a severidade imposta à idéia de segregação e a real perda de poder pelas mulheres” (Sharma, 1978, p. 260). Para ela, é possível, por exemplo, surgir um sentido ou sentimento de solidariedade entre as mulheres em função da situação comum vivenciada, gerando cooperação e suporte mútuos. Em geral a segregação tem o feito de facilitar a organização da resistência por estabelecer espaços separados onde se pode operar sem ser visto pelos outros.

São bem conhecidas as consequências da segregação no que diz respeito à organização de movimentos de resistência (Park, 1950) e, neste sentido, é possível que a separação do masculino e do feminino no espaço da casa possibilite uma maior autonomia, aumentando o escopo da agência feminina. De fato, é a presença do marido restrita a certos espaços da casa que vai permitir mais flexibilidade no planejamento das estratégias sobre o uso dos recursos que as mulheres têm ao seu dispor. Dessa forma, ela decide e controla o que deve ser comprado para a alimentação da família; utiliza o montante financeiro que lhe foi repassado para o propósito pedido ou não; economiza para objetivos próprios, garantindo que o marido ignore o que ela faz

Por outro lado, a livre circulação pela casa permite à mulher acesso ao que se passa com a família, às pequenas querelas do dia a dia entre filhos e filhas, entre empregadas, entre outros membros da família, que formam um conjunto de informações sob o seu controle que ela repassa ou não ao marido. Este comportamento é o que Scott (1990), estudando famílias pobres, chama de “mulher ativamente administrando a casa” enquanto os homens pensam que tudo está sob o seu controle. Por sua vez, aos homens pouco interessam os detalhes, pois estes podem ser bastante ameaçadores.

Se a ele deve ser levada em mãos a água, o cafezinho no meio da tarde ou pequenos drinques pelas mulheres da casa, é possível que, ao lado da deferência que esses gestos contêm, as mulheres percebam, mesmo inconscientemente, uma vantagem em proceder assim, na medida em que mantêm os homens longe do seu espaço de atuação.

Meu pai sempre chegava para almoçar as 11:00 h, sentava no terraço e tomava um gim enquanto esperava o almoço ser servido [...] Às 14:00 h voltava para trabalhar. (Carmita).

Embora o horário em que os homens chegavam e saíam de casa fosse determinado pelo mundo do trabalho, as mulheres se beneficiavam bastante desse fato. Foi assim que a mãe de Carmita conseguiu criar quatro sobrinhos órfãos, filhos de uma irmã, apesar das restrições impostas pelo marido: a permanência de dois dos quatro sobrinhos durante a manhã em casa, era possível pela ausência do marido e pelo controle de sua hora de chegada evitando, assim, o encontro entre eles. O mesmo se passava no turno da tarde com os outros dois que, pela manhã, estavam na escola. Chegavam após as 14h00min e saíam antes da volta do pai de Carmita para casa. À noite dormiam com outra tia, em uma casa alugada pela mãe de Carmita numa rua próxima de sua casa. Tudo isso pago pela mãe.

Os recursos para as despesas das crianças eram desviados do montante dado para as despesas da casa, aos quais se juntavam muitas outras estratégias articuladas pela mãe de Carmita em casa e na rua: cultivo de hortênsias no jardim de casa para vender, venda de manga e mamão plantados no quintal, para os hotéis, costura de toda roupa das crianças, incluindo roupa de cama feita em casa, pedido de abatimento na mensalidade da escola junto aos padres de um dos Colégios masculinos da época, onde os sobrinhos foram estudantes internos. Esse último aspecto revela que as mulheres exerciam, sim, sua influência em espaços fora da casa, embora investidas dos papéis femininos.

É possível argumentar que para o exercício da “agência” feminina torna-se necessária a ausência masculina no espaço da casa. Como dito no início desse

trabalho, Gilberto Freyre mostra que algumas mulheres até substituem o marido no mando da fazenda quando da ausência do mesmo por afastamento ou por morte. Mas aqui não se trata disso. A ausência a qual estou me referindo, e da qual a mulher tira proveito, resulta da combinação de um modelo que atrela o masculino e o feminino aos espaços da rua e da casa e que é utilizado pela mulher para fazer valer sua vontade. Entretanto, tanto ela pode ser concreta, ou seja, se referir aos momentos em que os homens estão fora de casa, como pode ser apenas relativa à delimitação dos espaços onde circulam na casa que, de certa forma, são controlados pelas mulheres.

Em um caso ou outro, torna-se uma estratégia utilizada pela mulher para manter espaços de autonomia onde decide, comanda, controla, influencia e articula sua família, sua rede de parentesco ou sua rede de vizinhança. Tal articulação envolve, entre outras, apoio, afeto, amor, cuidado, energia e autoridade, que são elementos também contidos no exercício do poder, sempre entendido como “agência”.

Os relatos sobre as mães vêm sempre revestidos de imagens que expressam “autoridade e afeto”, para usar a terminologia de Lins de Barros (1987).

Mamãe era uma doçura, conciliava tudo [...] a palavra dela era muito importante. Ele (o pai) ouvia a palavra dela em tudo, até nas coisas mais importantes da vida dele, da vida política, tudo ele ia consultá-la. A última palavra era a dela. Era ela quem comandava o dinheiro desde que casou. (Marlene)

Mamãe supervisionava tudo, tirava a comida da dispensa, trazia sempre a chave da dispensa na cintura. [...] Minha mãe era muito respeitada. Os

casais que brigavam¹⁶ minha mãe fazia as pazes, chamava para conversar.
(Maria Adélia)

Mas os afetos podem ser positivos ou negativos, se é que podemos classificá-los. Há rancores e ressentimentos provocados por comportamentos maternos que contrariaram o modelo esperado. Desde cedo algumas mulheres passaram a assumir o lugar da mãe tornando-se “donas de casa”. O repasse da mãe para elas ou para as empregadas das funções femininas consideradas apropriadas na época gerou, entre mães e filhas, uma situação conflituosa:

Eu não me lembro de minha mãe fazendo o que toda mãe faz, dando banho na gente, ajudando a mudar de roupa, abraçando ou expressando qualquer tipo de afeto. Tudo quem fazia era a empregada (Alba).

Minha mãe retirou-se da vida, só queria rezar e dar dinheiro aos padres. Ela tornou a vida em casa insuportável. Aos 15 anos eu tive que tomar conta de casa. Eu trabalhava e minha mãe rezava (Luciene).

Quando eu tinha 13 anos, meu pai faliu. Minha mãe ficou muito arrasada e eu tive que assumir meus irmãos pequenos. Minha mãe tinha um gênio muito forte... Virei mãe da minha mãe [...] eu tomava conta de tudo (Aracy).

O conjunto desses depoimentos aponta para uma discussão que desenvolverei mais adiante em torno das situações que marcam a agência feminina, de um lado e, de outro, as formas de resistência encontradas pelas mulheres para dizerem não às obrigações que o desempenho de seus papéis exigiam.

Entretanto, apesar de estar evocando imagens das mães para compreender melhor as relações que se passaram no passado, devo esclarecer

¹⁶ Refere-se a casais que moravam na vizinhança. Em geral pessoas mais pobres que haviam recebido permissão para construir suas casas nas terras do antigo engenho que havia sido da entrevistada.

que concordo, em parte, com a visão de Carole Pateman¹⁷ (apud Saffioti, 2004, p.131) onde ela argumenta que “diferentemente de muitas explicações, a consciência que as mulheres têm de si mesmas não deriva da socialização que receberam, mas de sua inserção como mulheres e esposas na estrutura social”.

Digo “em parte” porque percebo que as mulheres, ao substituírem suas mães, foram escolhidas pela sua posição de filha e pela sua condição feminina. Tanto gênero como posicionamento na família definiram sobre quem deveria incidir a escolha, revelando também a visão do lugar destinado à mulher. Ou seja, interromper os estudos das filhas não representava qualquer tipo de preocupação. Embora não dispondo de mais dados sobre esse fato, já que a pesquisa não previu essa situação, é possível que em muitas outras famílias desse mesmo universo tenha se repetido o caso. Há, também, casos onde as filhas mais velhas ajudam com os irmãos mais novos de forma muito próxima. É o caso de algumas entrevistadas. Mas essas não necessariamente se ausentaram dos estudos: uma delas possui dois cursos superiores e está entre as três que sempre trabalharam fora.

Esses relatos tornam visíveis aspectos que marcam a vida feminina na família de origem e que têm merecido pouca atenção, pelo menos nas camadas mais abastadas. Revelam, também, que em um determinado período, as “obrigações do amor”, para aludir ao título do trabalho, podiam começar bem antes do casamento, tornando-se ainda mais “obrigatórias” na medida em que

¹⁷ Pateman (1993)

atrelado à obrigação está um sentido de solidariedade ao grupo familiar, que legitima tais arranjos.

No que se refere à participação das mulheres no mundo da rua, a religião sempre jogou um papel importante na medida em que a Igreja era um dos principais espaços públicos nos quais as mulheres podiam circular mais ou menos livremente. Mas à geração de mulheres estudadas, outro espaço público começou a se delinear: a escola. Em comparação com as suas mães, as mulheres investigadas tiveram uma situação privilegiada com relação a educação formal recebida. De fato, as transformações que se processam a partir do final do século XIX trouxeram possibilidades concretas de estudo para as meninas da classe média além do curso primário. A ampliação e melhoria do ensino através da instalação das chamadas Escolas Normais, juntamente com a instalação de escolas religiosas dirigidas por freiras européias, inaugurou a oportunidade de aprendizado aliando conhecimento formal com valores morais e religiosos vigentes na família.

Embora entre as entrevistadas, algumas tenham ido para escolas da vizinhança para o estudo primário, prática ainda bastante comum na primeira metade do século XX, boa parte freqüentou as escolas religiosas ou laicas femininas para aí fazerem todo o curso primário e secundário.

A ressalva é feita para duas das mulheres entrevistadas que, pelo alto padrão econômico de seus pais, foram educadas em casa por professores que compareciam às suas residências para ensinar várias matérias. As explicações que dão para essa opção referem-se à preocupação com uma educação de melhor

qualidade para as filhas, mas também, e sobretudo, para preservá-las de sair à rua, lugar ainda visto como não apropriado para a mulher.

Pais e mães acompanhavam os estudos das filhas e filhos. Os pais dando as coordenadas gerais e as mães acompanhando e fiscalizando os estudos, resolvendo coisas práticas como matrículas, fardamentos e compra de livros.

Para muitas, a escola significou lugar de crescimento e sociabilidade. Contato com novas amigas alargou o círculo de amizades, na maioria das vezes restrita aos laços de família. Havia uma convivência intensa entre os primos e primas porque assim se garantia uma “convivência sadia”, com crianças conhecidas dos pais.

Apesar disso, a vigilância intensa sobre as filhas ainda as prendia especialmente ao espaço de convivência da família. Conversas e leituras eram fiscalizadas e os adultos tinham muito cuidado para não conversar na frente das crianças que por vezes eram convidadas a irem “brincar no jardim ou no quintal”. Na verdade, jardim e quintal são mencionados nos relatos como locais de brincadeira, onde subir em árvores e brincar de se esconder fazia parte do cotidiano.

Sob supervisão das mães, por vezes brincava-se com as crianças da rua. Quando essas eram filhas ou filhos de pessoas do mesmo nível social, não se constituía qualquer problema, já que de antemão se sabia que as idéias e o “estilo” eram o mesmo. A vigilância se dava mais sobre as meninas. Pureza e virgindade eram palavras que embora, não mencionadas pelos pais, norteariam toda a conduta desses em relação às filhas, que deveriam se esmerar em ser e parecer “moças de boa família”. De fato, o termo apropriado para definir a

educação das meninas era “vigilância”, já que a maior falta a ser evitada, a perda da virgindade, não tinha meios de reparação.

Família, escola e religião formavam o mundo da vida dessas mulheres ou, em termos mais gadamerianos, o horizonte a partir do qual se orquestravam em uníssonos os ideais de pureza que, embora definidos por manuais elaborados por médicos, políticos e padres, eram executados por mães e professoras (em geral freiras ou com os mesmos valores das primeiras). O impacto sobre a vida das mulheres variava. Havia quem se definisse como sendo “uma menina de freira”, para mostrar como seguia os valores de pureza e castidade.¹⁸ Outras odiavam as freiras, principalmente quando estudavam “internas” em colégios por morarem fora de Recife. Rejeitavam, sobretudo, o banho de camisola e o “olho invisível de Deus” sempre vigilante. Seja como for, mecanismos de controle eram sempre acionados. A confissão semanal, por exemplo, era uma exigência de algumas mães para garantir que nada ficasse sem ser dito e reparado.

Mas nem tudo era apenas controle. Para as que na adolescência já namoravam, o confessionário representava a possibilidade de alívio da culpa pelos namoros onde carinhos um pouco “mais tórridos” eram trocados no portão de casa¹⁹. Também a volta da escola, sempre em grupo e até acompanhada pela mãe ou por uma pessoa de serviço, representava a oportunidade dos flertes, das trocas de bilhetinhos dos sorrisos à distância. Quermesses na escola também representavam o momento de flertes e namoros, oferecimentos de poesias e músicas através dos altofalantes e momentos de declarações de amor. Afinal, numa sociedade onde, segundo uma das entrevistadas, as mulheres “eram criadas

¹⁸ Para melhor compreensão sobre o significado de “jeito de freira” ver Grossi (1990)

¹⁹ Sobre namoro no Brasil ver Azevedo (1986)

para casar”, era preciso a existência de espaços para moças e rapazes se conhecerem, já que as escolas desse tempo eram segregadas por sexo.

Mas os espaços de encontro tinham também que obedecer aos critérios de classe. As filhas deveriam escolher para casar, ou ser escolhidas por rapazes de “boa família”, preferencialmente conhecidos e, portanto, do mesmo círculo pessoal. Embora nem sempre tenha acontecido o padrão ideal, também não se pode dizer que os casamentos realizados destoaram muito do idealizado.

Na verdade, na sociedade recifense da primeira metade do século XX, o arranjo de novos grupos sociais, ora em decadência ora em ascensão, permitiam arranjos matrimoniais com algumas desigualdades no nível de riqueza entre homens e mulheres, a favor das mulheres. Entre as entrevistadas, algumas eram bem mais abastadas do que seus maridos. Como disse uma delas, “o meu casamento foi o casamento da decadência do açúcar com a burguesia comercial do Recife”, referindo-se ao marido oriundo da terra e ao pai, português migrante que ainda adolescente veio para o Brasil sem “nada” e terminou sendo banqueiro em Recife.

Esse não foi o único caso. Outras também tiveram casamentos com jovens filhos de funcionários públicos de poucos recursos, mas que, investidos de títulos universitários, conseguiram ser aceitos por famílias mais ricas. De certa forma, como será discutido, a disparidade financeira a favor das mulheres, guiada pelos valores da masculinidade, contribuiu em muito para o exercício da “agência” feminina.

4.1 Os preconceitos a partir da casa e da rua

Conforme sugerido anteriormente, os preconceitos formam as perspectivas através das quais o conhecimento vai gradualmente se tornando possível (Warnker, 1987, p. 4). O que uma geração acredita e assume tem por base o que a geração prévia formulou ou suspeitou. Diferentemente do capítulo anterior, onde procurei reconstituir os preconceitos relativos aos recursos que as entrevistadas traziam de sua família de origem e os que formavam em suas famílias de constituição, aqui tentarei identificar alguns dos principais *preconceitos de gênero* a partir do qual as mulheres entrevistadas se inseriam no mundo.

Preconceito 1: “No meu tempo a gente era educada para casar”.

Pronunciada por uma das entrevistadas, essa concepção permeia várias falas das entrevistadas. Ser educada para casar significava, entre outras coisas, não ter ambições fora daquelas apropriadas para a função de esposa e mãe, atividades que se desenvolviam no espaço doméstico e que não requeriam maiores preparações intelectuais porque já estavam contidas nos aprendizados da socialização de gênero.

Ao mesmo tempo, indica a valorização do casamento para esse grupo, já que esse é o lugar através do qual a mulher é reconhecida socialmente. Olhando o contexto em que vivenciaram o período anterior ao casamento, ou seja, infância e adolescência, duas questões parecem respaldar a afirmativa feita.

A primeira refere-se às experiências que vivenciaram com outras mulheres com quem conviveram durante a infância e a adolescência. Enquanto as mães são mostradas como mulheres ativas, que tomavam decisões, supervisionavam a casa e cuidavam do orçamento doméstico entre muitas outras coisas, as tias solteiras, ao contrário, eram percebidas como pessoas sem um lugar definido. Não ocupavam plenamente o status de adulto, mas situavam-se entre esses e as crianças. Na melhor das hipóteses moravam com seus pais, na pior, moravam com irmãos ou irmãs casadas, ou em suas próprias casas, sempre localizadas próximas aos parentes.

Na memória das entrevistadas, a existência das “tias solteiras” se dava quando falavam de suas casas de origem, onde as mesmas estavam presentes. Mesmo que as tias possuíssem habilidades e saberes, a referência mais constante era o fato delas não terem casado. Compreende-se, assim, que a representação do casamento assumia um valor de referência positiva para o grupo dessas mulheres, já que com o casamento as mulheres assumiam o status pleno de pessoas adultas (Davidoff, 1987, p. 322). Os relatos abaixo ilustram as afirmativas.

Naquele tempo, a finalidade era casar. Na época a moça que passasse dos vinte e cinco sem casar já era considerada solteirona, não tinha mais chance. Meus avós morreram e minha tia ficou só, não podia morar só, então foi morar com minha mãe, teve vários namorados, mas não levava aquilo adiante porque tinha que namorar no portão, não podia sair com ele, meu pai só permitia que conversasse no portão [...] e os rapazes fugiam disso, não é? Porque [os rapazes} viam, sentiam que ela queria casar imediatamente, o negócio dela era arranjar um marido (Carmita)

Minhas tias moravam na casa vizinha porque eram solteiras, tinham que morar junto da minha mãe porque ela era casada. Naquele tempo quem não casasse não podia morar só. Minhas tias eram criaturas adoráveis, tocavam piano, tinham um temperamento artístico. Mas coitadas, não casaram, não tinham a vida delas (Luciene)

Quando eu me casei veio morar uma tia do meu marido comigo que era solteira, dependente dele totalmente, coitada. Ajudava muito com meus filhos (Marlene)

A segunda questão, que pode referendar esse posicionamento, diz respeito às restritas possibilidades profissionais oferecidas às mulheres de classe média da época, onde o reconhecimento e o prestígio social pudessem ser mantidos. Na interpretação das entrevistadas, o trabalho feminino era para as mulheres que tinham condições financeiras difíceis, com poucas alternativas para manter a vida. Para a classe média, o trabalho das mulheres fora de casa poderia representar o indício de que a situação econômica familiar não ia bem, comprometendo a imagem do chefe da família e, conseqüentemente, a estabilidade da posição social do grupo.

De fato, a imagem estabelecida era que, sendo o homem o chefe da família, cabia a ele a responsabilidade pelo sustento do seu grupo familiar, incluindo aí mães e sogras viúvas ou irmãs e cunhadas solteiras. A base de sua autoridade, ou seja, o poder legítimo que mantinham sobre esse grupo, assentava-se, entre outras coisas, sobre a sua capacidade de provisionar. Giddens (2005, p. 562), seguindo Weber, mostra que a autoridade depende da aceitação e do reconhecimento daqueles que estão em posição de subordinação reconhecerem o direito dos que estão em posição superior de emitir instruções e ordens sobre eles. Gissurarson (1993, p. 38) complementa essa visão dizendo que os pais têm autoridade *de jure* e autoridade *de facto*²⁰ sobre os filhos.

20. Quando alguém se submete ao julgamento das autoridades por referência a um conjunto de normas predominante em uma sociedade, fala-se de uma autoridade *de jure*. Quando alguém e submete ao julgamento dos outros porque aceita as pretensões desses outros a serem as autoridades legítimas, trata-se de um caso de autoridade *de facto*.

Em um período em que a posição social das mulheres era definida de acordo com a situação de classe de seus pais ou maridos e também pela capacidade que os homens tinham de demonstrar socialmente que cuidavam e proviam pelas mulheres da família, entende-se a não vinculação das mulheres ao trabalho fora de casa como símbolo de prestígio e de condição social elevada.

Em contrapartida a essa noção de masculinidade estava a da feminilidade como aquelas que se deixavam cuidar e prover economicamente. A noção de passividade era ainda fortalecida pelos ideais de pureza e virgindade, condições fundamentais para a realização do casamento. Para a garantia dessas virtudes, contribuíram a religião e a escola que, como vimos, formam, junto com a família, um sistema coeso na difusão dos valores mencionados. Indicação de leituras, o estilo da roupa a ser usado, o comprimento das saias, os modos de sentar, o vocabulário a ser empregado, passam a ser instruídos e controlados pela família e pelo binômio escola/religião, traçando o perfil de “uma menina de família” que deverá arranjar um bom marido para se casar. Na verdade, como mostram os relatos abaixo, esses três sistemas eram intercambiantes.

Meu pai era muito mais rigoroso do que a religião em relação à roupa. Eu usava assim uma manga que ficava uns quatro dedos acima do cotovelo. A manga tinha que cobrir o cotovelo, mas eu usava... uns quatro dedos acima. Mas uma vez a costureira, achando que ficava bonitinho, fez uma manga de côco, bem curtinha. Meu pai reclamou a vida toda do comprimento dessa manga. Aí ela teve que botar uma emenda. Então a Associação religiosa exigia apenas uma roupa de manga, mas meu pai exigia mais (Maria Odete).

Eu era uma garota, tinha uns dez ou onze anos. E a primeira vez que um padre me negou a comunhão eu quase morro de desgosto, porque a manga tinha que cobrir o cotovelo e eu estava com uma blusa com a manga um pouquinho mais curta, assim uns três dedos, e o padre então passou por mim e não me deu a comunhão, porque eu não estava decente para receber Jesus (Carmita).

Eu era uma menina de freira, eu me classifico como uma menina de freira, porque eu não lia um livro que as freiras dissessem que não era para ler. A maioria não era como eu, eu tinha o sentimento de pecado. Eu era uma menina pura, puríssima (Letícia).

Essa conjugação entre escola, religião e família, indica o surgimento de um espaço feminino que extrapola o espaço da casa. Apesar de escola e religião exercerem formas de controle sobre as mulheres não se deve menosprezar a abertura que trarão para suas vidas.

Mas retomando o exame da afirmativa sobre a “educação para casar” em outra perspectiva, o que é possível escutar ainda nesse texto? De fato, olhando os relatos do grupo entrevistado, se percebe que se de um lado a afirmativa contém aspectos que apontam na direção do que é inicialmente pretendido, ou seja de que a mulher era mesmo educada para casar, de outro, referências aos estudos contida no texto podem sugerir que uma nova possibilidade pode ocorrer, ajudando, assim, a romper com a tradição.

Se algumas delas interrompem os estudos por causa do casamento, coisa relativamente usual na época, outras, não só concluem os estudos do nível secundário, como também fazem o curso superior. Como foi visto no início desse capítulo, entre as mulheres entrevistadas, sete fizeram curso superior anteriormente ao casamento e três após o casamento, perfazendo um total de dez. Embora não se trate de identificar percentuais, a existência de mulheres fazendo curso superior indica a existência da valorização da educação e uma nova mentalidade que aos poucos vai tomando forma em relação ao papel da mulher.

A abertura da FAFIRE²¹ representa uma oportunidade para as mulheres fazerem um curso superior. Embora existissem outros cursos superiores, por serem mistos, a participação das mulheres era vista com reticências. Ao que parece, muitas das entrevistadas fizeram um curso superior graças a esse espaço feminino que se abre sugerindo que não se deve subestimar a capacidade das mulheres fazerem escolhas a partir de elementos da sua própria individualidade.

Entre as entrevistadas registram-se mulheres que estudaram Direito, Linguística, Agronomia e Matemática. Diante desse fato, como pensar a afirmativa de que as mulheres eram educadas para casar quando se abre a possibilidade da entrada das mulheres nos cursos superiores? É aqui que se pode perceber como esta idéia se apresenta como um preconceito, isto é, como uma crença irrefletida (uma consciência prática, nos termos de Giddens) que acaba por reproduzir as estruturas vigentes. Como se pode notar, fazer o curso superior não implicava necessariamente na entrada no mercado de trabalho. Ou seja, era possível continuar com o ideário da domesticidade, que, para fins dessa análise, entende-se o fato de privilegiar o espaço doméstico e as tarefas do lar envolvendo os papéis de mãe, esposa e dona de casa, e ainda assim, fazer o curso superior.

Mas vê-se que no grupo estudado algumas mulheres entraram no mercado de trabalho formal antes do casamento e aí continuaram após o mesmo. Cristina, que cursou Agronomia, quando conheceu o marido já trabalhava no Ministério da Agricultura. Lúcia estudou Direito e Linguística e nascida em uma família onde o pai, a mãe e as tias eram professores, começou a ensinar antes de

²¹ FAFIRE – Faculdade de Filosofia do Recife abre em 1944 e é uma faculdade ligada ao Colégio de São José, da ordem das Dorotéias. Neste período, era uma faculdade exclusivamente feminina. Entre os cursos oferecidos inicialmente, estavam Filosofia, Psicologia e Pedagogia.

casar, fazendo concurso na Universidade Federal. Entre as entrevistadas foi a única que se pós-graduou no exterior. Socorro estudou na FAFIRE, onde, após se formar, ensinou Matemática mesmo após o casamento. Com o nascimento dos filhos deixa a FAFIRE e monta em casa um curso particular, preparatório para meninos que desejam entrar no Colégio Militar. Os preconceitos não são, portanto, seguidos de forma cega e determinista. Ao contrário, eles devem ser percebidos como uma matriz de significado a partir da qual as ações dos atores são imbuídas de sentido.

Dito isto, alguns argumentos podem ajudar a compreensão sobre as mudanças que se processavam. Não se pode deixar de mencionar, por exemplo, a crescente urbanização e a rápida industrialização ocorrida a partir da implantação do sistema republicano, permitindo a visualização de alguns elementos que contribuíram para a percepção da mulher ultrapassando os limites do espaço doméstico. Entre os elementos que podem se distinguir, o rádio apresenta-se como um dos instrumentos que concorrem para informar as mudanças da vida moderna atingindo amplos setores sociais (Souza, 2008, p. 8). Assim, do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX esse novo cenário passa a ser veiculado. Vale lembrar ainda o impacto das duas guerras sobre a mentalidade da sociedade da época, bem como dos meios de comunicação que ajudaram a divulgar as reivindicações dos movimentos feministas que nos países aonde chegou, atingiu várias gerações de mulheres alertando para a desigualdade de gênero em que vivia (Almeida 1998, p. 7).

Embora nenhuma das mulheres entrevistadas tenham feito menção às transformações aludidas acima, não se pode deixar de levar em conta esses

processos. É verdade que nasceram no bojo dessas mudanças, estando suas vidas entrelaçadas com os aspectos de manutenção e de transformação da sociedade. O que permite à intérprete a visualização dessa mudança é o horizonte em que o mesmo se encontra.

Mas, ainda assim, cabe perguntar que outros elementos podem ajudar a compreender as contradições existentes entre a crença disseminada de que as mulheres de classe média eram educadas para casar, por um lado, e a entrada no ensino superior e no mercado de trabalho, por outro.

Preconceito 2: “Nenhuma de nós ia trabalhar. Só se fosse para ensinar”

Com exceção de uma mulher, que trabalhou no Ministério da Agricultura, todas as outras estiveram trabalhando como professoras em colégios católicos, ou no Ginásio Pernambucano, ou na Escola Normal, que surgem ainda durante o Império para atender a necessidade da ampliação do ensino e da formação de jovens que deveriam entrar no mercado de trabalho face às necessidades do desenvolvimento. Esse argumento, embora contido no item anterior, merece um olhar mais cuidadoso porque nele estão implícitos os mecanismos que revestirão a professora da proteção que precisa para circular no espaço público sem, no entanto, comprometer a sua “reputação”, isto é, a forma pela qual as mudanças são interpretadas a partir de preconceitos prévios para que façam sentido.

Para algumas mulheres, a atividade de ensinar já tinha sido exercida pela geração de mães e até da avó. Lenita, por exemplo, refere-se sempre a mãe e a avó como mulheres que *“naquele tempo já eram professoras”*. Outras, como

Letícia, refere-se às tias solteiras que eram professoras e foram ensinar em uma escola do interior de Pernambuco, acompanhadas por uma ex-escrava que trabalhava com elas. Ou seja, as mulheres das camadas médias já ocupavam funções no espaço público ou no mundo da rua antes mesmo da geração que se está investigando.

Há ainda as que trabalharam em outras atividades fora do ensino por necessidade de sobrevivência. É o caso de Luíza que trabalhou na contabilidade da firma de pessoas amigas da família após a morte do pai para sustentar a si mesma e à sua mãe. Porém, insatisfeita com o excesso de trabalho e o baixo salário que recebe consegue, através de uma amiga, passar a trabalhar no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, uma instituição do governo federal onde iria ganhar cinco vezes mais do que ganhava até então.

Quando o pai morreu em 1945, Luíza ensinava em um grupo escolar após ter se formado no curso pedagógico no colégio das freiras da ordem das Dorotéias em uma pequena cidade paraibana onde morava. Com o que o pai deixou, a mãe comprou uma casa em uma cidade próxima, porém maior e se mudou para lá. A escolha da cidade foi feita pelos tios de Luíza que embora residentes em Recife e com boas condições financeiras, mantinham boas amizades com comerciantes dessa localidade o que facilitou arranjar uma atividade remunerada para Luíza.

Esse é um caso que representa a impossibilidade de setores da classe média não poderem cumprir a agenda ideológica imposta às mulheres. Cumpre-se apenas uma parte dela. Luíza trabalha na firma de amigos da família estando,

assim, protegida ou garantindo uma certa visibilidade social do “cuidado ou zelo” sobre si.

Os irmãos da minha mãe tinham bastantes recursos financeiros e fizeram questão que ela fosse para Campina Grande que era uma cidade maior. Eles então arcariam com as despesas porque o que papai deixou foi muito pouco. Então lá em Lagoa Grande eu fui trabalhar no comércio porque meus tios eram muito amigos (tinham lojas de tecidos). Lá eu trabalhei um ano e tive a experiência do que é ter um patrão. Eu trabalhava durante oito horas, dava o máximo de mim e recebia um ordenado mínimo (...) depois, por intermédio de uma amiga eu fui trabalhar no DNER ganhando cinco vezes mais (Luiza)

Fica evidente nesse relato, como já foi mencionado, que nem sempre as camadas médias puderam cumprir os parâmetros ideais de regulação impostos à conduta das mulheres. Há diversos arranjos que se misturam. No caso, sendo filha única, cabe a Luíza a continuidade da manutenção dela e da mãe. Possivelmente, se tivesse um irmão ou irmã mais velha, seriam eles e não ela que iriam para o mercado de trabalho.

Outro aspecto chama atenção nesse relato. Trata-se da autonomia de Luíza em procurar um emprego melhor através da sua própria rede de amizade e influência. Trata-se de um caso claro de agência no sentido desenvolvido por Giddens no capítulo dois. Luíza lança mão da amizade que se constitui em sua rede de influência e dos conhecimentos adquiridos na formação intelectual. Ter um diploma, mesmo que em outra área de conhecimento e a experiência no trabalho de escritório, são os recursos autoritativos conseguindo com eles transformar a sua situação. Posteriormente, interrompe o trabalho com o casamento, mantendo, assim, a idéia do trabalho feminino como transitório e reforçando os valores de sua condição de classe que não pode fazer valer anteriormente.

A ênfase no magistério, no entanto, é evidente entre as entrevistadas. Alguns fatores estruturais podem dar conta deste fato. As escolas normais ao serem criadas, tinham por objetivo formar professores e professoras para atender ao aumento na demanda escolar. Entretanto, estavam recebendo mais alunas do que alunos e, assim, formando mais mulheres do que homens. Tendência confirmada em várias regiões do país, esse fenômeno chega a ser entendido como a “feminização do magistério” em função da ampliação do mercado de trabalho para os homens, “fato provavelmente vinculado ao processo de urbanização e industrialização” (Louro, 1997, p. 449). Some-se a isso o crescimento dos setores sociais médios e também a presença dos imigrantes que trazem uma nova expectativa com relação à escolarização. Como diz Louro (op.cit.)

Esses fatores e ainda a ampliação das atividades de comércio, a maior circulação de jornais e revistas, a instituição de novos hábitos e comportamentos, especialmente ligados às transformações urbanas, estavam produzindo novos sujeitos sociais tudo concorria para a viabilização desse movimento. O processo, contudo, não se dava sem resistências ou críticas. A identificação da mulher com a atividade docente (...) era alvo de discussões, disputas e polêmicas.

As considerações acima são feitas para o início do processo da entrada das mulheres nas atividades do magistério por volta das últimas três décadas do século XIX. Dessa forma, quando parte das mulheres atinge a idade para estudar no curso pedagógico, uma nova mentalidade já estava mais sedimentada. Como foi visto, foram poucas as mulheres entrevistadas que não foram além do curso ginásial. Até então, aquelas que concluíam o curso de formação para professores se consideravam formadas.

Mas, voltando às mentalidades, interessa registrar o fato a que me reportei anteriormente, sobre a possibilidade da mulher entrar no mercado de trabalho tendo sua reputação protegida. É bem conhecido o fato de que o magistério, especialmente para as séries iniciais, representa um gueto sexual que valoriza elementos como o cuidado, o afeto, colocando elementos como a profissionalização em segundo plano (Rosemberg, 2000). É como se as mulheres fossem naturalmente “equipadas” para desempenhar este papel o que reforça os papéis femininos e minimiza a profissionalização. Este reforço dos papéis femininos pode ainda ser percebido por meio do processo de normatização que incide sobre as estudantes e mestras das chamadas escolas normais.

Segundo Guacira Lopes Louro (1997), um conjunto de dispositivos, como exames públicos, premiações e as notas de aplicação contribuía para a regulação não só dos mestres como também das mestras e estudantes. Entretanto, em se tratando das mulheres a ênfase era maior em aspectos diretamente relativos ao controle do corpo.

Uniformes sóbrios, avessos à moda, escondiam os corpos das jovens, tornando-os praticamente assexuados, e combinavam-se com a exigência de uma postura *discreta* e *digna*. O mesmo valia para as professoras: como modelos das estudantes, as mestras deveriam também se trajar de modo discreto e severo, manter maneiras recatadas e silenciar sobre sua vida pessoal. Ensinava-se um modo adequado de se portar e comportar, de falar, de escrever, de argumentar. Aprendiam-se os gestos e olhares modestos e decentes, as formas apropriadas de caminhar e sentar. Todo um investimento político era realizado sobre os corpos das estudantes e mestras Louro (1997, p. 461).

Apesar disso, a normatização da conduta de mestras e alunas, ao cunhar uma forma de proceder para as mesmas retira, pouco a pouco, a responsabilidade cotidiana do pai sobre a conduta das filhas. Agora, não mais confinadas ao

espaço da casa, as mulheres passam a ser responsáveis pelo seu próprio comportamento: um processo de autocontrole enfatizado por Norbert Elias (1996) e por Foucault (1979).

Com isso, a rua passa a ser também um espaço “feminino” porque o procedimento instituído para as mulheres permite o seu trânsito nesse local sem maiores ameaças a reputação das mesmas. Na medida em que o autocontrole diz respeito ao aumento da individualidade, a forma como os papéis de gênero tradicionais eram reforçados neste novo cenário possibilitava rupturas importantes. Referindo-se ao namoro e a escolha dos parceiros nos anos de 1950, Bassanezi resume bem o comportamento que as mulheres deveriam ter no mundo da rua quando explica que o novo modelo de casamento por afeto, e não mais por escolha dos pais, requer que as próprias filhas encontrem seus parceiros e, nesse sentido, “as jovens deveriam aprender a distinguir o certo do errado de forma a conservar suas virtudes (...) e a conter sua sexualidade em limites bem estreitos: dando-se ao respeito” (1997, p.610)

Entretanto, não são todos os espaços da rua onde as mulheres podem circular. Espaços proibidos às mulheres continuam existindo, como mostram os relatos, e por isso é possível afirmar que há no espaço público espaços femininos e masculinos.

Preconceito 3: “Para sair de casa tinha que ir sempre acompanhada”.

A possibilidade de circulação na rua para as mulheres de camadas médias é um processo lento e não ocorre de forma homogênea nem em todos os lugares

nem para todas as pessoas desse segmento. Entre as entrevistadas a referência ao fato de não saírem sós à rua é frequente. Há quem se reporte ao controle excessivo do pai, como Maria Odete, que após a conclusão do magistério, no Colégio de São José, é convidada pelas freiras para aí ensinar. Já adulta, ia e vinha dar aulas, acompanhada pela “babá” da infância, o que a deixava profundamente constrangida. Embora fosse uma pessoa que aceitava bem o controle do pai, como ela própria diz, achava o fato de ter alunas que se dirigiam sozinhas para o colégio uma “vergonha” para ela.

Quando eu me formei na Faculdade de Filosofia, eu queria ensinar, aí eu disse: “meu pai, se precisar de Tonha para me acompanhar para eu dar aula, eu não vou ensinar porque as alunas vão sem acompanhante e a professora tem que ter a babá do lado? Eu não vou” (...) aí na ida eu ia com um dos meus irmãos que ia para o Colégio Marista. Na volta ela ia buscar, agora se demorasse eu não esperava não, vinha embora e a coisa que eu achava mais maravilhosa era tomar um bonde sozinha, sem ninguém comigo, pra mim isso era uma das maravilhas do século XX. Eu estar no ponto, sozinha, esperando o bonde (...) todo mundo gosta de andar com companhia e eu acho ótimo andar só. Ainda hoje eu acho (Maria Odete).

Outros relatos também ilustram a impossibilidade de ir a rua sem acompanhante como os que se seguem:

Até 15 anos papai não deixava sair só, papai era muito rígido nesse ponto, muito. Eu ia para a aula de francês, bem perto da minha casa e Miminha (a babá) atrás de mim, ia sempre acompanhada. Depois quando eu já tinha uns 19 anos, aí eu ia só, mas sempre papai tinha muito cuidado, muito zelo (Rita).

Naquele tempo a gente não saía só. Para sair de casa tinha que ir sempre acompanhada. Ninguém saía só (...) ou ia com irmã, com irmão, com empregada, com a mãe (...) ou então ia acompanhando a mãe. (Carmita)

Mas se os relatos acima confirmam as idéias da vigilância sobre as mulheres no espaço público, também apontam sinais de sua contestação e as possibilidades que as mulheres encontram para se livrarem de situações a que estavam submetidas. Maria Odete tem consciência do excesso da vigilância que

o pai impõe e sempre procura uma oportunidade para driblar o esquema montado. Também enfrenta o pai, argumenta contra o procedimento da vigilância que o mesmo a impõe. Como é que Maria Odete e Rita percebem o excesso de cuidado ou de rigor de seus pais?

A questão como afirma Louro (1997) no artigo a que me reportei acima, é que a realidade é bem mais complexa. Não se pode pensar em uma padronização homogênea do comportamento; há ajustes e também condições reais que possibilitam ou impedem o mesmo ser seguido ou não.

Leonore Davidoff (1997) chama atenção para a importância que a composição familiar, ou seja, o número de filhos e filhas, bem como a localização da mulher na família, tal como o fato de ser filha única, de ser a irmã mais nova ou irmã mais velha, de pertencer a um grupo de irmãos onde se é a única mulher etc. pode interferir nos diferentes arranjos que vão se concretizar em torno da vida da mulher. Pode-se pensar o mesmo para a questão da vigilância e da conduta no espaço público ou no mundo da rua.

Para aquelas que estão inseridas numa família com irmãs mais velhas, a saída à rua na companhia das irmãs pode significar a diluição do aspecto vigilante do processo. Por outro lado, para as irmãs mais velhas, o fato de estarem supervisionando as irmãs mais novas pode provocar a sensação de autoridade e de autonomia. Ou seja, na medida em que ela cuida e supervisiona, não percebe a vigilância das irmãs sobre si própria. Embora outros relatos atestem a regra da companhia na rua, entre aquelas que têm famílias mais numerosas e sobretudo entre as que têm irmãs, a alusão a esse processo é menos enfático. “Nós saíamos sempre todos juntas... eu e minhas irmãs”, afirma Maria

Adélia, uma das entrevistadas. Coincidentemente, entre as três mulheres cujos relatos foi mostrado acima, duas são filha única e uma é a única filha entre 10 irmãos homens.

Há ainda a possibilidade de que para algumas famílias, esse padrão não seja observado ou seja minimizado: quando a distância entre a casa e a escola é pequena o suficiente para que a vigilância possa se dar a partir da primeira.

Maria Odete refere-se a uma amiga que ia e vinha da escola sozinha. Ao ser questionada se as amigas também eram acompanhadas por alguém no trajeto da escola, responde assim:

O grosso (das colegas) ia só... uma ou outra tinha acompanhante. Na hora que eu saía do colégio, tinham umas poucas que ficavam na portaria (do colégio) esperando portador, um grupinho pequeno, mas o grosso morava ali perto e ia à pé, ou Naquele tempo ninguém tinha carro... Eu me lembro muito bem de uma colega, já foi no 5º ano, ela já tinha uns 15 anos, havia mudado de casa e não quis mudar de colégio e eu me lembro ela ia e vinha só (Maria Odete).

4.2 Fissuras na tradição

A forma como os três preconceitos mencionados são imbuídos de significado só pode ser compreendida ao se levar em consideração a estrutura social mais ampla no seio da qual eles se manifestam. Assim, a expansão do setor econômico e dos setores sociais médios implica em diferentes arranjos através dos quais uma nova forma de feminilidade vai sendo pouco a pouco construída . Ora esses arranjos apontam para um avanço, quando as mulheres se inserem no mercado de trabalho - independentemente da motivação que as levou

a isso, ora apontam para um retrocesso, quando ao casar dele se retiram. Em ambas as situações, há a preocupação com a manutenção da posição de classe.

Voltar a não trabalhar é também uma agência. Novamente é possível a percepção dos recursos utilizados. Dessa vez a posição de casada é um recurso autoritativo que está vinculado a um recurso alocativo que diz respeito à disponibilidade financeira do marido que a isenta de trabalhar. A *conservação* também é uma escolha como diz Gadamer (2008, p. 373)

Mas ser criada para casar não significa, como se tem mostrado, uma adesão inquestionável aos valores alocados às mulheres. Há resistências e transgressões aos modelos ideológicos femininos. Letícia faz um relato interessante sobre algumas transgressões que veio a tomar conhecimento. A transgressão implica na ruptura do modelo em sua forma mais radical e o silêncio em torno desses casos apenas confirmam a importância do controle e dos valores vigentes:

Uma moça quando se casava era diferente de hoje porque ela não tinha liberdade excessiva, nem coisa nenhuma, então a gente ficava com cerimônia. Eu estou falando por mim...eu não sei se tinha gente muito liberal naquele tempo - mas deve ter tido...sempre tem não é? Porque inclusive no colégio teve gente que engravidou (antes do casamento), havia uns casos de gravidez, a escola evitava falar para não haver um escândalo, a maioria eu acho que não era como eu, porque eu tinha o sentimento de pecado (Letícia)

A percepção implícita dessas fissuras no modelo ideal possibilita que as mulheres identifiquem, de forma mais ou menos consciente, os valores de feminilidade que se apresentam para elas. Por exemplo, é o comportamento diferente de outras pessoas que faz com que Maria Odete se perceba como alguém sobre quem incide uma vigilância mais intensa.

A observação desses pequenos fatos conduz à percepção das contradições existentes nas crenças e modelos vigentes. Ao tratar como preconceito a afirmação, contida no texto oral produzido pelas mulheres, de que eram educadas para casar, várias questões eclodiram trazendo uma compreensão mais abrangente de aspectos e situações da vida das mulheres que estava encoberto por tal afirmativa.

Na verdade, ser educada para casar representa, sobretudo, a necessidade da vigilância “pública” sobre a conduta das mulheres para que não paire qualquer dúvida sobre os valores habilitadores para o bom casamento e para o exercício da maternidade, verdadeira vocação da mulher.

Ao mesmo tempo, as mulheres não perdem a oportunidade oferecida pela sociedade de entrar em um curso superior ou de exercer uma profissão quando a oportunidade aparece. Em geral, essas situações eram tratadas como provisórias pelas mulheres, ou seja, permitidas enquanto o casamento não chegava. Entretanto, mesmo encobertas por essa suposição, abriram oportunidades para as mulheres desempenharem novas funções, buscar melhores oportunidades para si próprias e utilizarem a seu favor as regras de comportamento impostas, na medida em que essas permitiam transitarem no espaço da rua de forma mais autônoma. Se a profissionalização através de um curso superior é, na melhor das hipóteses, considerada como algo transitório enquanto o casamento não chega, não se pode negar o impacto que causa na transformação da vida das mulheres que vão paulatinamente adentrando o “mundo da rua”.

A vigilância até então mantida através do confinamento das mulheres no espaço da casa como forma de controle do patriarca sobre as mulheres da família, especialmente das filhas, passa a depender de outros mecanismos. Nesse segundo momento, outras instituições como a Igreja e a Religião, bem como pensadores e ideólogos, passam a definir os dispositivos normativos para que a mulher possa sair para o mundo da rua comportando-se de forma adequada para preservar sua reputação. Da mesma forma que há referência a feminização do ensino ou da carreira do magistério, pode-se inferir o surgimento de um espaço de circulação feminino no espaço da rua. Ou seja, é possível ir ao mundo da rua, ao mundo do trabalho desde que “caminhando” por dentro de um corredor feminino que é o resguardo do próprio corpo. É como se as mulheres carregassem no corpo, através das roupas, das atitudes e gestos, o próprio caminho por onde circulam. Apesar do seu caráter opressivo, não se deve desmerecer uma certa positividade desse aspecto na vida das mulheres. De certa forma, trata-se da transferência do poder do pai, existente no mundo da casa, da tradição que passa para o espaço público representado por pensadores que normatizam a conduta das mulheres no desenvolvimento de suas atividades de trabalho, colocando, em última instância, nas mãos das próprias mulheres a responsabilidade da sua reputação.

Como se viu, embora reguladas por códigos e manuais de conduta, controladas através de vários dispositivos, circunscritas a padrões de comportamento rigorosos, elas ultrapassam os limites do mundo da casa, alcançam alguma autonomia e, até certo ponto, a responsabilidade sobre si próprias no que diz respeito ao comportamento em público. Pouco a pouco

adquirem mais autonomia. Não é o que faz Maria Odete quando não espera pela acompanhante para voltar para casa, ou quando coloca para o pai as condições para assumir a função de professora?

Ao olhar o percurso seguido pelas mulheres junto à família, considero que foi através do seu papel na família que muitas mulheres conseguiram obter acessos aos mais diversos tipos de recursos e construir espaços de influência e autonomia. De fato, os estudos sobre família no Brasil do final do século XIX e início do século XX sugerem uma mulher bastante regulada institucionalmente, porém com maiores oportunidades para o exercício da autonomia. Em outras palavras, uma mulher com maiores oportunidades de agência surge no cenário, como mostra Louro (1997) ao se referir a “uma certa autonomia” adquirida pelas “mestras” ao saírem do mundo da casa para o mundo da rua.

Se, por um lado, uma mulher mais atuante vai surgindo e novas configurações e arranjos familiares se organizam, permanece sempre a idéia da subordinação e dependência. Uma situação de igualdade com os homens ainda permanece distante. Os espaços de ruptura com a tradição que se forjaram nem sempre são percebidos como tais pelas mulheres e isto, como pretendo demonstrar, pode limitar sua agência. No próximo capítulo, tentarei expor a forma pela qual as mulheres interpretam o que se apresenta a elas como recursos.

Capítulo 5: Os recursos e seus usos

Conforme a teoria da estruturação que tem servido de fundamento a este trabalho, o uso dos recursos alocativos e autoritativos deve ser feito de forma mais ou menos consciente, isto é, ao menos no nível da consciência prática, a fim de que possam constituir uma ação. Meu objetivo neste capítulo é tentar estabelecer a forma como as mulheres percebiam (e em certa medida interpretavam) os recursos disponíveis. Neste sentido, vale a pena retornar para alguns elementos estruturais relativos à família do final do século XIX e início do século XX e aprofundá-los.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que o casamento, em si, representa um recurso, seja para homens, seja para mulheres. Como argumenta D'Incao (1997, p.229), no século XIX os casamentos entre famílias ricas e burguesas era usado como forma de ascensão social ou uma forma de manutenção do status. Nesses casos, as mulheres casadas passavam a ter uma nova função, contribuindo para a mobilidade social a partir do seu papel de anfitriã nos salões de festa e na vida cotidiana. O sucesso social da família burguesa do século XIX passa a depender também da mulher, que se torna, em parte, responsável pelo aumento ou pela manutenção do seu prestígio. Como ressalta D'Incao(1997, p. 229) :

os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas do seu grupo de convívio (...). Significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas e serviçais cuidavam da imagem do homem público.

Porém, o olhar sobre as informações obtidas através das entrevistas, revela uma realidade mais complexa, mostrando que a contribuição que as mulheres trazem para a família vai, em alguns casos, além do aspecto simbólico. Tanto há informações específicas para a constatação da contribuição simbólica dada pelas mulheres, como há informações sobre a maneira como os recursos disponíveis às mesmas são empregados em benefício da família, assim como em benefício próprio, no sentido de satisfazerem seus desejos e objetivos.

Dessa forma, é possível constatar três tipos de recursos que são manipulados pelas mulheres: os recursos trazidos pelo trabalho fora de casa ou em casa, os recursos herdados dos pais e os recursos oriundos do orçamento doméstico. Esses são tipos de recursos alocativos, ou seja, dizem respeito aos recursos materiais, mas não se pode deixar de vinculá-los aos recursos autoritativos, em alguns casos. Por exemplo, a posição de filha que permite receber a herança paterna, e a posição de esposa que permite a gerência do orçamento doméstico.

Recursos autoritativos também são provenientes da educação recebida e que vão permitir às mulheres a participação na organização dos trabalhos do marido. Para algumas, isso representa a aproximação com o marido de forma mais igualitária e, ao mesmo tempo, faz com que se percebam como capazes de fazer coisas semelhantes. Nesse momento, tendem a lamentar não terem seguido o próprio caminho profissional. É possível que esse pensamento tenha ocorrido a posteriori - talvez até durante a entrevista que, em certa medida, é um momento de auto-avaliação - a partir de valores referentes à nova posição da mulher no

mercado de trabalho e às varias conquistas feitas pelo movimento feminista, mesmo que não se deem conta desses fatos em suas vidas

Comparando a descrição feita por D'Incao para o final do século XIX e a descrição de Bassanezi para os anos de 1950, percebe-se que a distinção entre papéis masculinos e femininos ainda continuava nitidamente demarcada e que o trabalho da mulher continuava “cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do homem, o chefe da casa” (1997, p. 608). Apesar disso, algumas das mulheres entrevistadas não percebiam seu trabalho desta forma, mas como verdadeiros recursos dos quais elas podiam dispor de acordo com a sua vontade.

Veja-se, por exemplo, o caso de Cristina e Lúcia. Ambas trabalharam em instituições federais onde diferenças entre salários de homens e mulheres são inexistentes, desde que mantidas as mesmas funções. Para Cristina, trabalhar fora significa a autonomia e a liberdade de não precisar depender do dinheiro do marido. Ao se comparar com outras mulheres que não trabalhavam, Cristina demonstra um certo orgulho de si mesma, das suas atitudes em relação ao marido, tanto pela sua autonomia, como pela possibilidade de encorajá-lo a usar o dinheiro para o que tem vontade de comprar. Talvez seja a percepção de estar livre da humilhação que presenciava em outras mulheres de sua convivência que, para disporem de algum recurso financeiro, acabavam por criar situações conflituosas com os maridos.

Entre as mulheres que foram para o mercado de trabalho e que continuaram trabalhando após o casamento existe maior autonomia tanto na gerência financeira, já que dispõem de uma renda própria, como em outros aspectos, já que partilham várias decisões com o marido, convergindo para um

modelo mais próximo do apresentado por Antônio Cândido para a família nuclear.

Eu me orgulho muito disso (de ter trabalhado) porque nunca houve um choque por causa do dinheiro (entre ela e o marido). Eu tinha colegas que brigavam com o marido por causa do dinheiro (...) minha cunhada mesmo, enquanto o marido não lhe desse a metade do ordenado ficava atazanando o juízo dele. Eu, quando meu marido quer comprar uma coisa eu digo para ele comprar. Mas as mulheres não são capazes de fazer isso (Cristina).

Quando me casei já trabalhava e continuei trabalhando. Fiz concurso para a Universidade, fiz pós-graduação na França... Sempre dividi tudo com o meu marido. Ele me ajudava com os meninos. Só durante uma fase eu parei de trabalhar por que os meninos eram todos muito pequenos. (Lúcia).

Mas um olhar mais atento sobre o relato de Cristina pode revelar outros aspectos das relações de casamento de sua época. Talvez a igualdade de que fala Cândido, no seu modelo de família nuclear moderna, apesar de ser verdadeiro para as mulheres que trabalham, ainda não se estenda para a maioria. Por outro lado, a reivindicação das mulheres de parte dos ganhos de seus maridos não poderia ser considerada um indicador da consciência que têm de sua importância na organização familiar e no trabalho que realizam no espaço doméstico? A interpretação que faço é a de que essas são formas de resistência/agência que as mulheres encontram para fazer valer seus objetivos.

Por outro lado, o orgulho e a vaidade de Cristina decorre do fato de não precisar romper com alguns valores ideológicos da época que envolviam, entre outras coisas, “resignação e doçura”, como lembra Bassanezi (1997, p. 609). Ou seja, ao não depender dos recursos financeiros do marido não precisa, como as demais, reivindicar recursos e, assim, se pensa como alguém que está acima de um comportamento que critica. Pode inclusive, concordar com o que o marido

deseja comprar, ainda que isso seja apenas do interesse dele. É possível que outras mulheres repreendam os maridos ao comprarem coisas apenas do seu próprio interesse em detrimento da necessidade familiar por outros bens.

O que se visualiza a partir do depoimento acima é uma teia complexa de situações que mesclam valores ancorados na ideologia do feminino como sinônimo de subordinação e novas formas de exercício do ser mulher. Por exemplo, ao mesmo tempo

em que as mulheres entram no mercado de trabalho e percebem os ganhos auferidos, parecem não compreender muito bem as limitações que se impõe à sua liberdade, como se desprende da valorização de elementos como conciliação e doçura. Possivelmente a própria autonomia de que dispõem, turva a percepção sobre as desigualdades de gênero ainda dominantes.

5.1 O paradoxal mundo do trabalho: poder e resignação

A observação dos relatos das mulheres desse grupo, mostra situações paradoxais. Por exemplo, ao mesmo tempo em que têm autonomia financeira em função do trabalho exercido, resistem um pouco a dizer de que forma organizavam o orçamento doméstico. Socorro, por exemplo, a quem perguntei por diversas vezes como era organizado o orçamento doméstico, sempre consegue fugir da resposta dizendo que sempre fazia tudo em conjunto com o marido no que pese a minha insistência em procurar saber dos detalhes. Por fim,

diz que o dinheiro dela era para as viagens que ela e o marido faziam para conhecer o mundo, assunto sobre o qual se estendeu bastante.²²

A inferência que faço sobre a atitude da minha entrevistada é de que, para ela, possivelmente falar em divisão das despesas domésticas implica em contrariar o padrão de masculinidade e feminilidade pelo qual as mulheres de sua geração eram regidas. Trata-se de uma forma de dissimular o poder de comando e decisão que têm sobre o espaço doméstico e que, de certa forma, contraria a representação do marido provedor que vigorava no período em que casou e que ainda tem seus ecos, principalmente entre pessoas de sua geração.

Um ponto importante a ser considerado no que diz respeito à dependência dessas mulheres em relação aos seus maridos é que, mesmo considerando que elas dispunham de uma rede de apoio, algumas vezes formada pelas mulheres da família de origem e outras por empregadas domésticas ou por ambas, principalmente no cuidado com os filhos, a identidade materna, interpretada como sendo inconciliável com uma participação efetiva no mundo do trabalho e com a independência econômica é o ponto de referência para muitas explicações em suas vidas. Assim, interrupções no trabalho, bem como decisões de trabalhar fora de casa a partir de certo momento, são resultantes do papel materno.

Isso não significa que o trabalho desapareça completamente do horizonte dessas mulheres, ainda que ele esteja frequentemente subordinado à identidade materna. É ainda Socorro que ilustra situações como essas. Trabalhando desde que se formou na FAFIRE, ao nascer o segundo filho, resolve montar um curso

22 Interessante notar que todas as viagens realizadas foram para “congressos” da associação de ex-alunas do Colégio de São José, da qual Socorro faz parte. Nesse caso é a sua rede de amizades e relacionamentos que é acionada. O marido a acompanha, mas aqui toda a iniciativa é dela.

em casa para preparar meninos para o ingresso em um dos colégios de renome. A explicação inicial dada refere-se à possibilidade de poder trabalhar e, ao mesmo tempo, supervisionar os dois filhos. Mas um segundo fator igualmente importante aparece aqui. Trata-se da remuneração bem maior que passa a receber nesse novo arranjo de trabalho. É compreensível, diante da vantagem monetária, a opção por uma nova forma de trabalho. Porém, o que é inicialmente expresso é a possibilidade de supervisionar os filhos.

Quando meu segundo filho nasceu eu continuei trabalhando. Eu ensinava só um expediente no colégio, era de manhã, trabalhava de manhã de oito às onze, minha mãe ficava com ele. Depois deixei e fiquei ensinando só em casa. Também ganhava mais, não é? (Socorro)

Aqui, novamente percebe-se que o mundo da rua, configurado no trabalho de professora, vem para o mundo doméstico. Esses dois espaços formam uma zona que chamei incidentalmente de cinzenta, onde se confundem o mundo da casa e o mundo da rua, confundindo, até certo ponto identidades, mas sempre fazendo prevalecer a de mãe. São bem conhecidas as explicações acerca da centralidade da maternidade na constituição da identidade feminina. Assim, analisando as transformações que se processam a partir da segunda metade do século XIX, Magali Engel (1997) enfatiza o processo de disciplinamento e de repressão através da radicalização dos corpos femininos, evidenciando a maternidade como algo que compõe a verdadeira *essência* da mulher, inscrevendo-a em sua própria natureza. Nos anos de 1950, outros papéis, que em grande medida tornam a maternidade incompatível com o trabalho, são atrelados à identidade feminina: a mãe como, fundamentalmente, esposa e dona de casa,

papéis considerados como “o destino natural das mulheres” (Bassanezi,1997, p. 608) .

Não é sem razão que as mulheres entrevistadas priorizam, nos relatos sobre as escolhas feitas, explicações direcionadas pela sua atuação como mãe. Somente após se referir á importância do bom desempenho materno é que Socorro, em outro trecho do seu relato, fala sobre a importância que teve seu papel profissional na vida de muitos dos seus alunos.

Outras mulheres também exerceram o trabalho remunerado no mundo da casa, em geral, utilizando-se das chamadas “prendas domésticas”. Costurar para poucas amigas ou familiares, fazer doces e salgados para vender, são coisas executadas em casa, com a ajuda de algumas auxiliares contratadas apenas para esse fim, ou apenas com as empregadas que já faziam parte do dia a dia. É possível que a desvalorização dos trabalhos artesanais em função da baixa remuneração de mercado faça com que os trabalhos realizados sejam descritos pelas entrevistadas apenas como forma de complementação de renda, para a aquisição de um dinheiro extra, para suprir o “supérfluo” que o salário do marido não pode comprar. Apenas em alguns poucos casos este trabalho aparece como uma forma de ter algum dinheiro para si e de não precisar prestar contas ao marido sobre o uso do mesmo.

Diversas mulheres que trabalharam como professoras fora de casa durante o tempo em que eram solteiras encerraram essa atividade quando casaram e dedicaram-se apenas ao papel de esposa e mãe. A justificativa para essa decisão, em geral, é dada como sendo uma resposta à vontade do marido, que não quer ter a esposa trabalhando fora.

Estariam as mulheres fazendo escolhas ou apenas submetendo-se às vontades do marido? Será que elas percebem o trabalho como um recurso mais empoderador do que o casamento? Tudo leva a crer que não, mas, a fim de tentar estabelecer a dimensão real que o trabalho assume em suas vidas, talvez seja preciso refletir mais detidamente na relação entre classe social e a representação dos padrões de feminilidade e masculinidade.

A verdade é que algumas mulheres passam a exercer atividades remuneradas no espaço doméstico, compatibilizando dessa forma a sua própria vontade ou necessidade com as atividades de mãe e dona de casa. Marisa, por exemplo, está entre as que decidem buscar uma complementação orçamentária utilizando a habilidade de costurar. Inicialmente costura só para a família, mas, pouco a pouco, incorpora algumas amigas e amplia o grupo a quem atende. No entanto, não reconhece nessa atividade um “trabalho”. Ou seja, as mulheres encontravam formas de dissimular para si e para outros o trabalho remunerado que exerciam. Essas atividades são mencionadas como coisas passageiras, realizadas apenas para poucos e de forma transitória. A ambivalência de sentimentos em relação a essas atividades pode ser vista no relato seguinte:

Eu nunca trabalhei fora (depois de casada), mas eu andei costurando para fora, para umas pessoas da família. Eu costurava para duas irmãs, para duas sobrinhas. Agora eu não costuro porque não preciso mais. A mola é o dinheiro, não é? Mas naquele tempo que teve muito aperto. Eu andei fazendo umas costuras. Mas meu marido não gostava não, mas eu fazia, costurava barato para elas... Eu costurava bem, modéstia a parte, eu poderia até ter feito dinheiro com costura. (Marlene)

O relato sugere que Marlene tinha alguma noção, ainda que no nível da consciência prática, do que seu trabalho representava em termos de recursos. De fato, foi provavelmente com esse recurso financeiro que proporcionou mais

conforto à família na casa pequena em que morava com os cinco filhos onde conseguia “acomodar todo mundo direitinho”.

Porque as mulheres não consideram “seriamente” o trabalho que realizam? Por que não o percebem como um recurso disponível para elas? Há entre elas uma percepção de que executam bem suas habilidades, mas lhes falta a demonstração da segurança da profissionalização. Teriam medo de assumir uma nova identidade? Ao que tudo indica, ser costureira, modista ou doceira representaria um status inferior ao de mãe e dona de casa para as mulheres de classe média e por isso, disfarçam, minimizam seus empreendimentos, referindo-se ao custo baixo que cobram, da clientela do ciclo familiar e de amigos. Creio que aqui reaparece o preconceito a que me referi no capítulo anterior: se “as mulheres foram criadas para casar” e o ideal de feminilidade ainda paira sobre as chamadas funções tradicionais da mulher como já visto nesse texto, o trabalho realizado, seja por necessidade de complementação de renda, seja por vontade de ter seu próprio dinheiro e assumir uma posição de maior independência do marido, precisa vir justificado para elas próprias e para a sociedade em que vivem, de forma a não contrariar, a não romper com os padrões a fim de que tanto sua posição como a do marido permaneçam estáveis.

Percebe-se mais uma vez aqui o pensamento de Gadamer quando se refere à tradição, explicando que a “conservação” pode também ser uma escolha. No trecho que se segue, essa idéia é esclarecida por suas próprias palavras

Na realidade, a tradição mais autêntica e a tradição melhor estabelecida não se realizam naturalmente por força da inércia que permite ao que está aí de persistir, mas necessita ser afirmada, assumida e cultivada. A tradição é essencialmente conservação e como tal sempre está atuante nas

mudanças históricas. Mas a conservação é um ato da razão, e se caracteriza por não atrair atenção sobre si. Essa é a razão por que as inovações, os planejamentos aparecem como as únicas ações e realizações da razão. Mas isso não passa de aparência. (...)as transformações mais tumultuadas, como em tempos revolucionários em meio a suposta mudança de todas as coisas, do antigo conserva-se muito mais do que se poderia crer, integrando-se ao novo numa nova forma de validade (Gadamer, 2008, p.373)

Portanto, ao visualizar certas condutas desempenhadas pelas mulheres, mais do que restrição, muitas vezes elas aparecem como escolha, como “agência”, como mobilização de recursos autoritativos. No caso da entrevistada a que me referi acima, os recursos que reúne para fazer valer sua vontade são as “prendas domésticas”, o papel de mãe e de dona de casa e de esposa obediente. Finalmente, na transitoriedade do trabalho marcada pela interrupção no momento em que o dinheiro já não é tão escasso, Marlene reafirma os valores de feminilidade apropriados à sua classe social e geração:

“eu gostava de cuidar da casa, gostava de fazer bolo, de enfeitar meus filhos, de deixar tudo arrumadinho, essas coisas de dona de casa mesmo” (Marlene)

Por que, mesmo admitindo sua competência e seu potencial para ganhar mais dinheiro, não opta por esse caminho? O trabalho em casa, estruturado de maneira mais artesanal do que profissional, também não é uma forma de manutenção de uma aparente subordinação ao marido que marca a assimetria entre os papéis masculinos e femininos da tradição da família patriarcal da elite? Essas são possíveis formas de compreender as estratégias articuladas pelas mulheres a fim de obter o melhor benefício das ações e decisões que empreendem. Trata-se, portanto, de conseguir articular a possibilidade de uma certa autonomia em relação à dependência financeira do marido, poder realizar

pequenas coisas do cotidiano e, ao mesmo tempo, estar em sintonia com os ideais do tempo em que vivem. Analisando as revistas femininas dos anos 50, Bassanezi (1997) mostra como é comum nas matérias aí veiculadas a exortação da importância da mulher no espaço da casa.

Lugar de mulher e o Lar[...] a tentativa da mulher moderna de viver como homem durante o dia, e como uma mulher durante a noite, e a causa de muitos lares infelizes e destruídos [...] felizmente, porém, a ambição da maioria das mulheres ainda continua a ser o casamento e a família. (Querida, nov.1954. In Bassanezi op.cit, pág 624)

Mas a complexidade da sociedade provocada pelas mudanças sociais em curso pode fazer com que comportamentos semelhantes sejam interpretados de forma distinta. Ou seja, a utilização das prendas domésticas como forma de implementar os recursos monetários que tem a seu dispor, como faz a entrevistada anterior, pode ter uma interpretação diferente, revelando a multiplicidade de situações vivenciada das pelas mulheres em questão nesse trabalho.

Embora menos comum, a busca consciente por autonomia e independência financeira do marido possivelmente motivou muitas mulheres dessa geração a buscar recursos além daqueles disponibilizados pelos maridos. Mesmo mulheres casadas com homens prósperos do ponto de vista financeiro, residindo em casas confortáveis e amplas e, até mesmo, tendo o próprio carro podem ter buscado novas formas de autonomia. Como foi visto anteriormente, através do relato de Cristina, mulheres que não trabalhavam de forma remunerada, fora de casa ou em casa, ficavam insatisfeitas com o limite de recursos passados pelos maridos. Enquanto umas protestavam, reivindicando do

marido o aumento nos recursos que lhes era destinado, outras preferiam empreender outros caminhos.

É o caso de uma das entrevistadas, única no grupo a se separar do marido. O dinheiro dado pelo marido para as compras semanais e para vestir as filhas, tudo era, segundo ela, contado e pouco. As demandas de aumento feitas por ela eram respondidas com muitos “nãos” e, assim, desde logo ela compreendeu que para ter recursos para usar de acordo com sua livre vontade, seria preciso buscar alguma remuneração.

Eu comecei fazendo coisinhas que era impossível não fazer, por exemplo, pintar azulejo. Então eu fui a Viana Leal²³ e disse: eu quero cinco azulejos – e o rapaz disse “para que a senhora quer comprar cinco azulejos, o que vai fazer com cinco azulejos?”. Eu fiquei congelada, porque pensei que ele ia pedir para ver. Então respondi que pintava (...) ele disse: traga para eu ver... Aí fui para casa de mamãe, juntou todo mundo, minhas irmãs, minha mãe porque todo mundo tinha jeito para pintar e começamos a discutir o que a gente pintava, coisa e tal... Eu sei que pinte, dei conta e levei para ele ver. Ele gostou encomendou quinze azulejos. Ai eu fiquei pintando azulejo e vendendo na Viana Leal... Então comecei a fazer bolo para as minhas amigas, agora tudo escondido, não é? Qualquer coisa aqui em casa tinha que ser feita até 11:30h porque ele podia chegar de meio-dia em diante... Então eu já entregava as coisas antes, minhas amigas vinham buscar. Depois pediam para eu dar aulas de arte-culinária... Eu dava, eu fui altamente desobediente no meu casamento. Na hora que eu via que eu queria fazer uma coisa, eu deixava ele sair e pé no mundo (...) ele achava que eu queria ter minhas coisinhas, ou me realizar, era uma infidelidade. (Lenita)

Embora neste relato, como no anterior, encontre-se a recorrência aos recursos autoritativos formado pelas habilidades das prendas domésticas, há também outros fatores. A consciência da desobediência e da relação conflituosa com o marido, a percepção do controle exercido pelo marido sobre ela e a

23 Viana Leal loja de produtos variados, famosa no Recife na metade do século XX pela variedade de materiais vendidos. Tudo que se entende como sendo contido em um armazém podia ser adquirido na Viana Leal que só não vendia produtos de uso pessoal, como roupas, sapatos e higiene pessoal.

associação que ele faz entre suas pequenas “transgressões” como uma infidelidade cometida

Entre as entrevistadas, apenas Lenita rompeu com o modelo, ainda que parcialmente, ao se separar. Não é claro, no entanto, se esta ruptura foi uma escolha consciente por parte de Lenita. É preciso lembrar que o tempo a partir do qual ela está falando já não é mais o mesmo em que os fatos estavam acontecendo. A memória, como já me referi em capítulos anteriores, é uma ação do passado que se atualiza no presente (Giddens, 2003; Gadamer, 2008). Seja como for, contrário do relato anterior, feito por Socorro, aqui não se trata de preservar os papéis masculinos e femininos do passado, mas de mostrar a ruptura, enfatizando o próprio protagonismo. À medida que se torna independente dos recursos materiais providos pelo marido e rompe com o modelo do passado, Lenita passa a se identificar com o modelo mais individualista do presente.

Mas isso não significa que os elementos tratados na análise do relato de Lenita sejam significativamente diferentes daqueles contidos nos relatos anteriores. Há elementos comuns, por exemplo, referência à desobediência como uma espécie de infidelidade simbólica; a solidariedade formada pela rede feminina de apoio; a combinação entre o mundo da casa e o mundo da rua acionado pelas capacidades desenvolvidas pelas mulheres e valorizadas pela ideologia da época, que enfatizava os papéis de dona de casa e mãe. Todos esses elementos são “recursos” disponíveis às mulheres que exercerem sua agência, atingindo seus objetivos. Neste sentido, ao contrário do que a interpretação do caso de Lenita pode sugerir, a “acomodação” ao modelo é também, em diversos

momentos, uma estratégia, uma decisão que converge para situações onde as mulheres conciliam obrigações e interesses próprios.

É preciso considerar que as dificuldades existentes para a mulher solteira ou separada na sociedade de meados do século XX eram significativas. Como nos lembra Bassanezi (1997, p. 637) a única possibilidade de separação nos anos de 1950 era através do desquite. O divórcio, considerado um “veneno para a estabilidade social”, supostamente enfraquecia a instituição familiar e liberava a mulher para o amor livre. Somente a partir da década de 1970 é que passa a vigorar na lei brasileira. A mulher separada não era bem vista pela sociedade do seu tempo, gerando, em muitos casos, a preferência pela manutenção do casamento.

Apesar de todas as restrições e preconceitos, percebe-se que entre a década de 1940 e de 1960 aumenta nos censos demográficos a proporção de mulheres que se declaram separadas (*Idem*) A escuta do texto interpretado pelas entrevistadas sobre suas vidas, trouxe, a compreensão de vários aspectos relativos à agência feminina. Tanto o uso de recursos existentes, como a busca por novos recursos, marca o comportamento das mulheres e tornam-se os caminhos para as estratégias traçadas em direção à autonomia.

Portanto, Lenita, refere-se ao passado, mas já pelas lentes de um mundo menos preconceituoso. Não se sabe exatamente que sentimentos e dúvidas se passavam quando ela vivenciou os conflitos relatados.

O que não se pode perder de vista é que, as memórias são sempre reelaboradas a partir do horizonte atual. Por exemplo, Fonseca (1990), entrevistando mulheres solteiras da pequena burguesia na França do início do

século XX, comenta que ao tentar atingir o mundo de moças púberes de 1920, através do depoimento de mulheres idosas, vivendo em 1987, certamente as lembranças de juventude foram reelaboradas. Creio que na análise sobre a ruptura do casamento feito pela a minha entrevistada ocorre algo semelhante. Entretanto, elementos contidos no relato feito, contribuem para reiterar aspectos que venho analisando como, a agência feminina, a rede de solidariedade formada pelas mulheres, e a relação fluida e não dicotômica entre o mundo da casa e o mundo da rua.

Esse último aspecto aparece aqui de forma clara e evidente. Habilidades do mundo da casa e do feminino vão para o mundo da rua em forma de mercadoria. Uma relação híbrida ocorre, já que os azulejos pintados são vendidos em uma loja comercial onde os contratos formais e, portanto, do mundo da rua, são estabelecidos. O mesmo é possível pensar das aulas particulares dadas por Socorro que, no mundo da casa, executa uma função que também é realizada no mundo da rua, embora sem os benefícios de uma inclusão mais igualitária neste último.

Mas mesmo mulheres que não estavam no mercado formal de trabalho antes do casamento, nele entram em diferentes fases da vida. Algumas decidem “arranjar um emprego” quando os filhos ainda são pequenos, outras, quando esses já são maiores e mais independentes, outras, ainda, quando já são avós. Na verdade, como se tem visto, parte das mulheres entrevistadas buscam diferentes formas de recursos e, ao mesmo tempo, articulam estratégias para manter bem marcado o modelo ideológico do seu tempo que as definia, sobretudo, pelo desempenho de mãe, dona de casa, esposa obediente, subordinada ao marido e

com muitas prendas domésticas Mas para a classe média, esse modelo com tudo que nele está implícito, seria possível de ser mantido com recursos de uma única fonte provedora? Existe um momento no qual o trabalho pode ser percebido como algo que não põe em xeque a identidade feminina? Mais: que outros elementos, além do dinheiro, contribuem para a manutenção de sua posição de classe e do modelo de feminilidade que lhe era característico?

5.2 Classe e Gênero: o uso dos recursos e a manutenção da feminilidade.

Muitos aspectos estão envolvidos na determinação de classe de um indivíduo. Casa própria, educação formal de qualidade, conhecimentos gerais, sensibilidade para as artes, redes de relações sociais, tudo isso representa recursos para uma categoria social que mantém um equilíbrio precário em termos de status sócio-econômico. A possibilidade de manter as necessidades implícitas no pertencimento dessa categoria social tendo por base apenas um provedor de recursos econômicos era possível para os mais afortunados, mas não para todos. Assim, parte das mulheres entrevistadas decidem trabalhar por razões preponderantes, embora não exclusivamente, econômicas. Ao perceberem os filhos crescendo e avaliarem, de um lado os ganhos de seus maridos e, do outro, a necessidade dos filhos, resolvem trabalhar. Para isso, lançam mão de sua educação, do curso superior que fizeram e da rede de relações de que dispõem para obter um emprego remunerado. Da mesma forma que Marlene e Lenita, Maria Adélia, explica sua decisão em passar a trabalhar fora de casa, pela necessidade de proporcionar uma melhor educação aos filhos:

Quando a minha filha nasceu e meus filhos já estavam ficando com 11, 12 anos e (...) então eu comecei a pensar: - como é que eu vou dar cultura aos meus filhos se eu mal posso dar comida à eles? Eu tenho que fazer alguma coisa por eles” (Maria Adélia).

Tais mulheres legitimam sua entrada no mundo da rua através da necessidade de prover seus filhos de habilidades e capacidades consideradas importantes para sua classe social, como a “cultura”, por exemplo. Da mesma forma que as mulheres que trabalhavam como professoras estavam “protegidas” por meio de uma conduta de recato em torno do corpo (um “jeito de professora”), mulheres como Marlene, Lenita e Maria Adélia legitimam sua entrada no mundo da rua, mais especificamente, do trabalho, pela maternidade. É a necessidade de melhorar a vida dos filhos que “autoriza” as mulheres nesse percurso. Ao mesmo tempo, entretanto, as mulheres continuam a minimizar a importância deste trabalho, por exemplo, quando Maria Adélia, funcionária de uma importante instituição pública onde ocupava o lugar de assessora da diretoria para auxiliar em discursos e pronunciamentos, minimiza a importância do mesmo ao afirmar que a poesia é “minha verdadeira vocação”.

Retomo o relato de Maria Adélia. Observo atentamente o que diz seu texto e escuto algo de novo em relação aos demais. Talvez a idéia de que a poesia seja sua verdadeira vocação possa ser interpretada como um espaço de autonomia, um projeto individual que cumpre e realiza. Talvez não um projeto no sentido de um planejamento, mas algo que se impõe. Exerce sua atividade em qualquer parte: “onde tiver um papel e um lápis”, “entre uma mamadeira e outra da filha recém nascida,” para não esquecer o verso que brota e necessita do

registro rápido. Mais tarde vem a ser reconhecida pela sua poesia, publica livros e passa a participar de uma instituição cultural importante.

É bem verdade que a atividade literária era bastante comum entre as mulheres do passado, inclusive do passado colonial, ou seja, da tradição. Norma Telles (1997) registra algumas escritoras do século XIX que se tornaram conhecidas no seu tempo, como Nísia Floresta, sempre lembrada pelas suas idéias avançadas e identificada como uma das primeiras feministas. No Brasil, são muitas as escritoras nascidas na década de 1930 e que se tornam reconhecidas. Entretanto, o que se inaugura em décadas posteriores é o espaço ocupado no mundo editorial com a publicação de livros, participação em eventos literários, a consagração no espaço público, ou na terminologia adotada. A escuta do texto interpretado pelas entrevistadas sobre suas vidas, trouxe, a compreensão de vários aspectos relativos à agência feminina. Tanto o uso de recursos existentes, como a busca por novos recursos, marca o comportamento das mulheres e tornam-se os caminhos para as estratégias traçadas em direção à autonomia., no mundo da rua, de forma mais próxima aos escritores homens.

Portanto, Maria Adélia insere-se no mundo a rua, é reconhecida pela sua obra e, desde logo, revela no seu relato uma ligação mais forte com o mundo do conhecimento, muito mais do que com o mundo doméstico. Esse, ela deixa para as pessoas que trabalham com ela e que, desde sempre, ajudaram a cuidar de seus muitos filhos e da casa. Mas se Maria Adélia é um caso atípico entre as mulheres entrevistadas, tendo em conta a sua posição de destaque no cenário literário, ela compartilha algo importante com outras mulheres de sua classe: a possibilidade

de deixar o trabalho doméstico nas mãos das empregadas o que, no Brasil, nunca chegou a comprometer o ideal de feminilidade com base na idéia de “rainha do lar” que emerge na década de 1950. Isso, por sua vez, possibilita uma inserção em um contexto no qual projetos mais individuais são possíveis, ainda que de forma camuflada.

Talvez seja proveitoso retomar um dos relatos de Maria Adélia porque nele aparecem alusões interessantes a sua gerência no mundo da casa que é representativo de situações vivenciadas pelas mulheres entrevistadas. Ao afirmar que só sabe fazer “as coisas de pensar”, ela emenda na mesma frase as coisas que sabe fazer dentro de casa, trazendo à tona toda a ambiguidade presente na relação entre a rainha do lar e a mulher que tem planos para si e o papel que a empregada doméstica tem nesta relação:

...Na prática dentro de casa, [sei] preparar uma mesa, para decorar. Quando chego, boto não sei bem o que, ajeito um vatapá, correndo, entendeu? O meu departamento é outro, é decoração, é ajeitar, é enfeitar, é organizar, isso é comigo, disso eu não abro mão não, eu tomo conta da minha casa. Eu telefono para a empregada para saber o que fez o que é que está acontecendo, se as coisas estão bem, entendeu? Não largo a minha casa, não. Agora assim, eu dou autonomia a elas, (às empregadas) para elas se sentirem bem. Elogio o que elas fazem, se fazem um prato bonito, quando chega um dia de jantar (um jantar especial para convidados), eu chamo: “venha cá, o pessoal está elogiando”. Por que é um ato de justiça, “tem que dar o seu ao seu dono” (Maria Adélia).

Na verdade, todas as mulheres entrevistadas mencionam o auxílio das empregadas em suas vidas. São elas que possibilitam as alternativas encontradas pelas mulheres na busca por recursos materiais, na medida em que realizam as tarefas do cotidiano e liberam as “donas de casa” apenas para a gerência, “para organizar”, “para enfeitar” enfim, para pensar. A autonomia dada, ao contrário

do que pode pensar Maria Adélia, não é às empregadas, mas a si mesma. Outros relatos corroboram essa idéia, como será visto.

Mas mesmo empreendendo trabalhos mais formalizados, as mulheres não abrem mão de “tomar conta de casa”, embora isso não signifique necessariamente a realização das tarefas domésticas. Tomar conta da casa tem um significado simbólico referente à própria idéia de feminilidade e que, ao mesmo tempo, confere autoridade e influência sobre membros do grupo familiar incluindo marido, filhos e a parentela maior.

Alba, uma das mulheres entrevistadas afirma que trabalhar fora de casa representa a oportunidade de ter o próprio dinheiro o que, como vem sendo mostrado, é muito importante para a autonomia feminina;

Sair para trabalhar foi muito, muito, muito, importante em todos os sentidos (...) Só para não estar pedindo... Por que os homens nunca acreditam que as coisas sobem de preço... Essa coisa do pedido (de dinheiro), essa parte financeira do casamento eu acho crucial, crucial [sic]. (Alba)

Apesar disso, diz que só ela forra sua própria cama por que os outros não sabem fazer da maneira como gosta, mesmo mantendo empregados e empregadas por mais de vinte anos. As mulheres certamente reservam no espaço doméstico lugares que não deixam ninguém ocupar. A questão é: por que? Que formas de poder e de autoridade emanam do espaço doméstico daquelas mulheres?

Capítulo 5. Casamento e domesticidade: poder e resistência

Os relatos sobre casamento são marcados por ambivalências e sugerem que, se de um lado ele representa obrigações e restrições para as mulheres, de outro, representa a abertura de espaços de decisão e de autoridade. É ele, por exemplo, que possibilita a autoridade sobre os filhos, sobre empregadas e outras pessoas subalternas do convívio cotidiano. Além disso, ele representa a única possibilidade viável de se ter uma vida sexual, como mencionado por uma das entrevistadas, sem comprometer a honra e a dignidade, valores norteadores da conduta feminina no período:

Olhe, pra mim, casar foi ter um companheiro, um companheiro que eu tivesse, por exemplo, liberdade, que eu tivesse sexo, que era coisa que não existia naquela época, também, não era? Se fosse agora, talvez eu não casasse. (Mira)

Naquela época, casamento era a salvação. ...a tábua de salvação das mulheres, era dar a ela (referindo-se a uma tia solteira) uma vida normal, a casa dela, o lugar dela (Carmita)

Todas nós queríamos casar. Nós fomos criadas para casar. (Letícia)

No meu tempo a vida estava estabelecida, [...] só se saía de casa para casar. Estudava-se, acabava-se de estudar e, ficava-se em casa esperando um casamento, fazendo o enxoval por conta de se encontrar um rapaz (Lenita)

Eu só tive liberdade quando completei 21 anos, no dia do meu casamento. (Luciene)

A multiplicidade de interpretações sobre o casamento sugere que, segundo a ideologia da época, ele era o espaço feminino por excelência. No contexto cotidiano, diversas questões contribuíam para essa percepção: o extremo controle sobre a sexualidade das filhas mantido pelos pais, as tias solteiras que morando na casa das irmãs casadas por que não tinham como

prover seu próprio sustento; a preocupação com o futuro das filhas em uma sociedade que não valorizava a profissionalização feminina; tudo impelia para que o casamento se tornasse o destino da mulher.

A atitude de vigilância dos pais significava mais a garantia de conseguir um bom casamento para suas filhas do que impedi-las de se aproximar dos homens. Para algumas entrevistadas, era evidente o desejo dos pais de que elas se casassem, pois, dessa forma, teriam alguém olhando por elas e, ao mesmo tempo, garantido um lugar de reconhecimento na sociedade:

... Eu acho que ele (o pai) queria que eu me casasse, que eu tivesse filhos. Ele via que eu não tinha mais meu irmão para cuidar de mim. Eu acho que ele queria que eu casasse mesmo. Ele tomou informações, soube que era um rapaz bom e não fez objeções (Rita)

Eu conversava com ele na praça. A gente começou essa história de conversar fora de casa até o dia que papai passou e encontrou a gente conversando na rua e disse: “vamos pra dentro” (de casa). A partir de então a gente conversava em casa. Mas esse namoro foi em janeiro e em maio agente ficou noivo (Maria Odete) ²⁴

Durante três anos ele (o pai) não soube [sobre o namorado, só a mãe sabia] Aí minha mãe foi preparando o espírito dele e tal. Aos poucos, ele procurou saber (quem era o noivo) , pediu informações. Aí chegou o dia do pedido, não é? Ele não se opôs. (Carmita)

Este último relato ilustra especialmente bem a idéia de reconhecimento da mulher – no caso, a mãe: ao mediar a relação entre os pais e seus filhos a mulher garante para si uma importância na gerência das questões familiares. Além disso, o controle de informações, como sugerido, representa uma forma de poder. Mas não apenas isso: como sugere Simmel, em seu *A Sociedade Secreta* (1991), informações sob a forma de segredos possibilitam o estabelecimento de vínculos sociais fortes, talvez garantindo

²⁴ O namorado a que Maria Odete se refere que, posteriormente, tornou-se seu marido, é amigo dos irmãos dela.

aquilo que Parsons (1955) denominou de papel expressivo das mulheres na família.

Maria Odete, por exemplo, ao se referir ao curso de pintura que fazia escondida do pai, menciona o papel da mãe no sentido de garantir que ela frequentasse as aulas:

A gente ia de ônibus pintar em Rio Doce. Aí é que entrava a estória: eu não dizia a papai. Eu dizia, “mamãe” eu vou para Rio Doce [...] Ela sabia e concordava. Mas ele sabia, ele sabia. Ela, na intimidade, dizia a ele, não é? (Maria Odete).

Pode-se pensar que este controle de informações fosse um tanto forjado. Assim como Maria Odete refere-se ao conhecimento do pai sobre suas aulas de pintura, é bem possível que os pais, pelo menos em alguns casos, também soubessem sobre os namoros de suas filhas, aguardando apenas o momento oportuno de entrar em cena.

Este jogo que se estabelecia entre a mulher e seu marido, entre ela e suas filhas, parece fazer parte da delimitação dos papéis e dos espaços de cada um e revela uma ambiguidade importante no que diz respeito aos jogos de poder e contra-poder exercidos dentro da família. Se, de um lado, o estabelecimento dos segredos pode sugerir o controle do pai sobre as mulheres da casa, por outro, pode sugerir os limites de seu poder na esfera doméstica: embora não concorde com determinados comportamentos, sabe que nada pode fazer para impedi-los sem que sua autoridade seja ameaçada. Alternativamente, pode ser que ele concorde com um comportamento qualquer, mas se sinta obrigado a fingir que não concorda a fim de que os papéis de gênero tradicionais sejam mantidos.

O que parece inegável é que, após o casamento, uma nova etapa se inaugura na vida das mulheres, repercutindo em suas formas de agência. O exercício da autoridade e da influência necessárias aos cuidados com filhos, maridos e outros membros da família; as decisões relativas ao funcionamento da casa; os arranjos de solidariedade feminina para fazer face a essas questões, tudo isso vai tornar as mulheres figuras centrais no mundo da casa. São elas que vão decidir o estilo de vida do cotidiano familiar, transmitir valores, impor suas pequenas vontades. Como disse anteriormente, são elas que articulam a família e a rede de parentesco mais próxima, o que faz com que, por vezes, se definam como o centro de tudo:

Tudo aqui sou eu. Na educação dos meninos ele não se metia. Ainda hoje eu continuo sendo o centro. Ainda sou a chefe de família, já era tempo de parar. É uma responsabilidade muito grande. Tem minha mãe, que eu até hoje cuido. [...] minha casa sempre foi cheia de gente. Tinha a sobrinha dele, tinha minha irmã que casou lá em casa, aí depois a outra ficou morando com a gente. Vinha namoro, vinha noivado, casamento... Eu tinha que assistir o parto de todinhos (das irmãs mais novas). Minha casa era sempre cheia. No natal tem um almoço. É tudo aqui em casa. Já era tempo de eu parar (Aracy).

Na verdade, mesmo após o casamento dos filhos, ela continua cuidando deles. Refere-se, por exemplo, ao filho mais novo, já casado, a quem ajuda mandando o seu motorista buscar os netos na escola e outras coisas mais, o que constitui uma forma indireta de repassar recursos. Neste caso, fica evidente a articulação que empreende para transmitir recursos para a sua rede familiar, se empenhando na manutenção do padrão de classe do filho e dos netos. É a agência de que fala Giddens utilizando-se de recursos autoritativos decorrentes da posição de esposa, mãe e avó.

Outros relatos também apontam para situações semelhantes. Carmita cuidava das primas menos afortunadas financeiramente, organizando costuras e levando-as para festas. Outras vezes, são os parentes do lado dos maridos que recebem cuidados. Tudo isso representa oportunidades de influência e de autoridade para a mulher, mesmo quando se trata da família do marido, como é o caso de Luciene:

Foi muito difícil educar meus quatro filhos e os oito sobrinhos do meu marido [...]. Eles entraram lá em casa com 11 anos e saíram formados, com curso superior. Por que meu marido era do interior e queria ajudar a família dele, e eu dei toda ajuda e não me arrependo (Luciene).

Mas ao lado da autoridade, existem também as situações de restrição, de limites que fazem emergir a percepção da subordinação e para a qual a mulher vai desenvolver estratégias de resistência. Um caso significativo refere-se ao relato de Maria Adélia que, como já disse, ocupava uma posição importante em uma instituição pública, mas minimizava suas capacidades ao se referir à sua incompetência. Define-se como alguém que não sabe fazer as coisas, que é totalmente dependente da família, das empregadas, do marido, uma pessoa que “não serve para ser julgada”.

Eu digo a você, eu sou uma pessoa alienada no mundo que não serve para ser julgada pelos outros, (...) nunca tive medo de enfrentar a vida só, porque sempre tive muita gente para me ajudar, tive minha família, meu pai, meus irmãos. Eu sempre precisei de segurança. Se a gente ia assinar um documento, meus irmãos e irmãs que sabem Direito, dizem; “Adélia, assine aqui”. Ainda hoje, João, meu marido, disse “é aqui, Adélia, para assinar”. Lá no trabalho, é a mesma coisa, os documentos todinhos que a gente tem que assinar de empréstimo, disso, daquilo, o pessoal me diz “Adélia, é aqui que tem que assinar”. Um dia desses eu assinei um negócio que a gente ia fazer no Banco no lugar do gerente... “Minha Nossa Senhora!... mas Maria Adélia, não é possível”, mas eu sempre tive gente boa perto de mim, entendeu. Eu só tenho autonomia no meu trabalho, aí

eu sou respeitada, eu sou sozinha, aí eu digo e falo, mas no resto que não é meu, quanto mais gente para me ensinar, melhor, entendeu? (Maria Adélia)

Tudo leva a crer que ela se investe de uma pretensa fragilidade a fim de poder se movimentar confortavelmente no mundo da rua, seja como funcionária pública, redatora de jornal ou poeta. Em outra passagem, referindo-se à presença constante do marido em sua vida, levando-a para o trabalho já que ela não sabia dirigir, acompanhando-a quando precisava enfrentar as obrigações burocráticas da cidadania, como tirar documentos, Maria Adélia reforça a idéia de que não sabe fazer nada sozinha, esclarecendo mais uma vez o lugar do seu domínio, isto é, o espaço relativo ao seu projeto individual que era a poesia:

Ele (o marido) ficou muito paralelo a minha vida, entende? Eu mesma fui culpada por que eu não acertava muito a fazer as coisas, eu só sei fazer as coisas assim de pensar, entende? (Maria Adélia)

As resoluções diárias são deixadas para as empregadas e para o marido, que cuida dos reparos da casa. O papel de rainha do lar é assim adaptado de forma a suprir, sobretudo, a organização e a gerência das empregadas domésticas que, de fato, são quem executam as tarefas cotidianas. O trabalho doméstico, embora desempenhado num espaço essencialmente atrelado à noção de feminilidade, é percebido pelas mulheres como algo desqualificado e do qual procuram se afastar, repassando-o para outras mulheres. Só em momentos de ausência da empregada é que elas os realizam. Dessa forma, as empregadas assumem grande importância em suas vidas, liberando-as para realizar outras atividades, consideradas mais gratificantes.

Eu tinha empregadas, graças à Deus, isso nunca me faltou, sabe? Eu nunca precisei fazer serviço, a não ser quando faltava a empregada, mas sempre pudemos pagar [...] a cozinheira, a arrumadeira e uma lavadeira fora, isso sempre tivemos. (Marlene)

Assim como frequentemente ocorre em relação aos maridos, a fragilidade pode ser enfatizada diante das empregadas, desta vez para garantir um vínculo emocional que caracteriza uma relação paternalista e, portanto, de dominação:

... Eu abro o jogo com minhas empregadas “eu não posso passar sem vocês, eu preciso de gente que tenha pena de mim, que me ajude [...] vocês têm que zelar por mim, pelas minhas coisas, meus guard-roupas são abertos, não guardo nada, vocês é que tem que tomar conta das minhas coisas”. E tomam, sabe? (Maria Adélia).

Olhe, eu fiquei tão comovida no dia da cheia, a minha empregada que mora no Prado²⁵, essa última cheia que teve, ela bateu aqui e disse: “eu vim por que era a senhora. Então, eu digo: “ eu nunca mais vou me esquecer na minha vida do que essa mulher me disse: eu vim porque era a senhora”. Aí coou café, ajeitou, aí eu disse: “ você veio porque era a *senhora*, agora você vai porque estou lhe mandando, porque você tem uma família e você tem que cuidar da sua família”, mandei levá-la de carro lá. (Maria Adélia)

Esse vínculo emocional aparece de forma ainda mais evidente nos relatos seguintes:

...quando meu marido viajou, eu dei férias às empregadas, fui comer na casa de mamãe e com o dinheiro que ele deixou para fazer feira e mais um dinheiro que eu juntei eu comprei uma casinha para minha empregada. (Lenita)

Quando Miminha, minha babá, adoeceu... Por que nós moramos no Rio (ela era de lá). Quando ela estava doente, ela teve câncer, eu sabia que ela ia morrer, aí eu disse: “ eu vou ao Rio, vou ver Miminha” quer dizer, sozinha sabe?... E fui e fiquei lá com minha prima, fiquei lá no Rio uns tempos para vê-la, não é? Depois voltei [...] mas quando eu quero mesmo, eu passo por cima de tudo (Rita)

Os trabalhos domésticos requeridos no casamento representam os encargos que as mulheres deveriam assumir, constituindo, de forma mais

²⁵ Bairro da cidade de Recife

evidente, a dimensão de subordinação que, como vimos, as mulheres de classe média podem transferir para outras. Momentos em que faltam as empregadas, seja por dificuldades financeiras ou por razões outras, são relatadas pelas mulheres como sendo muito difíceis. Reportando-se a ao período imediatamente após o seu casamento, quando vai para São Paulo com o marido, Maria Odete diz que sua vida “virou pelo avesso”. Por questões financeiras não pôde ter empregada e, comparando este período com a vida que levava em solteira, quando tinha uma vida ativa dando aulas, estudando pintura e participando de um movimento ligado á igreja católica, sentiu-se muito presa ao ter que cuidar de meninos, pratos e fraldas:

Eu vivi a minha vida toda saindo de casa, tinha aula, dava aula, eu ia para a reunião do Grupo Católico, essas coisas todas, não é? Aí quando eu me casei, fiquei presa em casa... Quer dizer, virou pelo avesso, eu já não saía mais para lugar nenhum. Era só cuidar da casa, de cozinhar e eu não gosto de cozinhar, comida e não sei o que. Com pouco dinheiro, controlado, não é? Em São Paulo nós tínhamos que viver em um lugar simples. Pela manhã era lavar fralda, cuidar do neném, cuidar do almoço da gente [...] foram tempos difíceis (Maria Odete).

O trabalho doméstico, rejeitado pelas mulheres de uma forma geral, parece se diferenciar do conceito de prendas domésticas. Para esta classe específica, um “bom desempenho das prendas domésticas”, algo considerado fundamental para a felicidade conjugal (Bassanezi 1997:627), era interpretado pelas mulheres brasileiras de classe média como a capacidade de gerir o trabalho dos empregados domésticos e assim marcar seu controle sobre o espaço da casa, sua autonomia relativa e, ao mesmo tempo, de preservar o seu espaço de mando.

Tarefas mais especializadas, como costurar, não são consideradas, exatamente, como “trabalho doméstico”, possivelmente em função de sua realização ser voltada mais para as próprias mulheres, para as filhas e para os filhos quando muito pequenos. Neste caso, costurar está ligado à manutenção da boa aparência, do uso da moda, aspecto que também incide sobre o pertencimento da classe social, além de ser uma tarefa mais voltada para o mundo da rua. Embora esteja situada na lista das prendas domésticas, a não obrigatoriedade cotidiana de sua realização, imposta por tarefas como cozinhar, limpar e lavar, contribui para sua valorização em detrimento daquelas atividades que são percebidas como trabalho doméstico. A rejeição ao trabalho doméstico aparece claramente nas falas abaixo:

Tudo minha mãe me ensinou. Eu aprendi a passar, a costurar, a bordar, a fazer renda, a tocar, a cantar, e tudo eu sei fazer, [...] faço um pouco de tudo, ela só não me ensinou a cozinhar. Cozinhar eu aprendi depois, lendo receita. Agora, não sou de meter a mão na massa, de ficar todo dia fazendo. Mas se tiver uma motivação, se precisar fazer, ou para ensinar, orientar a empregada, eu sei fazer tudinho (Carmita)

...Eu não sou uma mulher muito do lar, não sou... Não sou dessas que arruma a casa, que ela tem que estar limpa, negócio de estar atrás de jarrinho pra ficar mais bonitinho aqui, mais ali. Eu não quero uma cadeira rasgada, eu não quero uma coisa estragada, [...] Também não sou muito da cozinha... (Luiza)

Num sentido importante, as empregadas domésticas representam um recurso disponível às mulheres de classe média e que as liberam dos encargos domésticos e permitem que elas exerçam algum tipo de dominação. Claro que o poder, no sentido que estou utilizando aqui, não se resume a relações de dominação/subordinação, mas às habilidades e capacidades que empoderam os agentes em suas ações. Neste sentido, um recurso importante alocado pelas mulheres no exercício de sua agência, são as redes de solidariedade femininas,

representadas sobretudo pela a ajuda que as mulheres recebem de suas mães e sogras, principalmente, nos cuidados com filhas e filhos pequenos.

Maria Odete refere-se a situações que por mais de uma vez a mãe ficou com os filhos durante um mês ou mais para que ela pudesse descansar ou tratar da saúde. Rita menciona que deixava os três filhos mais velhos ficarem com a mãe na casa vizinha, sendo praticamente “criados” por ela. Menciona também a ajuda recebida da sogra que, morando na mesma casa, cuidava das crianças quando nasciam, da comida e, assim, como ela diz, “eu ficava mais livre”. Constata-se, então, a entrada em cena da geração mais velha. Portanto, diferenças entre gêneros, classe e geração, estão presentes no intrincado gerenciamento do mundo doméstico revelando diferentes oportunidades de exercício do poder.

Mas a ajuda recebida ou a presença em casa de mães ou sogras, também têm consequências, algumas delas limitando o poder dessas mulheres. Assim, Rita relata o silêncio que mantinha sobre os projetos que desenvolvia na Igreja, para que a sogra, de religião diferente da dela, não reclamasse, não desse opinião, não fizesse qualquer julgamento sobre ela. Trata-se de uma negociação complexa onde por vezes se submete à autoridade de outrem, a fim de que a sua autonomia seja relativamente preservada.

Há, ainda, a resistência a determinados aspectos que estão relacionados ao modelo da tradição. Além da rejeição, sempre que possível, do trabalho doméstico, existem ainda estratégias e ações empreendidas de forma consciente, direcionadas à transposição de objeções impostas pelo marido a alguma coisa que desejam fazer de forma objetiva. Nesses casos pode haver confrontos, mas,

também, mecanismos de subterfúgios, mentiras, silêncios, omissões ou, nas palavras de uma das entrevistadas, “astúcias”.

A fim de ilustrar essas diversas possibilidades, reproduzirei agora dois relatos que me parecem extremamente esclarecedores. O primeiro diz respeito ao conflito velado existente entre seus pais, que se manifestou mais especificamente quando a mãe resolveu cuidar dos sobrinhos órfãos contra a vontade do marido. Segundo Carmita, criar os sobrinhos órfãos era um ponto de “honra” para sua mãe. Embora longo, vale citá-lo em toda sua extensão, pois ele ilustra três dos pontos que venho enfatizando até aqui: em primeiro lugar, o orgulho evidente com que Carmita se refere às ações da mãe parece sugerir a centralidade atribuída aos valores familiares. Em segundo lugar, a importância que Carmita atribui à solidariedade feminina como uma forma de burlar a autoridade masculina. Por fim, a forma como interpreta o papel do pai, “enganado” por anos a fio:

Esses meninos foram praticamente criados, educados por minha mãe... Só não faziam dormir lá em casa porque meu pai não permitia de maneira nenhuma. Ele criava mil problemas, ela teve grandes problemas por causa disso. Ela assumiu esses quatro meninos. Antes de meu tio morrer, ele entregou os filhos a ela, porque a minha tia já estava muito doente, então ele pediu – tome conta dos meus filhos – e ela tomou. Ela educou os quatro. Todos estudaram, todos se formaram. Ela fez o possível e o impossível e em função disso e criou um clima muito difícil em casa. [...] Papai não aceitava essa situação. Mas ela também não cedeu de maneira nenhuma e fazia o impossível para educá-los. Então eles moravam com a avó, ela pagava uma casa para eles morarem. Durante a manhã, vinham dois estudar. Fazer os deveres e estudar. E eu, que era mais adiantada do que eles, ajudava. De tarde, esses dois iam para o colégio e vinham os outros dois para fazer os deveres do dia seguinte. Então eles se revezavam lá em casa e por isso eu não ficava muito só (já que era filha única). (...) Eu dividia muita coisa com eles, os meus livros, abria mão de muitas coisas. Porque meu pai dava muito (dinheiro) para mim, então minha mãe comprava pra eles. Em vez de ela

comprar tudo pra mim, ela comprava para eles também... Aquilo não era feito à minha revelia: eu sabia que o que meu pai dava pra mim era dividido com eles. Porque meu pai não admitia que ela assumisse. Ele admitia até que ela ajudasse, mas não que assumisse de corpo e alma. E ela assumiu de corpo e alma; era ela quem mantinha a casa deles, era ela quem pagava o aluguel e era quem os botava para comer lá em casa... Porque dois comiam de manhã e dois comiam de tarde, não é? Ela fazia “pintos” na carteira de papai. Ele realmente era muito mão aberta. Ele não deixava faltar nada dentro de casa, dava tudo que faltava. Então ela tirava de todo jeito. Por exemplo, ele dava: “pra comprar roupa pra Carmita” – então ela comprava roupa pra todos. Chegava Natal: “aqui, pra comprar os presentes de Carmita”, então os presentes eram comprados pra mim e pra eles também. Ela se virava de toda maneira. Nós tínhamos um jardim enorme, então ela plantou hortênsias. Achavam que hortênsia não dava em Recife. Ela tinha um irmão que morava na Bahia que trouxe umas mudas de hortênsia, aí ela plantou e multiplicou. O jardim era coberto de hortênsias. Então ela começou a vender flores, ela vendia hortênsias - naquele tempo não tinha onde se comprar flores aqui em Recife. Ela contava que vendia flores até para o palácio do governo, para as grandes festas. Mandavam encomendar “tantos cachos, para dia tal”... Aí quando ela tinha essas encomendas, ela botava um vigia para ninguém roubar as flores. Nos finados ela vendia todas as flores que tinha no jardim... Tinha também mangueiras enormes, então papai não se incomodava, ela vendia a carga inteira da mangueira, tinha mamoeiros em quantidade no quintal, aí ela vendia os mamões todinhos para os hotéis naquela época. Os homens mandavam buscar toda semana, ela não tinha vergonha de vender não, ela queria o dinheiro para ajudar os sobrinhos, aquilo para ela era um ponto de honra, ela tinha que educar aqueles quatro... Ela levou adiante assim... a ferro e fogo (Carmita)

E o relato não acaba aí. Todos os arranjos para garantir a educação dos sobrinhos, são feitos pela mãe da entrevistada. Livros usados de filhos de amigas são encapados; lençóis, pijamas, roupas, eram costurados em casa. E tudo isso escondido do marido:

Tinha uma costureira dentro da garagem... O empregado ficava no portão e quando ele dizia: lá vem Sr. Pereira²⁶ – aí então, “tranca a garagem, pára a máquina, ninguém faz nada!” (Carmita).

²⁶ Nome fictício.

De fato, além dos três pontos mencionados, este relato demonstra tudo o que vem sendo identificado até então como estratégia e articulação femininas. Os recursos utilizados nas ações empreendidas, a solidariedade ao grupo familiar na transmissão de recursos; a influência e a autoridade exercida sobre os sobrinhos; a articulação com empregados para a manutenção do pseudo-sigilo em relação ao marido; a gerência e o uso de todos os tipos de captação de recursos, inclusive pequenos furtos na carteira etc. Vale ressaltar ainda a transposição para o mundo da rua com as vendas de frutas e flores. Tudo se torna ainda mais interessante ao se pensar que, provavelmente, a personagem da estória nasceu no final do século XIX ou nos primeiros anos do século XX, embora o foco do meu interesse recaia sobre a interpretação que Carmita faz desses eventos.

O outro relato é feito por Lenita, a única mulher separada no grupo, onde ela trata da relação abertamente conflituosa que desenvolve com o marido. O que inicialmente era apenas “uma dor no peito” causada pelas muitas proibições impostas pelo marido, termina em ruptura. Grande parte do seu relato é formado por uma sucessão de pequenas histórias que narram as estratégias empreendidas para enfrentar as proibições do marido que não a deixava pintar, participar do grupo da Igreja ou mesmo estudar, quando ela resolveu fazer o curso superior na FAFIRE.

Telefonaram da FAFIRE. Por que as freiras sempre me chamavam quando ia ter alguma coisa lá. Aí me telefonaram me convidando para fazer um curso de especialização. Eu fui, me inscrevi e passei uns três a cinco dias para dizer a ele uma coisa que não era verdade... Eu disse a ele que tinha um cursozinho, que era muito bom e tal, um curso de um mês e que eu só ia duas vezes por semana. Ia ser todo dia durante um ano. Eu menti o que pude. Foi uma das primeiras grandes mentiras, para sobreviver. Então, quando ele saía de manhã para levar as

meninas no colégio, eu corria, terminava de me arrumar e ia para o curso correndo. Saía sempre antes de terminar a aula para chegar em casa, antes dele chegar para almoçar. Apesar da correria, apesar de tudo, eu acho que esse foi o começo da minha redenção. (Lenita)

Novamente se repetem as meias verdades e mentiras presentes nas formas de resistência das mulheres. Também aparece a rede feminina de solidariedade articulada através das freiras da FAFIRE, que a convidam para o curso. Educação e religião, mais uma vez, podem ser vistos como espaços para exercício da autonomia feminina no mundo da rua, assim como o bom uso que as mulheres fazem deles para resistir ou ao mando autoritário dos maridos, ou ao modelo subordinador da tradição.

Outros relatos, ainda que com o mesmo sentido dos anteriores, trazem diferenças nas interpretações que as mulheres dão de suas posições de subordinação, ao mesmo tempo em que revelam as estratégias para lidar com elas. Para Verinha, que nunca trabalhou fora, a forma de dar presente de natal às pessoas com quem convivia no cotidiano - feirantes, empregadas da sua própria casa e das casas vizinhas, era retirar de casa, fosse parte das compras da semana, dinheiro ou objetos existentes em casa. Essas atitudes são interpretadas por ela como formas de “independência” em relação ao marido. Comparando-se com as filhas que trabalham e são profissionalizadas, ela acredita ser mais independente por ter feito coisas que elas, as filhas, nunca fizeram:

Eu tenho impressão de que eu sem ter trabalhado sou mais (independente) do que minhas filhas. Sem ter dinheiro meu mesmo, eu faço coisas que elas com dinheiro não fizeram. Por exemplo, no fim do ano, eu mando lembrança para as pessoas que não são da família, pessoas até de outras famílias. “Pra que você quer dinheiro, o que é que você vai comprar?”. “Quero comprar um negócio assim, assim, pra fulana e tal.” “Ah! Você quer dar lembrança (presentes) à empregada do vizinho?”. Eu não dou

satisfação a ele, não dou satisfação a ele. Ele não sabe, compro com o meu dinheiro (do orçamento da casa). Faço meus pintos e ele nem sabe. Dou lembrança a todo mundo da feira. O que eu tivesse em casa de copo, de prato, de tudo que eu tivesse, eu tirava de dentro de casa e mandava ela (a empregada) distribuir num balaio. (Verinha)

Certamente o que ela interpreta como “mais independência” em relação às filhas é o desafio que enfrenta em burlar o marido. Para as filhas, profissionalizadas e com recursos próprios, uma atitude como a dela não se coloca. As mulheres têm consciência da sua subordinação, mas resistem a ela como podem – e têm consciência disso.

Continuando nesta mesma direção, relatos mais conscientes, sobre a situação feminina apontam para diferentes formas de percepção, embora as formas de resistência apresentadas sejam variações em torno do mesmo tema.

Rita, por exemplo, fala sobre a situação da mulher e só aos poucos coloca sua própria situação. Sua compreensão sobre o poder masculino e sobre as estratégias a que as mulheres podem recorrer são claras, embora ela ache que a mulher tem poder, sim. Para ela é preciso “saber levar”, “usar da astúcia” para diminuir a subordinação.

Minha filha, mulher tem um poder muito grande, não é? Oculto, talvez oculto, mas tem um poder muito grande. Agora, ao mesmo tempo ela é subordinada, quando ela não toma consciência desse poder, não é? Ela é muito coitadinha, muito subordinada ao homem. Por que o machismo aqui impera violentamente, não é? Agora, falta a consciência desse poder; desse poder de saber levar as coisas, de saber manejar, sabe? É a astúcia, a astúcia que a mulher tem e que o homem não tem. Acho que o poder delas está aqui. Reside aqui (na astúcia). Eu não gosto de mulher brigando não, não sabe? Agora às vezes é preciso falar grosso, precisa falar alto, eles baixam a crista também quando a gente fala [...] Eu tive poder, sem parecer, nunca pareceu. Pierre diz assim: “você é quem manda em tudo”. Ele sente, ele não percebe, mas sente. (Rita)

Talvez a expressão “sem parecer”, signifique o que Rita considera as ginásticas que sempre fez e ainda faz para conciliar o que ela própria quer com o que o marido quer. Tem sempre que negociar com ele. Mas quando não consegue convencê-lo a mudar de opinião, algumas vezes o enfrenta e faz o que quer. Para isso, ela tem sua explicação:

“Minha filha, eu vou lhe dizer uma coisa: se a gente não guarda a própria identidade... Ele gosta disso, eu não gosto... se agente não guarda isso no casamento a gente não pode ser feliz, não. Não há amor que resista a isso não, não é? Por exemplo, eu gosto de ver um filme, ele não gosta. Primeiro eu não ia não, mas agora, não: “você não vai, eu vou”, sabe? (Rita).

Talvez entre todas as mulheres ela seja a mais consciente dos entremeios em que vive a mulher. Ela sabe que o poder que tem é mais resistência ao poder masculino do que qualquer outra coisa. Ter voz ativa sobre pequenos desejos, como assistir a um filme, celebrar o aniversário junto com a filha que mora distante ou fazer uma longa viagem só com as filhas, deixando em casa o marido. Nesses momentos, ele então “fica isolado”, como diz ela. Isolado fisicamente em função do afastamento das mulheres e isolado em função das informações, das cumplicidades, dos pequenos desejos e vontades com os quais certamente não concordaria. Olhando a partir desta perspectiva, talvez Rita esteja certa quando ressalta o “poder oculto” da mulher que isola o homem, criando para si um mundo separado.

Alguém me disse que brigou com o marido porque foi falar com ele sobre alguma coisa que aconteceu e ele não gostou. Então eu disse: Mas porque foi contar? A gente não conta tudo não, ao marido (Luciene).

Com as palavras de Luciene, se complementa o pensamento de Rita e se confirma a idéia de que é do interesse das mulheres silenciar sobre determinados aspectos de suas vidas. Todas as mulheres referiram-se a mentiras ou meias verdades, omissões, segredos, astúcias, todas as palavras que servem como sinônimo para a resistência.

Entretanto, além das estratégias mostradas, existe, por parte das mulheres, outro comportamento que identifico como sendo a busca de um lugar que seja só delas. Algumas encontram esse lugar no trabalho remunerado, outras, através do trabalho voluntário, através da arte e até através de comportamentos e atitudes onde expressam a gratificação de ficarem com seus próprios pensamentos e lembranças.

Para as que desempenharam um trabalho remunerado investindo na profissão, a gratificação encontrada pode representar este lugar. É o que faz Maria Adélia dizer que no trabalho que realiza como poeta, ela “diz e faz”. Este é um espaço dela, sob seu total controle. Igualmente se pode identificar essa situação no relato de Marlene em relação à sua competência na costura; no relato de Socorro sobre os alunos que preparou para se habilitarem aos exames de admissão nos colégios para os quais desejavam ir. Essas situações, porém, não excluem outras e, assim, algumas mulheres referem-se a mais de uma situação que identifico como um lugar somente seu, de cada uma, onde são sujeitos de si.

Entre as mulheres estudadas, um grupo (Rita, Mira, Marlene, Maria Odete e Cléa) pertence a um Movimento Religioso Católico²⁷ ao qual se

²⁷ O movimento a que as mulheres se referem, está ligado a linha mais progressista da Igreja Católica em que a Evangelização está voltada para o lado social e para o compromisso preferencial pelos pobres.

reportam como um ponto muito central em suas vidas. Mira e Maria Odete participam do movimento desde solteiras.

Algumas características encontradas neste grupo são bastante semelhantes às aquelas encontradas por Lins de Barros (1981), no seu estudo realizado com mulheres católicas de camadas médias do Rio de Janeiro. Entre as semelhanças estão a faixa etária, a feição pública da atividade, a periodicidade das reuniões, o caráter mais político do grupo- orientado pela Teologia da Libertação - e a percepção das atividades desenvolvidas como trabalho, mesmo não havendo remuneração.

Entre as mulheres entrevistadas e pertencentes a este movimento, constata-se a identificação e a satisfação que encontram nas atividades que desempenham. Para umas, o movimento “trouxe o que ela estava procurando” e a sensação de completude, que as leva a se dedicarem de corpo e alma ao trabalho, exercendo funções burocráticas, como a de secretária. O que privilegia nos relatos, é a satisfação individual sobre a qual as mulheres falam:

O movimento mexeu muito comigo, porque é uma visão totalmente diferente da que eu tinha. Antes era assim: “eu e Deus”, mas no movimento, é “Deus e meu irmão”. Para mim, entrar no movimento foi uma coisa maravilhosa. Depois que eu entrei no movimento, tudo o que estava procurando eu encontrei, como se diz... me completou, o movimento me completou. Já faz cinco anos que eu trabalho para o movimento. Eu sou secretária. Mas para mim isso não é trabalho, porque é um prazer tão grande que não é trabalho. Eu me dedico de corpo e alma (Marlene).

O que importa aqui é registrar a experiência do trabalho e dos compromissos no movimento religioso do qual participam como forma de autonomia. Com eles, as mulheres definem horários para si, estabelecem limites para a demanda dos outros, priorizam suas escolhas e assim estabelecem um

espaço determinado só pelos seus próprios interesses. Também não os compartilham com o marido. Rita comenta mesmo que o marido não sabe muito bem o que ela faz.

O que chama atenção no caso deste grupo é que os recursos mobilizados para a participação no movimento não estão ligados a seus papéis de mãe ou esposa, como mostrado em outras situações. Aqui, há um caráter mais autônomo. O recurso que utilizam é a religiosidade; um recurso não ligado, necessariamente, a outros papéis, embora seja signo de feminilidade.

Ainda dentro da mesma temática, embora mudando o foco para outras mulheres estudadas, percebem-se comportamentos interessantes na busca de espaços de autonomia. Letícia, após uma doença do marido, passa a gerir todas as finanças da casa. Todas as decisões sobre os recursos financeiros são feitas por ela. Para isso, passa a frequentar uma agência bancária e estabelece amizade com os funcionários e gerentes a quem presenteia com as plantas cultivadas por ela no jardim, como forma de agradecimento pela atenção e pela ajuda recebida. Aos poucos, 80 plantas são doadas. Essa troca estabelecida abre para ela um espaço de reconhecimento e respeito, manifestados pela homenagem que recebe dos funcionários da agência bancária. Ao reinaugurarem a agência, conferem a ela o título simbólico de “madrinha do banco”. Embora os recursos sejam do marido, é a sua atuação, através dos laços afetivos e emocionais que estabelece, que cria um espaço que pertence apenas a ela.

Outros relatos também continuam nessa direção e ilustram a diversidade de situações através das quais as mulheres conseguiram estabelecer um espaço

para si. Surpreendem porque revelam comportamentos e atitudes que não são pensadas para mulheres nascidas no início do século.

Mira, aproveitando uma neta que faz pós-graduação na Europa, viaja para visitá-la, deixando o marido doente sob o cuidado de enfermeiras. Juntamente com a neta e uma cunhada, saem em excursão onde, numa casualidade, toca piano em um restaurante, surpreendendo o seu dono. Nos três dias consecutivos que passa na cidade, volta para tocar piano e jantar de graça!

Perto do hotel onde nos estávamos, tinha um boteco. Passei um dia e vi um piano. Aí entrei e perguntei se podia tocar. O dono só falava alemão e holandês e eu, na base da mímica. “Eu posso tocar”? Aí ele tirou o pano de cima do piano e eu comecei a tocar e começou a encher de gente. Um passava via o piano aí entrava; depois outro, e então o homem se entusiasmou. Mandou servir um *goulash* para a gente, tudo de graça. No outro dia, eu vinha caminhando e, quando ele me viu, foi lá me chamar para tocar piano. Nos três dias que passei lá toquei piano e jantei de graça. (Mira)

Outras mulheres do grupo encontraram também, após a morte do marido, espaços de maior autonomia. Neuza e Linda, que sempre pintaram, intensificam essa atividade ao ficarem viúvas. Fazem exposição, vendem quadros, participam de coletivas, são reconhecidas como pintoras no meio artístico. Linda, casada com um sírio-libanês, é das mais oprimidas. Conta que, após a morte do marido, só veste cores alegres, para se contrapor ao período em que só podia vestir cores sóbrias.

Por fim, existem aquelas que encontram espaços para si apenas nas pequenas coisas do dia a dia. Verinha, por conta da coluna e dos remédios que

toma, tem seu fuso horário trocado em relação ao marido. Dorme boa parte do dia e passa quase a noite toda acordada, coisa que vivencia como liberdade:

Eu adoro ficar acordada de noite, sozinha. [...] Meu marido vai dormir as oito e eu fico, vejo televisão, arrumo minhas gavetas, escrevo, copio receita... Adoro que não tem ninguém para me chamar: ‘D. Verinha, isso assim, assim, assim’; o telefone não toca... Vou fazer meus cálculos... das coisas que eu gasto, o que vou ter que comprar... no natal faço lista de presentes.... (Verinha)

O que se percebe é que todas as mulheres revelam uma busca, por um espaço que seja somente seu, por autonomia, por mais agência, no sentido emprestado por Giddens. No grupo estudado, há uma variação no grau de autonomia que se consegue. Uma rompeu como casamento e passou a gerir sozinha sua própria vida. Entre as outras, umas têm mais, outras têm menos autonomia. Algumas, como as que trabalham, são mais independentes, possuem uma relação de casamento mais equitativa, negociam diretamente com os maridos suas vontades. Outras, em alguns momentos conseguem realizar projetos bem pessoais, como Mira, que viaja sozinha e sai tocando piano nos bistrôs da Europa. Pode-se dizer que os pequenos poderes dessas mulheres revelam-se na conclusão de Aracy, que, colocando a mão próxima ao corpo a fim de indicar um limite espacial restrito, afirma enfaticamente: “eu tenho um mundo daqui pra cá que ninguém atravessa!”.

Considerações Finais

Neste trabalho busquei compreender situações ligadas ao exercício do poder na vida das mulheres de camadas médias nascidas no início do século XX. A minha suposição de que elas detinham alguma forma de poder, mesmo considerando que o período em que viveram é caracterizado como mais opressivo, oferecendo menos liberdade e possibilidade de escolhas às mulheres, é verificada a partir dos caminhos que adotei para trilhar.

Em primeiro lugar optei por um procedimento metodológico que desse conta da vida das mulheres longitudinalmente, através da história de vida, considerando etapas relativas a infância, juventude, vivência escolar, e em alguns casos, a experiência profissional. Ou seja, evitei tratar a relação de poder apenas no casamento, por entender que condições familiares anteriores, podem contribuir para maior autonomia feminina nessa relação. A importância sócio-econômica da família de origem, por exemplo, é um fator que não pode ser subestimado, quando se considera a influência que os laços familiares assumem na sociedade brasileira como bem pontuam, entre muitos, Gilberto Freyre e Roberto DaMatta.

Parti também da experiência autobiográfica o que me permitiu a observação de situações na minha própria família de origem e de constituição. Se na família de origem era evidente, para mim, certa autonomia existente entre as mulheres como mostro no capítulo da introdução, posteriormente, na família de constituição a conciliação entre casa e trabalho, onde os cuidados com os filhos tinham que ser divididos com as exigências profissionais, alertaram-me para as limitações contidas na vida das mulheres não apenas da minha geração,

mas, também, de gerações anteriores. Pude refletir então, a partir da própria experiência e de leituras sobre a teoria feminista. Estas me apontaram outras direções para a compreensão de situações que contrastavam com as minhas primeiras observações em torno da autonomia feminina. Ou seja, a questão feminina era mais complexa, embora permanecesse o meu argumento inicial sobre a existência de espaços de autonomia, influência e poder na vida das mulheres.

Neste ponto, a teoria feminista foi fundamental para uma reflexão que denuncia a opressão feminina ao mesmo tempo em que combate os métodos positivistas das ciências sociais na investigação sobre a questão feminina. As várias correntes de pensamento feminista evidenciam a preocupação dessas teóricas em encontrar um caminho que contemple, não só uma forma de fazer pesquisa rompendo com a tradição positivista, como também dê conta da variedade de situações vivenciadas pelas mulheres de forma mais geral.

Assim, leitura de argumentos feministas à luz da hermenêutica gadameriana como bem o fazem algumas teóricas feministas (Code 2002; Heckman;2002) permitiu a utilização de uma abordagem interpretativa. O ciclo hermenêutico, compreendido pelo tripé formado pelas noções de tradição, preconceito e horizonte, possibilitou desvendar situações interpretadas pelas mulheres como de poder ou falta de poder ser re-interpretadas por mim a partir do meu horizonte informado pela teoria feminista.

Igualmente importante para elaboração deste trabalho foi o conceito de poder utilizado a partir da noção de agência de Anthony Giddens (2003). Poder aqui foi entendido como potência, possibilidade de ação. Não pretendi em

nenhum momento tratar o poder como conceito de dominação. Não me interessava compreender o poder feminino como dominação, mas, antes, como negociação e ação. Neste sentido, este conceito ofereceu a compreensão de muitas situações vivenciadas pelas mulheres. Ao mesmo tempo, como Giddens não tratou do conceito de resistência, foi preciso buscar em Foucault esta noção para dar conta do que a noção de agência não permitiu vislumbrar.

Embora o conceito de resistência utilizado por Foucault, como bem interpreta Maria Inês Garcia Canal, pode ser bastante fluido, neste trabalho considere os conceitos de agência e resistência diferentes um do outro. A agência, para mim, é marcada por comportamentos onde é possível perceber as mulheres tomando decisões que ampliam o espaço em que atuam, envolvem-se com terceiros, criam alianças e parcerias. Por exemplo, a agência seria identificada em comportamentos como o de Lenita que resolve pintar azulejo e vender; o de Mira que resolve viajar e tocar piano em bistrôs; o da mãe de Carmita que ajuda a criar e educar os sobrinhos, o de Ivete que resolve estudar para cursar o nível superior junto com a filha, entre outros. Já a resistência estaria vinculada a comportamentos em que a introspecção marca de forma mais efetiva as atitudes tomadas. Acordar a noite para arrumar gavetas; ou sair muito cedo para caminhar sozinha na praia, são exemplos de busca por espaços de autonomia, mas que não rompem, de forma mais efetiva, com o ordenamento instituído; são situações mais restritivas, embora igualmente importante na compreensão de estratégias que levam a mulher a buscar um lugar para si própria.

Ao mesmo tempo, agência não exclui resistência nem ao contrário. Na vida de uma mesma mulher foi possível identificar os dois comportamentos. Veja-se, por exemplo, atitudes como as de D. Rita: atuante em um grupo religioso juntamente com outras mulheres não comenta com a sogra, que mora com ela, sobre o que faz; guarda segredo sobre o que faz publicamente para que não haja comentários negativos sobre a sua conduta. Atitudes consideradas como agência e resistência estão presentes na vida das mulheres e mostram que, de uma maneira ou de outra, as mulheres definem comportamentos no sentido de ampliar as opressões e os limites que a sociedade lhes impõe.

Por fim, optei também por trazer relatos por vezes muito extensos veiculados pelas mulheres entrevistadas. Na verdade, considerei que esta seria a única oportunidade que poderia oferecer aquelas que tornaram o meu trabalho possível serem lidas por outras pessoas. O contrário implicaria na permanente obscuridade de estratégias e ações empreendidas que quando trazidas à luz mostram a sua enorme importância para a compreensão da luta cotidiana das mulheres na sua busca por “um lugar só para si”.

Bibliografia

ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (Ed). **Pensando a família no Brasil:** da colônia a modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987. p. 53-66.

ALMEIDA, Jane. **Mulher e educação:** a paixão pelo possível. São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1998.

ALMEIDA, Maria da Conceição Lafayette. **Em busca da igualdade:** um estudo com casais de camadas médias urbanas em Recife. 1988. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

ALCOFF, Linda. Gadamer's feminist epistemology. In: CODE, Lorrain (Ed). **Feminist interpretation of Hans-Georg Gadamer.** Philadelphia: The Pennsylvania University Press, 2002. p. 231-258.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AZEVEDO, Thales **As regras do namoro:** aproximações sócio-culturais. São Paulo: Ática, 1986.

BERTAUX, Daniel. **Biography and society.** Thousand Oaks: Sage, 1981.

BANERJEE, Sarmistha. **Alienation, power, and gender in Sociological Theory:** a study of Marx, Foucault, and feminism, 2003. Tese (Doutorado) - Northern Illinois University, 2003. Disponível em: <<http://www.soci.niu.edu/theses/buri.txt>>. Acesso em: 21 ago. 2008.

BARSTED, Leila Linhares e Branca Moreira Alves. Novos padrões e velhas instituições: feminismo e família no Brasil. In: RIBEIRO, Ivete (Org.) **Família e valores.** São Paulo: Loyola, 1987. p. 205-223.

BARROSO, Carmem e Bruschini, Cristina. Building politics from personal lives: discussions among poor women in Brazil. In: MOHANTY, C.T.; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes. **Third world women and the politics of feminism.** Indianapolis: Indiana Press, 1991. p. 153- 172.

BASSANESI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997. p. 607-639.

BILAC, Elizabete D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M. C. (Org.) **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Educ, 1995. p. 29-38.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

BOXER, Charles. **Mary and misogyny: women in Iberian expansion overseas 1415-1815**. London: Duckworth, 1975.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Roa dos Ventos, Fundação Carlos Chagas, 1992.p. 54- 92

CANAL, María Inés. **Foucault y el discurso del poder: la resistencia y el arte del existir**. Disponível em:<<http://bandademobius.blogspot.com/2006/10/foucault-y-el-discurso-del-poder.html>> . Acesso em: 21 nov.2008.

CÂNDIDO, Antonio. The Brazilian family. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexander (Orgs.). **Brazil: portrait of a half a continent**. New York: The Dryden Press, 1951, p. 291-312.

CARVALHO, Marília Pinto. Vozes Masculinas numa profissão feminina. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 402 - 422 ,1998.

COLEMAN, Peter G. Ageing and life history: the meaning of renascence in late life. In: DEX, Shirley (Ed.) **Life and Work History Analysis: qualitative and quantitative developments**. London; New York: Routledge, 1991. p. 120-143.

CHAMBERLAIN, Mary. **Book Review: worlds between: historical perspective on gender and class by Leonore Davidoff**. History in Focus. Issue 8. Gender.1997 Disponível em:<<http://www.history.ac.uk/ihr/Focus/Gender/chamber.html>>. Acesso em: 18 jun. 2008.

CARNEIRO, Cristina M.Q. Estrutura e ação: aproximações entre Giddens e Bourdieu. Tempo da Ciência, v.13, n. 26, p. 39-47, 2006. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1544/0>>. Acesso em: 04 jul. 2008.

CODE, Lorrain (Ed). **Feminist Interpretation of Hans-Georg Gadamer**. Philadelphia: The Pennsylvania University Press, 2002.

COHEN, Ira J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, A.; TURNER, J.(Orgs.) **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 393-446.

COSTA, Ana Maria Nicolaci da. Família e pedagogia: nostalgia do tradicional ou carência do novo? In: FIGUEIRA, Sérvulo (Org.) **Uma nova família? o**

moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. pp. 31-42

COSTA, Albertina ; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro; São Paulo: Rosa dos Tempos: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 6-8

COUTO, Márcia Thereza. **Pluralismo religioso em famílias populares:** poder, gênero e reprodução. 2001. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DIAS, Maria Odila Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de Gênero.** São Paulo: Rosa dos Ventos; Fundação Carlos Chagas, 1992.p. 39 – 53.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

DUMONT, Louis. **O individualismo:** uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DAUSTER, Tânia. A invenção do amor: amor, sexo e família em camadas médias urbanas. In: FIGUEIRA, Sérvulo (Org.). **Uma nova família:** o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p.34 -47

DAVIDOFF, Leonore ; HALL, Catherine. **Family Fortunes:** men and women of the English middle class 1780-1850. London: Hutchinson, 1987.

DAVIDOFF, Leonore. **Worlds Between:** historical perspective on gender and class. Cambridge; Oxford: Polity Press, 1995.

_____. **Power as a revolutionary concept.** 1978. Mimeografado. s.d.

_____. **The best circles:** society, etiquette and the season. London: Croom Helm, 1974.

DE BARBIERI, Teresita. Los estudios de género e sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In: RODRIGUES, Regina (Ed.). Fin de siglo: género y cambio civilizatorio. **Educaciones de las mujeres,** Santiago, n.17, p. 111-128, dic.1998.

DOMINGUES, José Maurício. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DUMONT, Louis. **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996

ELLIOT, Brian. Biography, family history and the analysis of social change. In: KENDRICK, Stephen ; STRAW, Pat. **Interpreting the past, understanding the present**. London: Macmillan, 1990. p. 59-82.

ENGEL, Magaly. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p 322 – 361.

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. **Uma nova família**: o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FLAX, Jane. Postmodernism and gender relations in feminist theory. In: NICHOLSON, Linda (Ed.). **Feminism/Postmodernism**. New York; London: Routledge, 1989. p. 39-62.

FONSECA, Cláudia. Solteironas de fino trato: reflexões em torno do (não) casamento entre pequeno-burguesas no início do século. In: A mulher e o espaço público. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 18, p. 99-120, ago. 1989.

FONSECA, Cláudia. **Os caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 2002)

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo :Grael, 1979.

FREUDENBERGER, Silja. The hermeneutical conversation as epistemological model. In: CODE, Lorrain (Ed). **Feminist Interpretation of Hans-Georg Gadamer**. Philadelphia: The Pennsylvania University Press, 2002. p. 255-283.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

_____. **Sobrados e mocambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

FRIEDAN, Betty; QUINDLE, Anna. **The feminine mystique**. New York :W.W Norton, 2001.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Verdade e Método II: complementos e índices.** Petrópolis: Vozes, 2007.

GENOVESE, Eugene. **Roll Jordan Roll: the world the slaves made.** New York: Vintage Books, 1976.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GISSURARSON, Hannes.H. Autoridade. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996

GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. **Ediciones de las Mujeres**, Santiago, n. 17, p. 83-110, dic. 1992.

GROSSI, Miriam P. Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.73, p.48-58, maio 1990.

HALL, Catherine. **White, male and middle class: explorations in feminism and history.** Cambridge: Polity Press, 1988.

HARTSOCK, Nancy. Foucault on Power: a theory for Women. In: NICHOLSON, Linda (Ed.). **Feminism/Postmodernism.** New York; London : Routledge,1990. p. 157-175.

HECKMAN, Suzan. The ontology of change: Gadamer and feminism. In: CODE, Lorraine (Ed). **Feminist interpretation of Hans- Georg Gadamer.** Philadelphia: The Pennsylvania State University Press, 2003. p. 181-201.

HEILBORN, Maria Luíza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).** São Paulo; Brasília ANPOCS: CAPES, 1999. p. 183-221.

HEILBORN, Maria Luíza; CARRARA, Sérgio. Em cena os homens. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 370-374, 1998.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família: leituras de fotografia histórica.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1993 (Texto e Arte, v.9).

LEITHAUSER, Thomas; GOLDENBERG, Mirian. A experiência hermenêutica: uma filosofia e uma maneira de fazer pesquisa social. In: WEBER, Silke (Org.). **Métodos qualitativos nas Ciências Sociais e na prática social.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 9-25.

LEÓN, Magdalena. La identidad se construye en la familia? In: RODRIGUES, Regina (Ed.). **Famílias Educaciones de las mujeres**, Santiago, n. 20, p. 29- 42, nov.1994.

LERNER, Gerda. Politics and culture in women's history. **Feminist Studies**, College Park (MD), v. 6, p.49-54, Spring, 1980.

LEWIS, Jane (Ed). **Labour and Love**: women experience of home and family, 1950-1940. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

LINS DE BARROS, Miriam. **Autoridade e afeto**: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de janeiro: Jorge Zahar Editor. 1987.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481.

MACHADO, Lia Zanotta. Família e individualismo. In: **Interface**: comunicação, saúde e educação, Botucatu, v.4, n. 8, p.11-26, 2001.

MENDES, Mary Alves. **Mulheres chefes de família em áreas Zeis**: gênero, poder e trabalho. 2005. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

MILLET, Kate. **Sexual Politics**. London: Virago, 1977.

MILLS, Wright. **The sociological imagination**. Oxford: Oxford Press, 1959.

MOHANTY, C.T.; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes. **Third world women and the politics of feminism**. Indianapolis: Indiana Press, 1991.

MOUFFE, Chantal. Por uma política da identidade nômade. **Debate Feminista**: cidadania e feminismo (Edição Especial). São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999. p.182-202.

NEW, Caroline. Realism, deconstruction and the feminist standpoint. **Journal for The Theory of Social Behavior**, New York, v.28, n.4, dec. 1998.

NOGUEIRA, Alice. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social, interrogações sociológicas. **Análise Social**, Lisboa, v. 40, n.176, p. 563-578, 2005.

OKELY, Judith. Anthropology and Autobiography: participatory experience and embodied knowledge. In: OKELY, Judith.; CALLAWAY, H. **Anthropology and Autobiography**. London; New York: Routledge, 1992. p. 1- 28.

OLESEN, V. Feminism and models of qualitative research. In: DENZIN, K.; LINCOLN, Y. (Eds.). **Handbook of Qualitative Research**. London : Sage, 1994. p.158-174.

PALMER, Richard. [The Relevance of Gadamer's Philosophical Hermeneutics to 36 Topics or Fields of Human Activity](http://www.mac.edu/faculty/richardpalmer/relevance.html) . Disponível em : <<http://www.mac.edu/faculty/richardpalmer/relevance.html>>. Acesso em: 12 set. 2008.

PARSONS, Talcott; BALES, Robert. **Family, socialization and interaction process**. Glencoe: Free Press, 1955.

PARK, Robert Ezra. **Race and Culture**. Nova York: Free Press, 1950

PASSERINI, Luiza. Mythbiography in oral history. In: SAMUEL, Raphael; THOMPSON, Paul (Eds.) **The Myths we live by**. London ; New York: Routledge, 1990. p. 49-60.

PENEFS, Jean. Myths in life stories. In: SAMUEL, Raphael; THOMPSON, Paul (Eds.) **The Myths we live by**. London; New York: Routledge, 1990. p. 36-48.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In: A mulher e o espaço público. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n.18, p. 9-18, ago. 1989.

PLUMMER, Ken. **Documents of life: an introduction to the problems and literature of a humanistic method**. London: Unwin Hyman, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega. 1976.

RICHARDS, Pamela. Risk. In: BECKER, Howard. **Writing for social scientists**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1986. p. -

ROBERTS, Elizabeth. **A woman's place: an oral history of working-class women 1890-1940**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

ROBERTS, Helen (Ed). **Doing feminist research**. London: Routledge, 1986.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia. In: FONSECA, Cláudia; BRITO, Noemi (Orgs.). **Horizontes Antropológicos: gênero**. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p. 11-36.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro; São Paulo: Rosa dos Tempos: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SALEM, Tânia. **O velho e o novo**: um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes, 1980.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SARTI, Cynthia. A família como universo moral. In: **A família como espelho**. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 55-86.

SCOTT, Alison. **Gender as a revolutionary concept**. Amsterdam, 1988. Mimeografado.s.d.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Recife: S.O.S. Corpo, 1989.

_____. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate Feminista**: cidadania e feminismo (Edição Especial). São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999. p. 203-222

SCOTT, Russel Parry. O Homem na Matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do doméstico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.73, p.38-47, maio 1990.

_____. Family, gender and power in twenty century Brazil. Mimeografado. s.d.

SHARMA, Ursula. Segregation & its consequence in India. In: CAPLAN, Patricia ; BUJRA, Janet (Eds.) **Women united, women divided**: cross cultural perspectives on female solidarity. London: Tavistock , 1978. p. 259-281.

SMITH, Bonnie G. **Ladies of the leisure class**: the bourgeoisies of the northern France in the nineteenth century. Princeton: Princeton University Press, 1981.

SMITH, Dorothy. **The everyday world as problematic**: a feminist sociology. [S.l.]: Open University Press, 1987.

SMITH-ROSEMBERG, Carol. **Disordely conduct**: visions of gender in Victorian America. Oxford (EUA): Oxford University Press, 1986.

SOUZA, Bernardina S. Araújo de. **Os manuais de conduta e a escrita feminina no início do sec. XX. O que desvelam as narrativas?** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT23-4967--Int.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2008.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORY, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 401-432.

THOMPSON, Paul. **The voice of the past: oral history**. 2. ed. Oxford; New York: Oxford University Press, 1988.

_____; SAMUEL, Raphael. **The Myths we live by**. London; New York: Routledge, 1990.

THOMPSON, Kenneth. **Auguste Comte: foundation of sociology**. London: Nelson, 1996.

WANDOR, Michelene. **Once a Feminist: stories of a generation**. London: Virago, 1990.

WRANKER, Georgia. **Gadamer: hermeneutics, tradition and reason**. Standford: Standford University Press, 1987.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. - .

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1974

VINICIUS, Martha. **Independent Women: work and community for single women 1850-1920**. London: Virago, 1985.

Anexos

Biografia das entrevistadas

1. LINDA

Nasceu em Recife em 1926 e era a mais nova de uma família de quatro filhas. O pai era sírio e a mãe libanesa. Fez apenas o curso primário. Casou aos 15 anos, o marido era comerciante. Tiveram cinco filhos e uma vida materialmente próspera. Moravam em casa própria, de dois pavimentos. Em 1978 o marido morreu. Os negócios passaram então para o filho mais velho e a situação financeira ficou mais difícil. Mora em um apartamento alugado com a filha mais nova, solteira, que mantém a casa. Com a morte do marido passa a pintar quadros de forma mais profissional. Todas as quartas-feiras se reúne com um grupo de amigas para pintar. Hoje administra sua conta bancária, o que nunca havia feito antes. Trocou os vestidos beges e cinzas por verdes e vermelhos e diz que faz coisas que jamais havia imaginado.

2. NEUZA

Nasceu em 1923, filha de pai bacharel em Direito e de mãe romena, tinha apenas uma irmã. Estudou em escola católica sob a direção de freiras e concluiu o secundário. Estudou francês, inglês e piano com professores que iam a sua casa. O pai trabalhava para uma grande empresa do setor de venda de tecidos e tinha boa condição financeira. Casou com 19 anos. O marido era português, empresário da construção civil. Teve nove filhos, mas quatro morreram ainda pequenos. Morava em casa própria. Em 1972 o marido morreu. A partir de então, teve que gerir os negócios do marido e decaiu seu padrão de vida. Passou então a pintar e fez várias exposições. Comercializa seus quadros, o que antes não podia fazer por proibição do marido. A principal fonte de renda eram os aluguéis dos imóveis deixados pelo marido.

3. LUCIENE

Nasceu em Recife, em 1919, e era a mais velha do grupo pesquisado. O pai era químico e possuía uma farmácia. A mãe era dona de casa. Filha única numa família de seis irmãos. Estudou no Colégio São José, colégio católico feminino, e concluiu o curso pedagógico. Casou aos 21 anos e teve três filhos. O marido

era médico e trabalhou por um tempo em uma cidade do interior do Estado. Com a morte do pai, volta com o marido e dois filhos a morar na casa do pai para tomar conta da mãe e administrar a casa. Com ela moraram oito sobrinhos do marido que vieram do interior fazer o curso superior em Recife. Posteriormente, Luciene comprou uma granja e fundou uma cooperativa de aves para comercialização. O marido morreu em 1969. Extremamente ativa, mora sozinha em um apartamento próprio e possui outro no Rio de Janeiro para onde viaja com frequência. Administra muitos imóveis e lida com locatários e advogados.

4. LÚCIA

Nasceu em 1926. Filha de mãe e pai que eram professores. Inês é professora universitária com um mestrado realizado na França. Possui curso de pós-graduação e é professora universitária. Estudou no Colégio da Sagrada Família, colégio feminino, administrado por freiras francesas. Diz que desde a geração da sua avó, todas as mulheres da família trabalharam como professoras. Era a mais velha de uma família de seis: três homens e três mulheres. Em 1953, casou. O marido era engenheiro e tiveram quatro filhos. Nunca parou de trabalhar, salvo por um período de dois anos após o nascimento do último filho. Em 1970 o marido morreu. Considera que sempre fez o que quis; sempre viajou para congressos e seminários sozinha, por que ele não gostava de viajar.

5. LUÍZA

Nasceu em 1928. Filha de pai dentista e de mãe dona de casa, passou boa parte da infância em diferentes cidades do Estado da Paraíba, para onde seu pai se mudou. Estudou em escolas católicas femininas, dirigidas por freiras, onde terminou o curso secundário. Quando tinha 16 anos, o pai morreu e a partir de então, teve que trabalhar para ajudar a mãe no orçamento doméstico. Trabalhou como contadora na loja de parentes. Casou aos 27 anos e desde então, parou de trabalhar fora. O marido foi professor da Faculdade de Direito. Teve quatro filhos: uma mulher e três homens. Desde que casou é a secretária do marido: cataloga os livros, ajuda-o a escrever o que precisa, já que sabe o lugar de tudo.

Administra e organiza orçamento da casa com o salário que o marido lhe repassa. Dirige para o marido e resolve todas as questões que a família precisa.

6. LETÍCIA

Nasceu em 1923, no Recife. O pai era contador e a mãe dona de casa. Era a mais nova de uma família de quatro: um irmão e duas irmãs. Estudou em uma escola católica feminina, dirigida por freiras. Após terminar o curso secundário, entrou para a FAFIRE faculdade dirigida por freiras e aberta apenas para o público feminino. Estudou Pedagogia. Desde que conheceu o marido aos 16 anos, começou a secretariá-lo datilografando seus trabalhos e até hoje auxilia nos processos que ele precisa defender. Administra todo o dinheiro da casa; faz investimentos, paga contas, organiza o orçamento e gerencia o aluguel de alguns imóveis herdados pelo marido. Segundo ela, ela é o centro de uma rede formada pelas duas irmãs, as filhas, sobrinho e sobrinhas, netos e netas, a quem e sempre oferece diferentes tipos de apoio, conselho e outras ajudas

7. SOCORRO

Nasceu em 1925, no Recife. Seu pai era gerente de banco e sua mãe dona de casa que às vezes fazia bolo para vender. É a terceira de uma família de nove filhos e também estudou em um colégio católico feminino, onde após concluir o curso secundário, cursou Pedagogia. Na adolescência fez parte do time de *volleyball* de um clube local, e viajou pelo Brasil para participar de competições.

Casou em 1949. O marido é engenheiro aposentado de um órgão federal voltado para a construção de estradas e professor de curso de Engenharia. Têm três filhos. Ela sempre trabalhou como professora primária. Inicialmente, ensinou no mesmo colégio em que estudou. Depois, com o nascimento dos filhos, passou a dar aulas de matemática em casa, para crianças com dificuldade nessa matéria. Trabalha como voluntária na associação de ex-alunas do colégio em que estudou, organizando festas para a caridade.

8. IVETE

Nasceu em São José do Egito, em 1929. Pai era proprietário de terras e depois tornou-se construtor de estradas. A mãe era dona de casa. Tinha sete irmãs e dois irmãos. Estudou interna em um colégio católico feminino onde concluiu o curso secundário. Casou em 1950. O marido é advogado e tiveram cinco filhos: quatro filhas e um filho. Estudou Direito ao mesmo tempo em que uma das filhas. Considera o período que passou na universidade um dos melhores da sua vida.

9. ALBA

Nasceu em 1930 em Olinda e tem duas irmãs. O pai trabalhava em um banco e a mãe era dona de casa. Os pais separaram-se quando ela já tinha 17 anos. Alba frequentou uma escola feminina laica, mas de orientação católica. Casou com 18 anos e teve dois filhos. Já casada, entra para a Universidade e cursa Psicologia. Com a herança que recebeu, abriu uma escola primária. O marido é empresário do ramo de Engenharia. Percebe-se como o centro de uma ampla rede familiar, formada pela sua família de origem e pela família do marido, onde estão incluídos o irmão do marido, a cunhada, os sobrinhos, e a sua própria família: os dois filhos, noras e netos. Todos residem no mesmo edifício.

10. MARIA ADÉLIA

Nasceu em 1924 no Recife e tem treze irmãos. O pai era professor da Faculdade de Direito e deixou livros e artigos escritos. Foi apontado para ser membro de importante Instituição Cultural e foi, também, deputado federal pelo Estado de Pernambuco. A mãe era apenas dona de casa, mas vinha de uma família rica, com títulos de nobreza. Sua avó era viscondessa. Estudou numa escola feminina católica, administrada por freiras, onde terminou o curso secundário. Depois entrou no curso superior na FAFIRE e estudou Filosofia. Considera que teve uma educação rigorosa e que em sua casa estudar era uma obrigação. É poeta e hoje faz parte da mesma instituição cultural a que seu pai pertenceu. O marido é engenheiro. Tiveram oito filhos, dos quais dois ainda são solteiros e moram com eles. Trabalhou em importante órgão federal. Ultimamente, dois netos moram com ela em virtude da separação de um filho.

11. MARIA ODETE

Nasceu em 1924, filha única de uma família de sete irmãos homens. O pai era professor da Faculdade de Direito e a mãe dona de casa. Estudou no Colégio da Sagrada Família, instituição católica feminina dirigida por freiras francesas, onde terminou a escola secundária. Posteriormente foi para a FAFIRE para fazer o curso superior de Pedagogia. Quando conheceu o marido, já havia se graduado e estava planejando passar um ano nos Estados Unidos em um Programa de Estudos, o que ela fez, após o noivado. Casou aos 27 anos. O marido é professor universitário e tiveram três filhas e um filho. Sempre foi apenas dona de casa. Quando os filhos cresceram, passou então a frequentar movimentos católicos onde é muito ativa e dos quais já fazia parte quando solteira. No momento em que foi entrevistada, era a presidente de uma Associação cuja missão é desenvolver a consciência das donas de casa para seu papel na sociedade.

12. CARMITA

Nasceu em 1920, no Recife. O pai era português, migrou para o Recife no final do século XIX em busca de melhores condições de vida. Muito trabalhador, começou como balconista em uma loja e acabou como proprietário. Paralelamente, supriu a ausência de estudos frequentando o gabinete português de leitura onde adquiriu conhecimentos em História, Geografia e Literatura. Foi um “self-made man”. A mãe era dona de casa. Carmita estudou em casa e nunca frequentou escola. Os professores vinham em sua casa e ela estudou português, matemática, ciências, história, geografia e, também, inglês, francês e alemão. Conheceu o marido aos 15 anos, mas só casou aos 27 anos. O marido era médico. Tiveram dois filhos, sendo que um morreu ao nascer. Morou na casa vizinha aos pais, construída para ela. Com a morte do pai, passa a morar com a mãe. Nunca trabalhou fora, mas herdou uma grande soma em dinheiro e em bens que administrou e permitiu uma vida bastante confortável. Estudou pintura, canto, piano e escrevia poesia. Publicou um livro de poesia e ganhou um prêmio com o mesmo.

13. ARACY

Nasceu em 1925. O pai era português e a mãe era brasileira. Estudou o primário com uma professora que morava em frente à sua casa. Depois estudou no Colégio Sagrada Família onde terminou o curso ginasial aos 15 anos. Também estudou piano no conservatório por quatorze anos. O pai era comerciante; tinha um armazém de secos e molhados. A mãe era dona de casa e teve 11 filhos, morreram três, ficando oito. O pai faliu quando ela tinha 13 anos, o que causou grande perturbação na família. A partir de então, a mãe ficou com depressão e ela passou a cuidar dos irmãos e da casa. Quando casou os dois irmãos mais novos (um irmão e uma irmã) foram morar com ela. Casou aos 19 anos. O marido era formado em Direito e trabalhou no Tribunal do Trabalho chegando a ser desembargador, cargo no qual se aposentou. Teve duas filhas e um filho. Sua casa era sempre cheia de sobrinhos e de amigos dos filhos, tendo uma vida sempre cheia de afazeres. Considera-se o centro de tudo e que todas as decisões da família são tomadas por ela.

14. MIRA

Nasceu em 1920, mas morou desde pequena no Rio de Janeiro. O pai era médico e a mãe dona de casa. Mira se reporta à sua situação de classe como de classe média alta. Morava na Tijuca em uma casa de dois andares perto das tias da mãe. A convivência com as tias era intensa. Segundo ela, a mãe era o elo da família, uma pessoa muito atuante e extrovertida. O pai era médico. Parte da infância, Mira foi interna em um colégio de freiras. Casou em 1938, aos 17 anos. O marido era médico e ela o conheceu no Rio, quando ele estava em férias. Tiveram oito filhos. Em 1945, o marido candidatou-se como deputado no Rio de Janeiro. Participava ativamente da campanha, falando em comícios e participando de todos os compromissos. No momento da entrevista, tinha 9 netos, um filho e uma filha separados que voltaram a morar com ela. O marido estava doente e requeria cuidados especiais por 24 horas. Participa ativamente de um grupo religioso católico.

15. MARLENE

Nasceu em 1922. O pai era pernambucano e a mãe paraense, neta de Barão. O pai era formado em Direito e foi promotor, advogado, político, jornalista e secretário de estado. Sua mãe era dona de casa. Tinha 11 irmãos. Considerava a sua educação severa, mas não demais. Estudou o primário em um grupo escolar e depois foi para a Escola Normal para fazer o curso de professora. Casou em 1944. Nunca trabalhou fora depois de casada, mas costurava para algumas pessoas da família e mesmo para pessoas conhecidas, para complementar a renda. O marido inicialmente trabalhava no telégrafo, mas depois fez um concurso para o Banco do Brasil. Tiveram quatro filhos, sendo três homens e uma mulher.

16. RITA

Nasceu no Recife, em 1923. O pai era advogado e durante um período, foi também político, tendo que se mudar para o Rio de Janeiro. A mãe era dona de casa. Teve um irmão que morreu aos 24 anos e era mais velho do que ela. Estudou em casa porque a condição financeira do pai permitiu que tivesse professores em casa. Durante sua infância e juventude, nunca saiu sozinha, tendo sempre uma acompanhante. Casou em 1948, com um empresário da construção de origem francesa e tiveram 6 filhos, sendo dois homens e quatro mulheres. Frequenta também um movimento católico onde tem uma atuação dinâmica. Visita favelas angaria fundos para populações carentes e também participa das discussões em grupo sobre evangelização. Além disso, participa do movimento das donas de casa. A participação nesses dois movimentos implica em muitas saídas e reuniões, mantendo-a muito ocupada.

17. VERINHA

Nasceu em Olinda, em 1922. O pai era técnico em eletricidade tendo participado da montagem de várias usinas e rádios. A mãe era dona de casa. Teve apenas um irmão mais novo. Estudou na escola Santa Gertrude em Olinda, escola católica dirigida por freiras, depois estudou no Colégio Eucarístico, escola laica, mas de

orientação cristã. Não fez curso superior. Na adolescência, a família vai morar em Campina Grande, onde fica por quarenta anos. Casou com 23 anos e teve quatro filhas. O marido era engenheiro.

18. CRISTINA

Nasceu em 1926, no Recife. O pai era proprietário de terras e explorava a pecuária e a agricultura. A mãe era dona de casa, mas muito ativa. Como o pai passava a semana na fazenda, era a mãe que tomava todas as providências em casa e gerenciava tudo. Tereza tinha 11 irmãos, sendo ela a mais nova. Por isso mesmo, considerava que sua educação não fora tão rígida, quando comparada à das irmãs mais velhas. Entretanto, achava a mãe rigorosa. Estudou o curso primário em escola pública. Estudou Agronomia, formou-se aos 23 anos e começou a trabalhar ainda solteira. Casou em 1964. Conheceu o marido no trabalho. Tiveram dois filhos.

19 CLÉA

Nasceu em 1923. O pai era português. O pai chegou a ser banqueiro, fruto de muito trabalho e esforço. Migrou para o Brasil com doze anos. Posteriormente fez concurso para o Banco Ultramarino e galgou todos os cargos, até que depois abre uma casa bancária que vem a se transformar em um Banco. A mãe era apenas dona de casa. Teve um irmão e uma irmã. Até os 14 anos morou em Belém e depois mudou-se para o Recife. Estudou em colégio de orientação católica, tendo sido interna. Após o curso ginasial se preparou para cursar engenharia e acabou fazendo o curso superior de Matemática em São Paulo, em 1940. Casou em 1947. O marido era engenheiro mecânico. Teve um filho e uma filha. Como outras informantes nesse estudo, participa de um grupo religioso.

20. LENITA

Nasceu no Recife em 1928. O pai era funcionário da Western e a mãe era professora primária. Tinha duas irmãs. Estudou no Colégio São José. Casou aos 22 anos. O marido era português, comerciante. Teve duas filhas. Foi a única, no grupo estudado, que se separou do marido. Após a separação, transformou a casa

em que moravam em pousada para universitárias vindas de cidades do interior para estudar no Recife. Foi a forma que encontrou para complementar a renda que quase desapareceu com a separação. Também lançou mão de muitas das habilidades que tinha como pintar e cozinhar. Faz parte também de um movimento religioso.

Roteiro de Entrevista

- ✓ Local e data de nascimento.
- ✓ Nível de instrução e ocupação do pai e da mãe
- ✓ Situação de moradia dos pais na família de origem
- ✓ Religião
- ✓ Nível de Instrução – escolas em que estudou
- ✓ Ocupação
- ✓ Infância e juventude
- ✓ Casamento
- ✓ Nível de instrução e ocupação do marido
- ✓ Bens de casamento
- ✓ Número de filhos
- ✓ Relação com marido